

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

MICHELE LUIZ LIMA

**O ASSISTENTE SOCIAL E A CONDIÇÃO DE TRABALHADOR ASSALARIADO  
NO SETOR PÚBLICO ESTATAL: TRAÇOS DO PERFIL DO MERCADO DE  
TRABALHO EM MINAS GERAIS**

**Juiz de Fora**  
**2016**

MICHELE LUIZ LIMA

**O ASSISTENTE SOCIAL E A CONDIÇÃO DE TRABALHADOR ASSALARIADO  
NO SETOR PÚBLICO ESTATAL: TRAÇOS DO PERFIL DO MERCADO DE  
TRABALHO EM MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Leila Baumgratz Delgado

**Juiz de Fora**

**2016**

MICHELE LUIZ LIMA

**O Assistente Social e a condição de trabalhador assalariado no setor público estatal:  
traços do perfil do Mercado de Trabalho em Minas Gerais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em 14 /10 /2016

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Leila Baumgratz Delgado (Orientadora)  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Prof. Dra. Mônica Maria Torres de Alencar  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

---

Profa. Dra. Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras  
Universidade Federal de Juiz de Fora



Dedico este trabalho à memória de minha querida e amada mãe, que tanto me apoiou e ensinou a superar os obstáculos com muita fé e determinação.

## AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida e pelas oportunidades.

À minha querida orientadora, Profa. Dra. Leila Baumgratz Delgado, por todos os ensinamentos transmitidos durante a graduação e o curso de mestrado. Agradeço pela generosidade, carinho e dedicação ao meu trabalho. Tenho por você grande admiração!

À banca de qualificação do mestrado, a Profa. Dra. Rosângela Batistoni e a Profa. Dra. Alexandra Eiras, pelas valiosas contribuições no momento da qualificação do meu projeto.

À banca de defesa do mestrado, a Profa. Dra. Alexandra Eiras e a Profa. Mônica Alencar, pela disponibilidade e por aceitar compor a minha banca de defesa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF, e também da graduação em Serviço Social da UFJF, pelo ensino de qualidade. Agradeço de forma especial a Profa. Dra. Isaura Aquino.

Ao meu pai por todo incentivo e carinho durante a vida.

Ao Fábio, meu namorado, pelo amor e companheirismo.

À minha família, em especial a tia Marilene, pela positividade e apoio.

À Victória, minha amiga inseparável, pelas trocas de conhecimento e amizade verdadeira.

À Érika Martins pelo incentivo no momento da seleção do mestrado.

Ao Conselho Regional de Serviço Social - 6ª Região, em especial a Coordenadora Técnica Denise Cunha, pela gentileza e disponibilização dos dados para a construção deste estudo.

Aos meus amigos do mestrado, da profissão e da vida que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

*Privatizaram sua vida, seu trabalho, sua hora de amar e seu direito de pensar. É da empresa privada o seu passo em frente, seu pão e seu salário. E agora não contente querem privatizar o conhecimento, a sabedoria, o pensamento, que só à humanidade pertence.*

***Bertolt Brecht***

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar alguns traços do perfil do mercado de trabalho dos assistentes sociais, tendo como foco a região de abrangência do Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais – CRESS 6ª Região, compreendendo as áreas da Sede, situada em Belo Horizonte e da Seccional Montes Claros. O viés da pesquisa tem como feixe de investigação os editais de concursos públicos e processos seletivos simplificados com previsão de vagas para assistente social, catalogados pelo referido Conselho entre os anos de 2007 a 2014. Partimos da compreensão de que as transformações ocorridas no mundo do trabalho e no âmbito do Estado capitalista, afetam diretamente os assistentes sociais nas suas relações e condições de trabalho e no seu espaço profissional. Busca-se caracterizar o processo de expansão precarizada do mercado de trabalho do assistente social, determinado principalmente pela municipalização da saúde e da assistência social e pelo crescimento da formação acadêmico-profissional de Serviço Social. Posteriormente, iremos indicar as condições nas quais se realiza a inserção do assistente social no mercado de trabalho, especificamente na esfera pública estatal.

Palavras-chave: Serviço Social; Mercado de Trabalho; Condições de Trabalho.

## **ABSTRACT**

This research has the proposal to analyze some features of the labor market profile of social workers, focusing on the region covered by the Regional Council of Social Service of Minas Gerais - CRESS 6th Region, covering the areas of its headquarter, located in Belo Horizonte and Sectional of Montes Claros. The bias of the research has as investigation content the public procurement notices and simplified selection processes to forecast vacancies for social workers, cataloged by this Council in the years 2007 to 2014. Starting from the understanding that the changes occurring in the business world and within the capitalist state, directly affect the social workers in their relationships and working conditions and their professional space. This research seeks to characterize the precarious expansion's process of the social worker labor market, mainly determined by the municipalization of health and social care and the growth of academic and professional training of social work. Then after, we will indicate the conditions which accomplish the insertion of the social worker in the labor market in Minas Gerais, specifically in the state public sphere.

**Keywords:** Social Service; Job market; work conditions.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I: Âmbito das Instituições públicas empregadoras.....	130
Gráfico II: Nomenclatura do cargo.....	131
Gráfico III: Áreas de atuação profissional.....	132
Gráfico IV: Regime de Trabalho.....	134
Gráfico V: Número de vagas.....	136
Gráfico VI: Jornada de trabalho/ carga horária.....	137
Gráfico VII: Remuneração/salário.....	139
Gráfico VIII: Etapas do processo de seleção.....	144

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro I – Indicativos referentes à condição profissional do assistente social.....	118
---	-----

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela I: Quantitativo de editais de concursos e processos seletivos analisados por ano.....	128
Tabela II: Comparativo de salário-hora das profissões.....	140

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>CAPÍTULO I: As transformações engendradas no mundo do trabalho e no âmbito do Estado capitalista: repercussões para a classe trabalhadora</b> .....	22
1.1 O capitalismo e sua crise contemporânea.....	22
1.2 As transformações na esfera da produção e suas repercussões para a classe trabalhadora....	28
1.3 As transformações ocorridas no âmbito do Estado capitalista.....	48
<b>CAPÍTULO II: A configuração contemporânea da profissão de Serviço Social</b> .....	62
2.1 A emergência da profissão de Serviço Social e a conformação de seu mercado de trabalho profissional.....	62
2.2 O significado social da profissão Serviço Social na sociedade capitalista.....	72
2.3 O assistente social e a condição de trabalhador assalariado.....	77
2.4 O Serviço Social brasileiro contemporâneo.....	82
<b>CAPÍTULO III: Elementos indicativos do mercado de trabalho e das condições de trabalho dos assistentes sociais no Brasil</b> .....	98
3.1 Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social no contexto atual.....	98
3.2 O trabalho do assistente social na esfera estatal.....	103
3.3 Considerações sobre o mercado e as condições de trabalho do assistente social.....	108
3.4 O perfil profissional e as relações e condições de trabalho dos assistentes sociais no Brasil.....	116
3.5 Traços do perfil do mercado de trabalho do assistente social em Minas Gerais: análise de editais de concursos públicos e processos seletivos simplificados.....	126
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	145
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	150
<b>ANEXO</b> .....	159

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo analisar alguns traços do perfil do mercado de trabalho dos assistentes sociais, a partir da investigação de editais de concursos públicos e processos seletivos simplificados com previsão de vagas para assistente social, catalogados pelo Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais - CRESS 6ª Região, entre os anos de 2007 a 2014.

O interesse pelo tema *mercado e condições de trabalho do assistente social* foi se construindo a partir da minha inserção em diferentes espaços acadêmicos durante a graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora. Inicialmente, a participação como bolsista de Iniciação Científica na pesquisa intitulada “Mercado e Condições de Trabalho do Assistente Social: o estado da produção teórica no Brasil”, coordenada pela professora Leila Baumgratz Delgado, no período de setembro de 2011 a julho de 2013, foi imprescindível para que eu pudesse compreender a atuação propriamente dita do assistente social, bem como me aproximar da sua atual condição no mercado de trabalho. Determinante também foi a minha inserção no Grupo de Pesquisa Políticas Públicas, Trabalho e Mercado de Trabalho, espaço de suma importância para o estudo da dinâmica do mundo do trabalho na sociedade capitalista. E não menos importante foram os debates fomentados na disciplina de Laboratório, “Configurações do Trabalho na Contemporaneidade”, ministrada pelos professores que compõem o grupo de pesquisa supracitado. Foi também a participação nestes espaços acadêmicos que colocou no centro das minhas preocupações o objeto do mercado e das condições de trabalho dos assistentes sociais inseridos nas Organizações Assistenciais do Terceiro Setor em Juiz de Fora/MG, quando da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

Além desses fatores, outro que me instiga a pesquisar e aprofundar as reflexões acerca do mercado e das condições de trabalho dos assistentes sociais é a constatação de que a produção relacionada a esse tema permanece como um campo de observação ainda restrito. Embora registre-se um crescimento de produções e publicações sobre o mercado e as condições de trabalho dos assistentes sociais nos últimos anos, ainda há uma reduzida produção teórica acerca desta temática. Delgado (2009) destaca que esse campo de análise se mostra ainda mais restrito quando diz respeito aos profissionais que ainda não tiveram seu primeiro emprego ou se encontram desempregados, uma vez que a maioria das publicações contempla apenas os profissionais inseridos no mercado de trabalho.

A pesquisa “Mercado e condições de trabalho do Assistente Social: o estado da arte da produção teórica no Brasil” ratifica essa constatação. Esta buscou identificar tendências específicas da produção de conhecimento afetas a atuação profissional dos assistentes sociais e ao mercado e as condições de trabalho desses profissionais, tomando como marco os anos de 2003 a 2010. Realizada em 2011/2013, a pesquisa teve como fonte bibliográfica o periódico Serviço Social e Sociedade, a Revista Katalysis, o Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, o Banco de Dissertações e Teses da CAPES e os Anais dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS).

No que concerne especificadamente às publicações acerca do mercado e das condições de trabalho dos assistentes sociais, foi identificado no periódico Serviço Social e Sociedade 02 artigos; na revista Katalysis 01 artigo; no periódico Temporalis 01 artigo; na fonte de análise dos Anais do ENPESS, em 2004, 08 artigos, em 2006, 09 artigos, em 2008 07 artigos, em 2010 09 artigos. A busca no banco de dados da CAPES, pautada na demarcação das palavras chave “mercado de trabalho”, “condições de trabalho” e “assistente social”, quantificou 08 dissertações de mestrado e 01 tese de doutorado. Já a busca junto ao Cnpq, com ênfase naquelas mesmas palavras chave, encontrou, à época, um total de 45 grupos de pesquisa que se dedicavam ao estudo do trabalho do assistente social. Levando em conta a relevância da temática, a pesquisa atestou que embora haja um crescimento de publicações acerca do mercado e das condições de trabalho dos assistentes sociais, ainda há uma restrita produção de conhecimento sobre a mesma.

Algumas características e observações sobre os autores da produção teórica relacionada ao mercado e as condições de trabalho dos assistentes sociais foram registradas pela referida pesquisa. A primeira delas é que apesar dos autores fazerem alguma referência às condições de trabalho vivenciadas pelos assistentes sociais, as produções acerca da temática fazem apenas apontamentos introdutórios e superficiais, não a tratando de forma aprofundada.

Outra característica observada refere-se a concentração dessas publicações e produções nas regiões sudeste e nordeste, sendo, sobretudo, de autoria de assistentes sociais que atuam no âmbito acadêmico, o que indica uma escassez da produção teórica de profissionais que não se encontram no ambiente acadêmico. A pesquisa confirma que a profissão vem sofrendo com o desemprego e com a precarização que assola suas relações e condições de trabalho, o seu espaço profissional e as políticas sociais com que estes profissionais trabalham.

Vale assinalar que a temática mencionada conta também com uma pesquisa nacional promovida pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em 2004 — já necessitando ser atualizada. Intitulada “Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil

profissional”, esta traça o perfil do profissional de Serviço Social bem como dispõe sobre as suas condições de trabalho. Há também importantes produções de âmbito regional ou local que exploram as configurações do mercado de trabalho dos assistentes sociais nos Estados de Alagoas (TRINDADE, 2010, 2012), Espírito Santo (CARLETTO, 2008), Mato Grosso (LIRA; PELLOSO, 2010), Minas Gerais (DELGADO, 2009, 2014), Rio de Janeiro (SILVA, 2009; SERRA, 2001) e Santa Catarina (SANTOS; MANFRÓI, 2012). Tanto a pesquisa nacional quanto as regionais serão objeto de discussão nesta dissertação.

Esta pesquisa utiliza o método crítico-dialético como referência para todo o processo de investigação e análise. Conforme Kosík (1976), conhecer a realidade é um processo de crítica, interpretação e avaliação de fatos, no qual a atividade do cientista é fundamental para o conhecimento objetivo dos fatos. Aprender a dialética da totalidade significa

[...] não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situado por cima das partes, visto que o todo *se cria a si mesmo* na interação das partes (KOSÍK, 1976, p.42).

Souza Filho (2002) nos diz que o método crítico-dialético consiste no conhecimento da realidade em sua totalidade, não apenas em suas dimensões particulares e descoladas de um ponto de vista totalizante. Neste método, o estudo das situações particulares deve ter como perspectiva a totalidade.

O ponto de vista da totalidade não faz sucumbir as particularidades e as singularidades da realidade. Para conhecer uma realidade concreta, como vimos, exige-se captar seus elementos constitutivos, ou seja, as particularidades e singularidades do fenômeno social. No entanto, o conhecimento da realidade só se efetiva quando articulamos essas expressões particulares e singulares numa perspectiva de totalidade, para reproduzirmos no pensamento a realidade concreta (SOUZA FILHO, 2002, p. 27).

Nessa direção, parto das transformações societárias ocorridas na esfera produtiva e, sobretudo, na esfera estatal para apontar a atual condição dos assistentes sociais no mercado de trabalho. Sabemos que essas transformações imprimiram consequências graves e nefastas nas condições de trabalho da classe trabalhadora em geral, e em especial dos assistentes sociais, que são majoritariamente funcionários públicos e têm como objeto de trabalho a questão social.

O agravamento da questão social decorrente do processo de re-estruturação produtiva e da adoção do ideário neoliberal repercute no campo profissional, tanto nos sujeitos com os quais o Serviço Social trabalha – os usuários dos

serviços sociais públicos – como também no mercado de trabalho dos assistentes sociais que, como o conjunto dos trabalhadores, sofre o impacto das mudanças que atingem o exercício profissional (RAICHELIS, 2009, p. 06).

Netto (2012) indica que as transformações societárias conformam o perfil do capitalismo contemporâneo e produzem as equivocadas afirmações sobre o “fim da centralidade do trabalho” e do “desaparecimento” do proletariado como classe. Nas palavras de Netto (2012, p. 417): “são transformações que desbordam amplamente os circuitos produtivos: elas envolvem a totalidade social, configurando a *sociedade tardo burguesa* que emerge da *restauração do capital* operada desde fins dos anos 1970”.

A crise dos anos 1970 põe fim aos chamados “anos dourados” do capitalismo<sup>1</sup>. Nesse cenário de crise, o capitalismo busca a manutenção de suas taxas de lucro e de dominação, e, assim, inicia o seu ciclo de recomposição, com base no tripé reestruturação produtiva, mundialização do capital e ideologia neoliberal.

A passagem do modelo fordista para a acumulação flexível determinou profundas mudanças na esfera produtiva, a partir da adoção de processos flexíveis e descentralizados, observou-se novas formas de exploração e controle da força de trabalho.

Busca-se uma *flexibilização no processo de trabalho*, em contrapartida à rigidez da linha de produção, da produção em massa e em série; uma *flexibilização do mercado de trabalho* que vem acompanhada da desregulamentação dos direitos do trabalho, de estratégias de informalização da contratação dos trabalhadores; uma *flexibilidade dos produtos*, pois as firmas hoje não produzem necessariamente em série, mas buscam atender as particularidades das demandas dos mercados consumidores e uma *flexibilidade dos padrões de consumo* (IAMAMOTO, 2014b, p. 31).

Somam-se a essas mudanças os novos contornos adotados pelo Estado capitalista. O mesmo reduz suas funções nas áreas da proteção social e redefine sua relação com o mercado (DELGADO et al., 2014). No Brasil, essas mudanças tornam-se expressivas com a “reforma” do Estado<sup>2</sup> nos anos de 1990, materializadas num conjunto de medidas de ajuste econômico recomendado por organismos internacionais, nos quais se acentuam “os mecanismos de privatização, as pressões do empresariado e da burocracia estatal para suprimir direitos sociais

---

<sup>1</sup> Esta fase, que se estendeu dos anos de 1945 a 1973, é também caracterizada pelos franceses como “as três décadas gloriosas”, e foi um período de grande crescimento econômico do capitalismo.

<sup>2</sup> Utilizaremos a expressão cunhada por Behing (2008) contra-reforma para tratar da chamada “reforma” do Estado brasileiro. O uso de contra-reforma justifica-se pelo caráter conservador e regressivo desse processo, visto que o mesmo se “compôs de um conjunto de mudanças estruturais regressivas sobre trabalhadores e a massa da população brasileira, que foram também antinacionais e antidemocráticas” (ibid., p. 281).

e trabalhistas e a “naturalização” da superexploração do trabalho” (MOTA; AMARAL, 2010, p. 37).

Nesse contexto o Estado passa a ser “mínimo para o social e máximo para o capital” (NETTO, 1996, p. 100), atingindo diretamente a classe trabalhadora, a partir da adoção do paradigma neoliberal e da incorporação de mecanismos gerenciais<sup>3</sup>. Nos termos de Netto (2012, p. 422)

A desqualificação do Estado tem sido, como é notório, a pedra de toque do privatismo da *ideologia neoliberal*: a defesa do “Estado mínimo” pretende, fundamentalmente, “o Estado máximo para o capital”; nas palavras de Przeworski, constitui um “projeto histórico da Direita”, dirigido para “liberar a acumulação [capitalista] de todas as cadeias impostas pela democracia”. Independentemente da viabilidade política de longo prazo desse projeto, há que constatar que ele conquistou, enquanto satanização do Estado, uma ponderável hegemonia: desenvolveu-se, a partir dele, uma “cultura política” antiestatal — e ela não tem sido estranha às relações contemporâneas entre Estado e sociedade civil nem a certas formulações políticas que, renovando velhos equívocos anarquistas, pretendem-se “de esquerda”.

Iamamoto (2009a) destaca que essas transformações afetam as formas de sociabilidade, vive-se a “sociedade de mercado”. As consequências para os trabalhadores são gravíssimas, a saber: desregulamentação do trabalho; precariedade dos ambientes de trabalho; ausência ou redução dos direitos trabalhistas; desemprego; vínculos e formas de contratos instáveis e precários; subcontratação; emprego temporário; informalidade; terceirização; jornadas e salários flexíveis; multifuncionalidade ou polivalência; desespecialização; frágil organização sindical (profissional); rotatividade, instabilidade e insegurança no emprego; níveis salariais baixos; carga horária excessiva; adoecimento, entre outras. Neste cenário, a classe trabalhadora passa por um processo de fragmentação, heterogeneização e complexificação (ANTUNES, 2010).

No que se refere especificamente ao Serviço Social, podemos afirmar que a profissão a partir dos anos 1990 obtém grandes conquistas e avanços. No plano de seu mercado de trabalho observa-se uma significativa expansão, determinada principalmente pela interiorização das políticas sociais de saúde e assistência social e da ampliação da formação acadêmico

---

<sup>3</sup> Para Paes de Paula (2005) a vertente gerencial se relaciona com a proposta de descentralização e com um novo modelo de gestão pública, diferente do modelo burocrático. Tal modelo segue os princípios do gerencialismo e tem como características a administração profissional, autônoma e organizada em carreiras; descentralização administrativa; maior competição entre as unidades administrativas; disciplina e parcimônia no uso dos recursos; indicadores de desempenho transparentes; maior controle dos resultados; ênfase no uso de práticas de gestão originadas no setor privado (ibid., p. 130).

profissional. No entanto, a lógica capitalista vem também precarizando o mercado e as condições de trabalho dos assistentes sociais.

Conforme Raichelis (2009, p. 07)

Intensificam-se os processos de subcontratação de serviços individuais dos assistentes sociais por parte de empresas de serviços ou de assessoria na prestação de serviços aos governos, acenando para o exercício profissional privado (autônomo), temporário, por projeto, por tarefa, em função das novas formas de gestão das políticas sociais. Em alguns campos de atuação, como é o caso da habitação social, entre outros, a terceirização vem se consolidando como novo modelo de produção e gestão da habitação, no qual o projeto, a obra, a operação, sua fiscalização e gerenciamento, bem como o trabalho social passam a ser contratados através de processos licitatórios, sem que, no entanto, a administração pública consiga manter a regulação e o controle estratégico de todo o processo. Na política de assistência social, nos marcos da implantação em todo o território nacional, do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, e dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, verifica-se também a adoção, pelos estados e municípios, de variadas modalidades de terceirização, pela mediação de empresas ou de ONGs, na contratação de profissionais e na prestação de serviços socioassistenciais, configurando-se a ação indireta do Estado na produção dos serviços públicos.

Assim sendo, e numa perspectiva de totalidade, busco compreender em que medida esses processos afetam os assistentes sociais e em quais condições se realiza a inserção destes profissionais no mercado de trabalho em Minas Gerais, especificamente na região de abrangência do CRESS 6ª Região, nas áreas da Sede e da Seccional de Montes Claros, no período compreendido entre os anos de 2007 a 2014.

Essa delimitação abrange o último governo Lula (2007/2010) e o primeiro governo Dilma Rousseff (2011/2014). Tal escolha justifica-se por entender que, nesse período, é possível observar os efeitos da implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, que conforma na profissão o que tem sido chamado de interiorização do/no trabalho do assistente social; significando que o Suas amplia o mercado de trabalho dos assistentes sociais mas, ao mesmo tempo, intensifica a precarização das condições de trabalho destes profissionais.

A implantação do Suas e sua rápida expansão por todo o território nacional vem ampliando consideravelmente o mercado de trabalho para os assistentes sociais e demais profissionais atuantes nessa área. Ao mesmo tempo e no mesmo processo, contraditoriamente, aprofundam a precarização das condições em que este trabalho se realiza, considerando o estatuto assalariado do assistente social, subordinando a processos de alienação, restrição de sua autonomia técnica e intensificação do trabalho a que estão sujeitos os trabalhadores assalariados em seu conjunto (RAICHELIS, 2010, p. 751).

Isto posto, julgo necessário expor a estrutura teórica-metodológica da pesquisa. O primeiro capítulo sintetiza o movimento das transformações societárias que tanto repercutem nas condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora, entre os quais se incluem os assistentes sociais. Busca-se apontar as transformações engendradas no mundo do trabalho e seus impactos para a classe trabalhadora, bem como a conformação do Estado burguês frente as já citadas mudanças, uma vez que

O atual quadro sócio-histórico não se reduz a um pano de fundo para que se possa depois, discutir o trabalho profissional. Ele atravessa e conforma o cotidiano do exercício profissional do Assistente Social afetando as suas condições e relações de trabalho, assim como as condições de vida da população usuária dos serviços sociais (IAMAMOTO, 2014b, p. 19).

Para tanto, recorrer a autores como ALVES (2000, 2007), ANDERSON (1995), ANTUNES (1999, 2006, 2010, 2013, 2014), BEHRING (2008, 2013), BIHR (1998), CATTANI (1997), CHESNAIS (1995), DRAIBE (1993), DRUCK (2010, 2013), ESPING-ANDERSEN (1991, 1995), HARVEY (2008), LAURELL (1997), MANDEL (1982, 1990), MÉSZÁROS (2009, 2014), SERRA (2005), SOARES (2000), se mostra como estratégia central e necessária para a construção do estudo em questão.

O segundo capítulo privilegia a configuração contemporânea da profissão de Serviço Social. Nosso objetivo é o de recompor sinteticamente as mediações fundamentais que levaram a conformação do Serviço Social contemporâneo. Iniciaremos apontando a relação entre o Serviço Social com a questão social e a organização monopólica, o significado social da profissão na sociedade capitalista e a condição assalariada que impõe a estes profissionais limites e entraves na efetivação do Projeto ético-profissional do Serviço Social. Vale destacar que a construção deste capítulo será referenciada nas obras de renomados autores no âmbito do Serviço Social, a saber: NETTO (2007), IAMAMOTO (2007, 2009), RAICHELIS (2009, 2011) e YASBEK et al. (2008).

Por fim, o último capítulo dedica-se ao nosso objeto de estudo, qual seja: as principais tendências do mercado de trabalho do assistente social. Pretende-se apontar as alterações ocorridas nos espaços ocupacionais dos assistentes sociais, a particularidade do trabalho destes na esfera estatal, o processo de expansão dos postos de trabalho, seguido da precarização das relações e condições de trabalho dos assistentes sociais no Brasil, e, ainda, indicar como vem ocorrendo a inserção dos assistentes sociais no mercado de trabalho em Minas Gerais, especificamente na esfera pública estatal.

A temática mercado e condições de trabalho dos assistentes sociais desperta o meu interesse desde o início da graduação. Durante a minha trajetória acadêmica busquei compreender quais as relações que permeiam o exercício profissional dos assistentes sociais, as possibilidades de atuação, os limites profissionais e as dificuldades enfrentadas pela profissão no contexto atual. Entretanto, hoje como assistente social a temática assume uma maior relevância, pois vivencio as determinações postas pelas mudanças ocorridas no mercado e nas condições de trabalho dos assistentes sociais. Nesse sentido, estou profundamente implicada no meu objeto de pesquisa.

Destaco a minha preocupação face as atuais configurações do mercado e das condições de trabalho dos assistentes sociais. Acredito na relevância e na importância de estudos que se relacionam com a temática, uma vez que são indispensáveis e pertinentes para se traçar um panorama da realidade profissional e, ainda, para o avanço teórico do conhecimento na área do Serviço Social.

Investigações desta ordem também se configuram como requisito indispensável para os assistentes sociais desvelarem os seus limites e desafios, na busca pela efetivação dos valores e dos princípios éticos e políticos contidos no projeto profissional da categoria. Mota e Amaral (2010, p. 25) ilustram essa afirmação relatando que:

[...] os desafios a serem enfrentados pela profissão — consideradas as transformações ocorridas no “mundo do trabalho” — passam, inegavelmente, pela configuração do atual mercado de trabalho dos assistentes sociais. (...) As características do “mercado de trabalho profissional” podem oferecer um conjunto de informações a partir das quais é possível identificar as necessidades sociais que estão subjacentes às demandas profissionais, posto que, segundo nosso entendimento, as demandas não se confundem com as necessidades propriamente ditas.

Ante o exposto, a pesquisa tem o intuito de apontar alguns elementos da realidade enfrentada pelos assistentes sociais no âmbito do mercado de trabalho, especificamente na esfera estatal em Minas Gerais; fornecendo subsídios teóricos para o enfrentamento das precárias condições e relações de trabalho que vem vivenciando este profissional, em seus mais variados espaços de atuação.

## 1 AS TRANSFORMAÇÕES ENGENDRADAS NO MUNDO DO TRABALHO E NO ÂMBITO DO ESTADO CAPITALISTA: REPERCUSSÕES PARA A CLASSE TRABALHADORA

Compreender as atuais configurações do mercado de trabalho do assistente social — nosso objeto de estudo — nos remete, necessariamente, ao entendimento das transformações societárias, sobretudo aquelas engendradas no mundo do trabalho e no âmbito do Estado capitalista.

Tendo em vista que

É esse solo movente que atribui novos contornos ao *mercado profissional* de trabalho, diversificando os espaços ocupacionais e fazendo emergir inéditas requisições e demandas a esse profissional, novas habilidades, competências e atribuições (IAMAMOTO, 2009b, p. 03).

Neste capítulo buscaremos sintetizar o movimento dessas transformações para, em seguida, apontar as repercussões nas condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, entre os quais se incluem os assistentes sociais.

### 1.2 O CAPITALISMO E SUA CRISE CONTEMPORÂNEA

Partindo da assertiva de que o capitalismo vem passando por profundas transformações em sua trajetória, Mandel (1982) aponta nos fins do século XIX a transição da fase do capitalismo concorrencial para o imperialismo e para o capitalismo monopólico.

A transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista significou um salto qualitativo de concentração e da centralização do capital, que determina necessariamente um deslocamento da articulação dos interesses burgueses de classe da arena política do parlamento para outras esferas (MANDEL, 1982, p. 343).

Netto (2007) afirma que a referida transição ocorre em virtude da crise vivenciada no estágio concorrencial, que imprime uma necessidade de ampliação dos lucros capitalistas e da busca por novos mercados. Diante dessa crise, o capitalismo avança para seu estágio

imperialista, e se constitui como um sistema econômico mundial. Registram-se três fases no imperialismo: a fase “clássica” que vai de 1890 a 1940, a fase denominada “anos dourados” que perdura do fim da Segunda Guerra Mundial até início dos anos 1970, e o capitalismo contemporâneo, vigente desde meados dos anos 1970 até os dias atuais.

Mandel (1982, p. 337) afirma que

A transição do capitalismo concorrencial para o imperialismo e para capitalismo monopolista alterou necessariamente tanto a atitude subjetiva da burguesia em relação ao Estado, quanto a função objetiva desempenhada pelo Estado ao realizar as suas tarefas centrais. O surgimento dos monopólios gerou uma tendência à superacumulação permanente das metrópoles e à correspondente propensão a exportar capital e a dividir o mundo em domínios coloniais e esferas de influência sob o controle das potências imperialistas.

Netto (2007) aponta que para garantir lucros capitalistas acima da média através do controle dos mercados e para escapar dos efeitos da tendência à queda da taxa de lucro, a organização monopolista introduz uma série de mecanismos na dinâmica da economia capitalista, quais sejam: os preços das mercadorias produzidas pelos monopólios tendem a crescer progressivamente; as taxas de lucros elevam nos setores monopolizados; a taxa de acumulação se eleva; o investimento se concentra nos setores de maior concorrência; com a introdução de novas tecnologias cresce a tendência de economizar trabalho vivo e os custos de venda sobem. O autor citado afirma que esses mecanismos trazem profundas implicações na dinâmica econômica, pois a tendência à equalização das taxas de lucro é revertida em favor dos grupos monopolistas e o processo de acumulação tende a se elevar, por conta da centralização que o monopólio opera.

Segundo Netto (2007, p. 22), no estágio “clássico” do capitalismo monopolista dois outros elementos típicos da monopolização fazem sua entrada no cenário social, sendo eles: o fenômeno da supercapitalização e o parasitismo que se instaura na vida social. No que se refere ao primeiro, o montante de capital acumulado encontra travas de valorização, que são contornadas por inúmeros elementos, tais como: a emergência da indústria bélica, que se converte em ingrediente central do imperialismo; a contínua migração dos capitais excedentes por cima dos marcos estatais e nacionais; e, ainda, a queima do excedente em atividades que não criam valor. Esses mecanismos renovam a relação entre a dinâmica da economia e o Estado burguês. O parasitismo que se instaura no desenvolvimento monopolista deve ser tomado por dois ângulos: de um lado, o capitalismo revela a natureza parasitária da burguesia ao engendrar a oligarquia financeira e ao divorciar a propriedade da gestão dos grupos monopolistas, e só

parcialmente em relação à “queima” do excedente acima mencionado. E de outro lado, a monopolização conforma uma burocratização da vida social, multiplicando as atividades improdutivas *stricto sensu* e um largo espectro de operações que, no “setor terciário” relaciona-se a formas de conservação e legitimação do próprio monopólio (NETTO, 2007).

O autor citado aponta que nessa fase capitalista, observa-se o surgimento de uma crise do capital em que a economia não consegue, por si só, criar mecanismos para a sua superação. E nesse sentido, agravam-se as contradições inerentes ao capitalismo, intensifica-se a exploração do capital sobre a força de trabalho, e aumenta-se expressivamente a alienação e o desemprego.

Karl Marx, em seu livro III de O Capital, aponta que as crises são inerentes e constitutivas do modo de produção capitalista. Estas são qualificadas pelo renomado autor como crises econômicas que se relacionam com a lei da queda tendencial das taxas de lucro. Seguindo esta linha de interpretação, Mandel (1990) nos explica que a crise econômica capitalista é sempre uma crise de superprodução de mercadorias. Assim, mostra-se como uma manifestação da queda da taxa de lucros que revela a superprodução de mercadorias.

Contrariamente às crises pré-capitalistas (ou pós-capitalistas) que são quase todas de penúria física de subprodução de valores de uso, as crises capitalistas são crises de superprodução de valores de troca. Não é porque há muito poucos produtos que a vida econômica se desregula é porque há uma impossibilidade de venda de mercadorias a preços que garantam o lucro médio – isto é, porque há, portanto, “muitas mercadorias” – que a vida econômica se desorganiza, que as fábricas fecham suas portas, que os patrões demitem e que a produção, as rendas, as vendas, os investimentos e o emprego caem (MANDEL, 1990, p. 210).

Mandel (1990) afirma que o modo de produção capitalista se configura como produção mercantil generalizada e ao mesmo tempo produção para o lucro das empresas, operando independente umas das outras. Assim, é um sistema voltado para a produção de uma massa crescente de mais-valia<sup>4</sup> no qual a apropriação real dessa mais-valia é subordinada a possibilidade de vender as mercadorias que contêm tal mais-valia, pelo menos ao seu preço de produção, ou a preços que permitam a realização de superlucros.

Sabemos que o objetivo central do capitalismo é a lucratividade, ou seja, a valorização do capital. Nesse sentido, Mandel (1990) destaca que ao capitalista interessa a venda efetiva da

---

<sup>4</sup> Conforme Marx (2001, p. 231), a apropriação do trabalho excedente pela capital se dá pela mediação da mais-valia. “A mais-valia se origina de um excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho (...)”. O capitalismo tem a necessidade de ampliar o trabalho excedente apropriado pela burguesia. Produzir mais-valia é a lei absoluta do modo de produção capitalista.

mercadoria e o preço que a mesma é vendida, ou seja, interessa converter a mercadoria em mais dinheiro.

Pouco importa ao capitalista que uma massa crescente de mais-valia seja produzida durante o processo de produção, se ele obtém somente uma fração do contravalor dessa mais-valia no curso do processo de circulação. No entanto, a produção de mais valia não produz automaticamente a sua realização. Encontramos, portanto, nesse desdobramento entre a mercadoria e o dinheiro, que deve realizar o seu valor de troca – e na contradição entre o valor de uso e o de troca dessa mesma mercadoria, que é estreitamente ligado a esse desdobramento –, a possibilidade primeira das crises de superprodução (MANDEL, 1990, p. 210).

Na história do capitalismo registram-se uma sucessão de crises econômicas, que combinam “traços gerais, que dizem respeito às contradições fundamentais do modo de produção capitalista, com traços particulares que resultam do movimento histórico preciso no qual ela se produz no curso do desenvolvimento desse modo de produção” (MANDEL, 1990, p. 29). As crises, embora apresentem-se como uma interrupção do processo de expansão do modo de produção capitalista, são funcionais ao sistema, uma vez que se configuram como um mecanismo que “determina a restauração das condições de acumulação, sempre em níveis mais complexos e instáveis, assegurando, assim, a sua continuidade” (NETTO; BRAZ, 2009, p. 162).

No que tange as causas das crises econômicas capitalistas, Mandel (1990) as relaciona com os seguintes fatores: “superacumulações de capitais” que é acompanhada de uma “superprodução de mercadorias”; o “subconsumo das massas”, sendo que as crises são causadas pela pobreza e limitação do consumo das massas; a anarquia da produção e a “desproporcionalidade” entre os diferentes ramos da produção inerentes à propriedade privada e a economia mercantil generalizada; e a queda da taxa de lucros.

A venda insuficiente, a superprodução, a ruptura brutal do equilíbrio entre a oferta e a procura constituem o mecanismo que gera a baixa dos preços, isto é, que impõem os novos valores das mercadorias que resultam do aumento da produtividade, provocando uma grande perda de lucros e uma excessiva desvalorização de capitais para os capitalistas (MANDEL, 1990, p. 213).

Nos momentos de crise, Mandel (1990) aponta uma queda na taxa de lucros em relação ao conjunto do capital social; uma queda de consumo que inviabiliza o processo de realização da mais-valia; uma capacidade ociosa na indústria; um aumento considerável de falências e ruínas de empresas, sendo que as pequenas e as médias são as primeiras a quebrar; e uma produção generalizada de desemprego. E ainda, uma concentração do capital que propicia

grandes investimentos no período de retomada da economia, o que conduz a crises de proporções cada vez maiores.

Cabe ressaltar o importante papel desempenhado pelo Estado nos momentos de crise. Este opera no sentido de viabilizar os interesses do grande capital, busca reorganizar a economia capitalista e administrar os ciclos da crise. Outras estratégias também são utilizadas pelo capital para postergar o início das crises e, ou mesmo, amenizar os seus efeitos, sendo elas: a indústria bélica<sup>5</sup> com a sua forte capacidade de destruir o produto do trabalho e a ampliação da mais-valia por uma combinação superior entre a mais-valia absoluta e mais-valia relativa<sup>6</sup> (NETTO; BRAZ, 2009).

A crise afeta negativamente tanto os capitalistas quanto os trabalhadores; o efeito para os capitalistas é a queda da taxa de lucros, o que se mostra uma grande ameaça ao processo de acumulação e dominação capitalista, e para os trabalhadores é “uma agressão massiva do capital ao trabalho assalariado” (MANDEL, 1990, p. 231). Conforme o autor citado, a crise aumenta exponencialmente a questão social e produz o desemprego e o medo do desemprego, faz com que os trabalhadores aceitem facilmente as reduções de salários, a aceleração dos ritmos de produção e as perdas de conquistas já consolidadas.

Fato é que no estágio atual do capitalismo vários analistas vêm indicando o desenvolvimento pleno das possibilidades do capital, considerado esgotado o seu papel civilizatório. Nesse estágio, Mandel (1990) indica que a economia capitalista internacional conheceu a sua primeira recessão generalizada desde o segundo pós-guerra, sendo esta a única a afetar todas as grandes potências imperialistas. Para o autor, essa recessão generalizada se configura como uma crise cíclica de superprodução.

[...] é uma crise social do conjunto da sociedade burguesa, uma crise das relações de produção capitalista e de todas as relações sociais burguesas, que se imbrica com a diminuição durável do crescimento econômico capitalista,

---

<sup>5</sup> Conforme Netto e Braz (2009), a produção de artefatos bélicos se concentra nas mãos de grandes monopólios, e oferece fabulosos superlucros aos seus proprietários. O desenvolvimento da indústria bélica introduz duas variáveis muito significativas na dinâmica capitalista: a indústria serve para travar ou reverter o fator de crise; e ela ainda oferece uma espécie de solução nos períodos de crise ao problema da superacumulação, pois com o incremento da indústria bélica, grandes massas de capitais encontram ocasião de propiciar volumosos lucros a seus proprietários. Assim, “a indústria bélica e sua consequência, a *guerra*, são um excelente negócio para os monopólios nela envolvidos: a enorme destruição de forças produtivas que a guerra realiza abre um imenso campo para a retomada de ciclos ameaçados pela crise” (ibid., p.185).

<sup>6</sup> De acordo com Marx (2001) há duas formas de ampliação de mais-valia, a saber: a mais-valia absoluta que é a produzida pelo prolongamento do dia de trabalho; e a mais-valia relativa que é o aumento do tempo de trabalho excedente sem a ampliação da jornada de trabalho; isso se dá com a intensificação do ritmo do trabalho. Essa forma de mais-valia se obtém com a redução do tempo de trabalho necessário mediante o incremento de inovações tecnológicas. Cabe assinalar que para o burguês, tanto faz se é mais-valia relativa ou absoluta, o que importa é o seu lucro. É também recorrente a combinação entre elas, tanto em empresas quanto em setores econômicos.

acentua e agrava os efeitos das flutuações conjunturais da economia, e recebe por sua vez novos estímulos dessas flutuações (MANDEL, 1990, p. 13).

Netto (2012), por sua vez, indica que o capitalismo em dois momentos experimentou uma crise sistêmica, a saber: a primeira crise perdurou do ano de 1873 a 1896 e teve como palco principal a Europa; e a segunda explodiu em 1929 e durou exatamente dezesseis anos, envolvendo o globo como um todo. O autor indica que a crise deflagrada nos anos de 1970 possui um caráter sistêmico e se relaciona com a fase madura do mundo do capital.

[...] estamos experimentando, neste momento, uma crise que é de natureza sistêmica. Seus primeiros sinais sobrevieram na crise da Bolsa de Nova York, em 1987 — com a sequência, a partir dela, de efeitos em cascata expressos nos vários episódios de crises localizadas. Tais crises, a que os chamados “comentaristas” ou “jornalistas econômicos” da grande imprensa conveniente e ignorantemente consideram de forma isolada (a crise dos “Tigres Asiáticos”, a “crise da Bolsa Nasdaq”, a “crise da bolha imobiliária” e, agora, a “crise do euro”) são os indicadores mais visíveis de uma só crise: *são indicadores da emergência de uma nova crise sistêmica do sistema capitalista* e que apresenta traços inéditos em relação às duas anteriores (NETTO, 2012, p. 416).

Mészáros (2009) caracteriza a atual crise capitalista como endêmica, cumulativa, crônica e permanente, de caráter altamente destrutivo e marcada por um *continuum* depressivo, que “vai se tornar à certa altura muito mais profunda, no sentido de invadir não apenas o mundo das finanças globais mais ou menos parasitárias, mas também todos os domínios da vida social, econômica e cultural” (MÉSZAROS, 2009, p.17).

Conforme o autor, essa crise estende-se por toda parte e afeta a própria estrutura do sistema como um todo. Assim, ela é o encontro do sistema com os seus próprios limites intrínsecos. Daí, entende-se que a crise atual do capital não deve ser explicada apenas como uma crise cíclica tradicional, visto que sua duração supera os limites conhecidos das crises cíclicas do capital.

À medida em que os sintomas de crise se multiplicam e sua severidade é agravada, parece muito mais plausível que o conjunto do sistema esteja se aproximando de certos limites estruturais do capital, ainda que seja excessivamente otimista sugerir que o modo de produção capitalista já atingiu seu ponto de não retorno a caminho do colapso (MÉSZAROS, 2009, p. 41).

Mészáros (2014) revela a novidade histórica da crise estrutural, a saber: seu caráter é universal, seu alcance é realmente global, sua escala temporal é extensa, ou melhor, permanente, e sua modalidade de desenvolvimento pode ser definida como sub-reptícia. O autor destaca que tal crise não se refere a nenhuma condição absoluta, apenas significa que a tripla

dimensão fundamental do sistema capitalista – produção, consumo e circulação/realização – encontra-se com disfunções, o que leva a limites o processo de crescimento do capitalismo.

Aqui é necessário sublinhar apenas que as contradições em jogo não se esfumam absolutamente na crise das instituições *políticas*, mas ao contrário, atacam toda a sociedade de um modo até agora desconhecido. A crise estrutural do capital revela-se, certamente, como verdadeira crise da dominação em geral. Não é de se espantar então que nas últimas três décadas tenhamos vivido a intensificação da agressividade e do autoritarismo no campo legislativo – inclusive nos países que se gabam de ser “modelos de democracia” – como resposta a essa crise. E que – o que torna a crise mais profunda – tenhamos vivido também o agravamento da atitude defensiva dos partidos tradicionais de esquerda, o que levou à quase completa desintegração de alguns deles (MÉSZÁROS, 2014, p. 29).

Nesse contexto de crise estrutural, o capital sempre busca assegurar a recomposição de suas taxas de acumulação e de seu poder de dominação. Para isso, engendra um conjunto de processos que repercutem negativamente nas condições de vida e trabalho da classe trabalhadora. Esses processos sintetizados pelo tripé reestruturação produtiva, mundialização do capital e neoliberalismo, “ao mesmo tempo que trazem embutidos novos mecanismos geradores do trabalho excedente, precarizam, informalizam e expulsam da produção uma infinidade de trabalhadores que se tornam sobrantes, descartáveis e desempregados” (ANTUNES, 2013, p. 13).

## 1.2 AS TRANSFORMAÇÕES NA ESFERA DA PRODUÇÃO E SUAS REPERCUSSÕES PARA A CLASSE TRABALHADORA

Na sequência da Segunda Guerra Mundial até os anos 1970 o capitalismo experimentou “uma longa onda expansiva” nos termos de Mandel (1990). Esse período, caracterizado como os “anos dourados”, as “três décadas de ouro”, ou, ainda, as “três décadas gloriosas” do capitalismo, representou um momento favorável ao desenvolvimento capitalista, no qual os países centrais alcançaram altas taxas de crescimento econômico, os padrões de vida se elevaram, as crises cíclicas foram atenuadas, a democracia de massa mantida e a ameaça de guerras intercapitalistas tornada muito distante (HARVEY, 2008).

Tal período sustentou-se em “um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico (...) chamado

fordista-keynesiano” (HARVEY, 2008, p. 119). Esse modelo de acumulação impulsionou a grande indústria capitalista e assegurou durante quase três décadas o processo de acumulação do capital.

O sistema de produção fordista empregado por Henry Ford no século XX, precisamente no ano de 1914, fundamentou-se em inovações técnicas e organizacionais articuladas à produção e ao consumo em massa.

O que havia de especial em Ford (e que em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção em massa significava consumo em massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (HARVEY, 2008, p. 121).

Esse modelo conforma uma produção em massa de bens padronizados, estruturada em uma linha rígida e verticalizada, executada predominantemente por operários semiquilificados, denominados “operário-massa”<sup>7</sup>. Pode-se afirmar que o sistema de produção fordista assentasse [...] na familiarização do trabalhador com longas horas de trabalho rotinizado, exigindo pouco das habilidades manuais tradicionais e concedendo um controle quase inexistente ao trabalhador sobre o projeto, o ritmo e a organização do processo produtivo” (HARVEY, 2008, p. 123).

O autor supracitado assinala que o fordismo do pós-guerra deve ser visto como um modo de vida total, pois “produção em massa significava padronização do produto e do consumo em massa, o que implicava toda uma nova estética e mercadificação da cultura” (HARVEY, 2008, p. 131). Para o autor, esse modelo se conecta a estética modernista de maneira bem explícita, em razão das formas de intervencionismo estatal fundamentarem-se em princípios de racionalidade burocrática-técnica e a conformação do poder político em um modelo de democracia econômica de massa equilibrado em forças de interesse especial.

Cabe ressaltar que os princípios de racionalização produtivista do trabalho surgem com as ideias do engenheiro norte-americano F. W. Taylor, no século XIX. Cattani (1997) define o sistema taylorista como uma estratégia patronal de gestão/organização do processo de trabalho, “[...] baseado na separação das funções de concepção e planejamento das funções de execução,

---

<sup>7</sup> Conforme descrição de Bihr (1998), o “operário-massa” era parcela hegemônica do proletariado da fase taylorista/fordista. Esses trabalhadores interviam no universo concentrado no espaço produtivo e se constituíam como base da expansão do “compromisso” social-democrata.

na fragmentação e na especialização das tarefas, no controle dos tempos e dos movimentos e na remuneração por desempenho” (p. 247).

O modelo de organização taylorista, assim como o padrão fordista, enfrentou forte resistência operária, pois a aplicação de seus princípios resultava em fortes mudanças nas formas de gestão do trabalho.

Organizado pelo taylorismo, o trabalho transfigurou-se em atividade fragmentada, repetitiva, monótona e desprovida de sentido. Perdendo sua autonomia, sua capacidade de usar a criatividade, o trabalhador transformou-se em operário-massa, alienado do conteúdo do seu esforço produtivo. Referendado os preceitos liberais, o taylorismo considera o embrutecimento e a alienação do trabalho como irrelevantes. O que conta são a vida e o consumo no pós-trabalho (CATTANI, 1997, p. 249).

Antunes (1999) indica que concomitante ao processo de trabalho taylorista/fordista, ergueu-se um sistema de “compromisso” e de “regulação” entre capital e trabalho, mediado pelo Estado. Este “compromisso” procurava delimitar o campo da luta de classes, onde se buscava alcançar os elementos constitutivos do *Welfare State*<sup>8</sup> em troca do abandono, pelos trabalhadores, do seu projeto histórico-societal.

Segundo o referido autor, tal “compromisso” ocasionou a subordinação de organismos institucionalizados, sindicais e políticos. Os sindicatos eram mantidos pelo Estado como parceiros do sistema vigente, assim exerciam um controle de seus membros e colaboravam com a administração em planos de aumento de produtividade em troca de ganhos reais de salários. Vale destacar que o referido “compromisso” sustentava-se na enorme exploração realizada nos países do chamado Terceiro Mundo, que eram excluídos do compromisso taylorista/fordista.

Naquela conjuntura, tornou-se extremamente necessária uma forte intervenção do Estado através de políticas fiscais, monetárias e de regulação social para a manutenção do sistema capitalista e um controle, mesmo que mínimo, das sucessivas crises inerentes a este sistema. De acordo com Harvey (2008, p. 129)

O Estado, por sua vez, assumia uma variedade de obrigações. Na medida em que a produção de massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demandas relativamente estáveis para ser lucrativa, o

---

<sup>8</sup> Conforme Esping-Andersen (1995), o *Welfare State* foi uma das marcas da “era dourada” do capitalismo, significou bem mais do que um simples incremento das políticas sociais no mundo industrial desenvolvido. O autor indica que o *Welfare State* representou um esforço de reconstrução econômica, moral e política. Assim, do ponto de vista econômico, significou um abandono da ortodoxia da pura lógica do mercado em favor da exigência de extensão da segurança do emprego e dos ganhos como direito de cidadania. Moralmente significou a defesa de ideias de justiça social, solidariedade e universalismo. E politicamente foi integrante de um processo de construção nacional, a democracia liberal, contra o duplo perigo do fascismo e do bolchevismo.

Estado se esforçava para controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas as áreas de investimento público – em setores como transporte, os equipamentos públicos e etc. – vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno. Os governos também forneciam um forte complemento ao salário social com gastos em seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc. Além disso, o poder estatal era exercido sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção.

Desse modo, esse Estado de inspiração keynesiana, através de políticas sociais, oferecia alguns benefícios como seguridade social e educação, e as empresas estabeleciam jornadas de 8 horas diárias, como uma estratégia para assegurar a produtividade, o consumo em massa e o lazer dos trabalhadores. Conforme Behring e Boschetti (2011, p. 89):

Houve, naquele momento, uma melhora efetiva das condições de vida dos trabalhadores fora da fábrica, com acessos ao consumo e ao lazer que não existiam no período anterior, bem como uma sensação de estabilidade no emprego, em contexto de pleno emprego keynesiano, diluindo a radicalidade das lutas e levando a crer na possibilidade de combinar acumulação e certos níveis de desigualdade.

As autoras afirmam que apesar dessa melhora na vida dos trabalhadores, este acordo também significou grandes perdas, haja vista que o mesmo só aconteceu com a capitulação de muitas lideranças operárias.

Pereira (2008) destaca que o *Welfare State* guiou-se por três caminhos, a saber: o receituário Keynesiano de regulação econômica e social, com a política do “pleno emprego”; o relatório de Beveridge sobre a seguridade social, política de seguridade econômica e de existência e a formulação da teoria trifacetada de cidadania de Marshall, com a política de direitos. A referida autora ressalta o caráter contraditório do modelo *Welfare State*, uma vez que este modelo atende as necessidades sociais da classe trabalhadora e também as demandas de preservação do capital.

Harvey (2008) assinala que as formas de intervenção estatal variaram e adquiriram características diferenciadas nos países de capitalismo avançado nos quais se constituíram o *Welfare State*. Behring (2013) afirma que o Brasil não conheceu a situação de pleno emprego fordista-keynesiano do pós-guerra, aproximando do que muitos analistas chamam de fordismo

periférico<sup>9</sup>. As taxas de acumulação e as políticas sociais desenvolvidas nos países periféricos distinguiram-se da dos países centrais, uma vez que não atingiram o mesmo patamar.

Nos países de economia periférica a implantação precária do fordismo agravou as expressões da questão social e ampliou o exército industrial de reserva<sup>10</sup>, gerando grande insatisfação e uma série de tensões sociais. Nos países de economia avançada também ocorreram reivindicações em prol de uma cobertura mais ampla e profunda do modelo fordista.

Entretanto, quando emerge uma crise estrutural do sistema capitalista nos anos de 1970, o padrão taylorista/fordista torna-se incapaz de atender a demanda de expansão do capital. Nas palavras de Harvey (2008, p. 135)

De modo mais geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez. Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariáveis. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor “monopolista”).

Antunes (1999) descreve os traços desse quadro crítico, a saber: queda na taxa de lucros por conta da elevação do preço da força de trabalho a partir da intensificação das lutas sociais; esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção; hipertrofia da esfera financeira que ganhava relativa autonomia frente aos capitais; maior concentração de capitais através das fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; crise do *Welfare State* (crise fiscal do Estado capitalista e necessidade de retração nos gastos públicos); e incremento das privatizações.

Conforme Netto e Braz (2009) dois detonadores são determinantes para o fim dos “anos dourados do capital”, quais sejam: o primeiro “choque do petróleo” — a alta dos preços do

---

<sup>9</sup> Conforme Behring (2013), este termo síntese busca mostrar que “a apropriação dos ganhos de produtividade nos acordos coletivos de trabalho foi sempre parcial ou mesmo residual no Brasil, em virtude de uma correlação de forças bastante desfavorável ao trabalho (...). Acrescente-se que o acesso aos serviços sociais e direitos foi sempre limitado, por longo tempo segmentado, deixando largas parcelas da população sem qualquer proteção mesmo após a Constituição de 1988, que instituiu a seguridade social no país (ibid., p. 15).

<sup>10</sup> Marx (2001) indica que a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporção cada vez maior, uma população supérflua. Esta população trabalhadora excedente é um produto necessário de acumulação, é a alavanca da acumulação capitalista e condição de existência desse sistema. Nas suas palavras: “Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população” (p.735).

petróleo, determinada pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) — devido ao conflito com o Oriente médio; e o colapso do ordenamento financeiro mundial, que colocou fim a paridade do dólar com o ouro, rompendo com o acordo de Bretton Woods<sup>11</sup>. Ademais, surgiam o que os autores citados chamam de “vetores sociopolíticos”, ou seja, várias tensões e reivindicações por parte daqueles insatisfeitos com o sistema vigente. Estes lutavam por uma maior qualidade de vida e por melhorias salariais.

Naquela conjuntura se deu a explosão do operário-massa. Bihl (1998) explica que a segunda geração desse proletariado, insatisfeita com os termos do “compromisso” concluído por sua antecessora, desencadeava diversas lutas contra os métodos do sistema vigente. Porém, essas lutas não conseguiram se articular com os “novos movimentos sociais” emergentes (ecológicos, urbanos, antinucleares, feminista etc), o que implicou no enfraquecimento da ação dos trabalhadores. Mas a capacidade de auto-organização dos trabalhadores incomodou o funcionamento do sistema capitalista.

Na busca pela manutenção de seu processo de acumulação e dominação, o capital inicia o seu processo de recomposição, através de um conjunto de processos que podem ser sintetizados pelo tripé: reestruturação produtiva, mundialização do capital e neoliberalismo. Nos termos de Antunes (1999, p. 31):

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi a expressão mais forte; a isso seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores.

De acordo com o autor supracitado, o capitalismo procurou enfrentar a crise somente na sua superfície, sem alterar as estruturas essenciais do modo de produção capitalista. Essa fase de recomposição capitalista significou uma ofensiva generalizada do capital e do Estado contra a classe trabalhadora e contra as condições estabelecidas no período fordista. Além disso, o setor financeiro, que era um dos pólos desse novo quadro crítico, tornava-se autônomo dentro de complexas inter-relações entre a liberação e a mundialização dos capitais e do processo produtivo (ANTUNES, 1999).

---

<sup>11</sup> Conforme Harvey (2008, p. 131) “O Acordo de Bretton Woods, de 1944, transformou o dólar na moeda reserva mundial e vinculou com firmeza o desenvolvimento econômico do mundo à política fiscal e monetária norte-americana”.

Naquele contexto, o capital desencadeou várias mudanças no processo produtivo, através do implemento de formas de acumulação flexível, *downsizing*, formas de gestão organizacional, avanço tecnológico e modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, em que se destaca o “toyotismo” (ANTUNES; DRUCK, 2014). Isso implicou na passagem do fordismo para um regime de acumulação inteiramente novo, chamado por Harvey (2008) de acumulação flexível. Na caracterização do autor,

*A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve mudanças rápidas dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto em setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a “Terceira Itália”, Flandes, os vários Vales e gargantas do Silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém industrializados). Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compressão do espaço-tempo” (ver parte III) no mundo capitalista [...] (HARVEY, 2008, p. 140).*

Harvey (2008) descreve a acumulação flexível como uma produção enxuta, ágil, flexível e descentralizada, que se conduz pela demanda e pela existência do “estoque-mínimo”. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. É um novo regime de acumulação com horizontalização/descentralizada que se confronta com a rigidez e a verticalização do fordismo, e busca terceirizar e subcontratar pequenas e médias empresas.

A acumulação flexível se distingue do padrão fordista pela retração dos custos e pela redução da força de trabalho, causando um enxugamento do quadro de pessoal tanto nas empresas privadas quanto nas públicas, implicando numa série de consequências que afetaram a consciência de classe e os organismos organizativos dos trabalhadores.

Recorremos aqui a importante sintetização de Antunes e Druck (2014) acerca das diferenças entre o toyotismo e a empresa flexível com o fordismo:

1) trata-se de uma produção diretamente vinculada à demanda, diferenciando-se da produção em série e de massa do taylorismo/fordismo; 2) dependem do trabalho em equipe, com multivariabilidade de funções rompendo com o caráter parcelar típico do fordismo; 3) estruturam-se num processo produtivo flexível, que possibilita ao trabalhador operar simultaneamente várias máquinas,

diferentemente da relação homem/máquina na qual se baseava o taylorismo/fordismo; 4) tem como princípio o just in time, isto é, a produção deve ser efetivada no menor tempo possível; 5) desenvolvem o sistema de kanban, senhas de comando para reposição de peças e estoque, uma vez que no toyotismo os estoques são os menores possíveis, em comparação com o fordismo; 6) tem uma estrutura horizontalizada, ao contrário da verticalidade fordista. Enquanto na fábrica fordista aproximadamente 75 % era realizada no seu interior, a fábrica toyotista é responsável por somente 25% dela e a terceirização/subcontratação passa a ser central na estratégia patronal. Essa horizontalização estende-se às subcontratadas, às firmas terceirizadas, acarretando a expansão de seus métodos e procedimentos para toda a rede de subcontratação. E essa tendência vem se intensificando cada vez mais nos dias atuais, pois a empresa flexível defende e implementa a terceirização não só das atividades meio, mas também das atividades fim; 7) criam os círculos de controle de qualidade (CCQs), visando a melhoria da produtividade e permitindo que as empresas se apropriem do *savoir-faire* intelectual e cognitivo do trabalho, que o fordismo desprezava (ANTUNES; DRUCK, 2014, p. 15).

Assim, todas essas mudanças predominaram no universo empresarial aumentando significativamente a produtividade do trabalho, haja vista que o trabalhador passou a operar várias máquinas concomitantemente, com ritmo e velocidade maiores. Além disso, determinou a apropriação das atividades intelectuais do trabalho, pois o trabalhador, interagindo com um maquinário automatizado, informatizado e digitalizado, possibilitou a retomada do ciclo de valorização do capital em detrimento dos direitos do trabalho (ANTUNES; DRUCK, 2014). Isso resultou na intensificação da precarização, numa maior pressão dos empregadores no controle sobre a força de trabalho, em níveis altos de desemprego estrutural, em rápida destruição e reconstrução de habilidades, em ganhos modestos de salários reais (quando ocorre) e no retrocesso do poder sindical (HARVEY, 2008).

Nessas circunstâncias,

O mercado de trabalho, por exemplo, passou por uma radical reestruturação. Diante da volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão de obra excedente (desempregados e subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis (HARVEY, 2008, p. 143).

No que se refere ao toyotismo, Alves (2000) indica que o mesmo assume a posição de objetivação universal da categoria de flexibilidade e passa a representar o momento predominante da reestruturação flexível. Este modelo apresenta-se como “[...] a mais radical e interessante experiência de organização social da produção de mercadorias, sob a era da mundialização do capital” (ALVES, 2000, p. 32). Segundo este autor, o toyotismo utiliza novas

práticas gerenciais e empregatícias, tais como *just-in-time/kanban*<sup>12</sup>, controle de qualidade total (CCQs)<sup>13</sup>, engajamento estimulado, a autonomia/auto-ativação<sup>14</sup> e a polivalência operária<sup>15</sup>. Estas práticas buscam assegurar a constituição de uma nova subjetividade operária, capaz de promover uma nova via de racionalização do trabalho centrada nessa “produção enxuta”. Assim,

Tal como o taylorismo e o fordismo, o objetivo supremo do toyotismo — ou da “produção enxuta” — continua sendo incrementar a acumulação do capital, por meio do incremento da produtividade do trabalho, o que vincula a lógica produtivista da grande indústria, que dominou o século XX. Ele pertence tal como o taylorismo e o fordismo, ao processo geral de racionalização do trabalho (e, portanto, de sua intensificação) instaurado pela grande indústria. Por outro lado, cabe a ele — o toyotismo — articular, na nova etapa da mundialização do capital, uma operação de novo tipo de captura da subjetividade operária, uma nova forma organizacional capaz de aprofundar — e dar nova qualidade — a subsunção real do trabalho ao capital inscrita na nova forma material do capitalismo da Terceira Revolução Científica e Tecnológica (ALVES, 2000, p. 36).

Esse modelo exige novas determinações do trabalhador: busca-se um modelo de trabalhador mais participativo, polivalente, multifuncional e qualificado, e apto ao trabalho em equipe. A “manipulação” do consentimento operário, objetivada num conjunto de inovações organizacionais, institucionais e relacionais no complexo de produção de mercadorias, articula-se com o controle do trabalho.

Eis, portanto, o resultado da captura da subjetividade operária pela lógica do capital, que tende a se tornar mais consensual, mais envolvente, mais participativa: em verdade mais manipulatória. Surge um estranhamento pós-

---

<sup>12</sup> Alves (2000, p. 45) indica que o princípio *just-in-time/kanban* se configura como um dos distintivos organizacionais do toyotismo, cujo segredo é promover mais um conjunto de reagregações das tarefas produtivas, com o espírito de incorporar a subjetividade operária como constituidora de um novo complexo de produção de mercadorias. Realiza-se o princípio do “estoque mínimo” (o *just in time*). E o *kanban*, sistema de gestão dos supermercados americanos, composto por placas ou senhas que avisam quando o produto deve ser repostado. Com este sistema não há desperdícios nem produção em massa, ocorrendo a reposição do estoque e do produto apenas após sua venda.

<sup>13</sup> Na definição de Cattani (1997, p. 40) “Os Círculos de Controle de Qualidade são criados por iniciativa da empresa e constituem-se de pequenos grupos de trabalhadores”, que voluntariamente se reúnem, fora do horário de trabalho, com o objetivo de solucionar problemas afetos à produção, tais como qualidade e produtividade. Assim, os objetivos dos CCQs vão ao encontro dos interesses da empresa.

<sup>14</sup> Para Alves (2000), o princípio da autonomia/“auto-ativação” consiste em fazer com que as máquinas e os modos de operação incluam protocolos de responsabilidade pela qualidade dos produtos nos próprios postos de fabricação. Torna-se necessário um novo perfil de operário, o que implica na “desespecialização dos trabalhadores qualificados”, por meio da instalação da polivalência e plurifuncionalidade dos homens e máquinas, e do tempo partilhado, baseado em tarefas múltiplas e agradáveis, em padrões flexíveis.

<sup>15</sup> Conforme Alves (2000) o operário polivalente aparece como um servidor de um “sistema de máquinas”, ou seja, um mero vigia de máquinas. Embora este possua um grau mais elevado de autonomia e soberania, ainda faz-se presente a alienação e o estranhamento, haja vista que o operário não controla o processo produtivo, no sentido de estabelecer e autodeterminar os objetivos de suas atividades produtivas.

fordista, com o toyotismo, que possui uma densidade manipulatória maior do que em outros períodos do capitalismo monopolista (ALVES, 2000, p. 54).

No que diz respeito especificamente ao Brasil, o aparecimento dessas mudanças organizacionais e tecnológicas, inspiradas no toyotismo e nas formas flexíveis de acumulação, vai ocorrer no interior do processo produtivo e de serviços nos anos de 1980 (ANTUNES, 2006). Tais mudanças foram sentidas de forma muito lenta se relacionadas com os países centrais, que viviam intensamente a reestruturação produtiva.

Deu-se, também, o início, ainda de modo preliminar, da implantação dos métodos denominados “participativos”, mecanismos que procuravam o “envolvimento” (na verdade, a adesão e a sujeição) dos trabalhadores com os planos das empresas” (ANTUNES, 2006, p. 17).

Nos anos de 1990 é que a reestruturação produtiva toma fôlego e se desenvolve intensamente no Brasil. Antunes (2006) afirma que este processo no nosso país mescla os elementos do fordismo com os novos elementos advindos do novo modelo flexível. Druck (2010) informa que o modelo japonês toyotista no Brasil assume formas nacionais, embora a heterogeneidade setorial e regional e a sua difusão gradual fossem comuns a outros países.

A autora reitera que esse modelo surge como resposta à crise recessiva no início dos anos de 1980, e se mostra como uma estratégia empresarial de resposta à mobilização operária intra e extra fabril. A sua consolidação nos anos 1990 realizou-se através dos programas de qualidade e da terceirização. A autora afirma que essa (des) fordização no país implicou em um retrocesso, isto é, “um recuo na própria história do trabalho e da industrialização” (DRUCK, 2010, p. 68).

Iamamoto (2014b, p. 37) destaca que

A desigualdade que preside o processo de desenvolvimento do país tem sido uma de suas particularidades históricas: o moderno se constrói por meio do “arcaico”, recriando nossa herança histórica brasileira ao atualizar marcas persistentes e, ao mesmo tempo, transformando-as no contexto da globalização. Isso atribui um ritmo histórico particular ao processo de mudanças, uma cadência histórica particular, em que tanto o novo quanto o velho se alteram. Essa coexistência de temporalidades históricas desiguais faz com que a questão social presente, hoje, tanto marcas do passado quanto do presente, radicalizando-a.

No Brasil este quadro de mudanças assume formas graves, visto que a degradação dos direitos do trabalho passa a adquirir uma certa máscara de “modernidade” (IAMAMOTO,

2014b). Assim, intensificam-se a precarização do trabalho e da vida social e os níveis alarmantes de desemprego.

No mundo contemporâneo, o capitalismo investe na mundialização do capital (CHESNAIS, 2005), busca, assim, adentrar em todos os espaços do mundo. Mészáros (2014) afirma que este processo em curso chamado por alguns autores de “globalização”, “mundialização” ou “nova ordem sócio metabólica”, utilizado como meio de solucionar a crise estrutural do sistema, “deve impor-se discriminatoriamente a favor dos mais poderosos e, assim, não só preserva como agrava as desigualdades opressoras do passado” (MÉSZÁROS, 2014, p. 35).

Chesnais (2005), em sua obra *A Finança Mundializada*, esclarece que o mundo contemporâneo apresenta uma configuração específica do capitalismo, na qual o capital portador de juros<sup>16</sup> situa-se no centro das relações econômicas e sociais. Nessa fase, o poder econômico busca fazer dinheiro sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimo e de dividendos e de outros pagamentos recebidos a título de posse de ações, e de lucros de especulação bem-sucedida. Para Chesnais (2005), quando os Estados mais poderosos liberaram o movimento dos capitais e desregulamentaram e desbloquearam os seus sistemas financeiros, o capital portador de juros passou a desempenhar um papel econômico e social de primeiro plano. Para isso também foi necessário que recorressem a políticas facilitadoras da centralização dos fundos líquidos não reinvestidos das empresas e das poupanças das famílias. Os organismos (fundos de pensões, fundos coletivos de aplicação, sociedades de seguros, bancos que administram sociedades de investimentos), caracterizados como “investidores institucionais”, fizeram da centralização dos lucros não reinvestidos nas empresas e das rendas não consumidas das famílias, sobretudo os planos de previdência privados e a poupança salarial, o meio para alcançar uma grande acumulação financeira (CHESNAIS, 2005).

Iamamoto (2007, p. 109) enfatiza que “a esfera estrita das finanças, por si mesma, nada cria”. A mesma alimenta-se da riqueza criada pelo movimento capitalista produtivo e pela mobilização da força de trabalho no seu âmbito, mesmo que em forma fetichizada. Desse modo, o fetichismo dos mercados financeiros, que mostra as finanças como autônomas em relação às sociedades nacionais, esconde o funcionamento e a dominação operada pelo capital transnacional e investidores financeiros.

---

<sup>16</sup> Conforme Chesnais (2005) este também é chamado de “capital financeiro” ou “finança”, e tem como fundamento último a propriedade privada dos meios de produção.

Chesnais (2005), ao direcionar a sua análise às etapas do processo da acumulação financeira<sup>17</sup>, indica que o reaparecimento e o aumento de poder do capital financeiro foram seguidos pelo ressurgimento de mercados especializados (mercados de títulos de empresas ou mercados de obrigações), que garantiram ao capital portador de juros os privilégios e o poder econômico e social particular, associados a “liquidez”. O referido autor afirma que:

Na década de 1960, igualmente, o pagamento dos salários, que se tornou mensal, foi acompanhado da obrigação de os assalariados abrirem uma conta em banco ou no Correio. Uma massa considerável de dinheiro líquido, que antes escapava dos bancos, afluiu em direção a eles. Isso aumentou a escala de suas operações de crédito, bem como de aplicações a curto ou muito curto prazo com a mais alta remuneração que lhes podiam obter no dia em que um mercado financeiro desregulamentado foi reconstruído (CHESNAIS, 2005, p. 38).

Tal reconstituição assentou-se no Reino Unido, um dos centros do capital portador de juros. Na medida em que o controle de câmbio alcançava o seu ponto máximo permitiu-se em 1958, a criação do mercado de “eurodólares”<sup>18</sup>. Essa é a primeira base de operação internacional do capital portador de juros. A reconstituição contou com o auxílio de grandes empresas, ao lado de bancos que aproveitaram para iniciar o seu processo de internacionalização.

Muito antes do “choque de petróleo”, lucros não repatriados e também não reinvestidos na produção são depositados em eurodólares pelas firmas transnacionais norte-americanas. O afluxo de recursos não reinvestidos se acelera no início dos anos 70, à medida que o dinamismo da “idade do ouro” se esgota. Os governos foram obrigados a prolongar sua duração por meio de elevada criação de crédito. Combinado com a primeira reconstituição de uma acumulação de capitais especulativos, isso explica por que a crise de 1974-75 foi marcada por uma primeira forma de crash financeiro da qual os bancos foram o epicentro (CHESNAIS, 2005, p. 38).

Conforme o referido autor, a etapa seguinte foi a “reciclagem” dos “petrodólares”, a partir dos anos de 1976, ou seja, das elevadas somas resultantes do aumento temporário do preço do petróleo. Essa “reciclagem” se conformou em empréstimos e em abertura de linhas de crédito dos bancos internacionais aos governos do Terceiro Mundo, sobretudo na América Latina. Desse modo, foram lançadas as bases da dívida do Terceiro Mundo, e, conseqüentemente, um mecanismo de transferência de recursos que se reproduz com o tempo.

---

<sup>17</sup> Chesnais (2005, p. 37) define como acumulação financeira a centralização em instituições especializadas de lucros industriais não reinvestidos e de rendas não consumidas, que tem por encargo valorizá-los sob a forma de aplicação em ativos financeiros – divisas, obrigações e ações – mantendo-os fora da produção de bens e serviços.

<sup>18</sup> Conforme Chesnais (2005) o mercado de eurodólares é um mercado interbancário de capitais líquidos registrados em dólares.

Nos países da OCDE, como nos países periféricos, a dívida pública alimenta continuamente a acumulação financeira por intermédio das finanças públicas. A necessidade de recorrer ao financiamento mediante empréstimos torna-se permanente por causa da desoneração do capital e das rendas elevadas, a qual foi ainda facilitada pela mundialização financeira, pela impunidade da evasão e pela multiplicação dos paraísos fiscais. Deu-se um duplo presente às rendas elevadas: beneficiam-se da redução de impostos e emprestam a taxas elevadas (CHESNAIS, 2005, p. 41).

A dívida dos países “em desenvolvimento” ou “de industrialização recente” tomou grandes proporções e impôs na maioria desses países políticas de ajuste estrutural e processos de desindustrialização. Assim, “a dívida do Terceiro Mundo foi uma alavanca poderosa que permitiu impor as políticas enérgicas de ajuste estrutural, austeridade fiscal, liberalização e privatização” (CHESNAIS, 2005, p. 67). Ela implica um forte crescimento da dominação econômica e política dos países capitalistas centrais sobre os de periferia, e no agravamento das expressões da questão social. Chesnais (2005, p. 40) considera que:

[...] pelo ângulo da acumulação financeira como tal, é, entretanto, nos países do centro do sistema que a dívida pública fez o capital portador de juros apresentar um crescimento quantitativo e qualitativo. Em termos de valores absolutos de transferências financeiras a dívida pública decisiva não foi a do Terceiro Mundo, mas a dos países avançados.

Para o autor, a mundialização financeira foi preparada pelo mercado de eurodólares, e também pela passagem a um regime de taxas de câmbio flexíveis depois do colapso do sistema de Bretton Woods. O mercado de câmbio foi o primeiro a entrar na mundialização financeira contemporânea, porém as medidas de liberalização e de desregulamentação de 1979-81 foram as responsáveis pelo surgimento do sistema de finança mundializado contemporâneo. Elas abriram os sistemas financeiros nacionais para o exterior, que resultou numa rápida expansão dos mercados de obrigações públicas interconectados internacionalmente e a difusão internacional do financiamento dos déficits pela emissão de títulos negociáveis.

A abertura externa e interna dos sistemas nacionais, conduziu a emergência de um espaço financeiro mundial. A liberalização e a desregulamentação não suprimiram os sistemas financeiros nacionais. Elas os integram de maneira “imperfeita” ou “incompleta”, em um conjunto que tem muitas particularidades. Ele é muito fortemente hierarquizado: o sistema financeiro dos EUA domina os outros em razão tanto da posição do dólar quanto da dimensão dos mercados norte-americanos de obrigações e de ações (CHESNAIS, 2005, p. 44-45).

O autor citado aponta a existência de uma personificação dos “mercados”, expressa pelas decisões tomadas e das operações efetuadas pelos gestores das carteiras mais importantes

e mais internacionalizadas. Essa personificação exprime três dimensões do crescimento da finança, quais sejam: o movimento de autonomia relativa da esfera financeira em relação à produção; o caráter de fetiche perfeitamente mistificador dos valores criados pelo mercado financeiro e o poder dos operadores em decidir os contornos da mundialização financeira e os agentes econômicos que dela participarão.

A integração no regime de mundialização financeira “incompleta e imperfeita” de países cujos sistemas antes estavam fechados e cujos dirigentes são ao mesmo tempo pouco instruídos nas sutilezas da finança de mercado e hábeis nos métodos da corrupção política, teve como resultado a criação de sistemas financeiros muito frágeis (CHESNAIS, 2005, p. 47).

A configuração específica da propriedade capitalista é a propriedade patrimonial, que se mostra dominada pela figura do proprietário-acionista, ou melhor, pelo acionista institucional possuidor de títulos de empresas. Essa tem como finalidade o “rendimento” e não o consumo, e, ainda, a criação de riquezas que aumentem a sua capacidade de produção. Chesnais (2005, p. 50) explicita que “estamos diante de uma lógica econômica em que o dinheiro entesourado adquire, em virtude de mecanismos do mercado secundário de títulos e da liquidez, a propriedade miraculosa de gerar filhotes”.

Chesnais (2005) indica dois resultados obtidos pela restauração do poder da finança: o primeiro relaciona-se a força formidável da centralização do capital, e o segundo a forma pela qual a finança conseguiu alojar a “exterioridade da produção” no próprio cerne dos grupos industriais. Estes grupos são dirigidos por pessoas que colocam a tendência da Bolsa em primeiro plano, o que repercute negativamente nos trabalhadores, que sofrem com os efeitos das normas de rentabilidade impostadas pelos financistas.

Segundo o referido autor, os anos 1990 se caracterizam pelo retorno de um crescimento desigual muito lento e restrito apenas ao sudeste da Ásia e aos Estados Unidos. Este último país foi o único onde o regime de acumulação financeirizado se configurou como um “regime de crescimento”. Os Estados Unidos relacionam-se ao capital portador de juros como nenhum outro, e é marcado por uma visão de mundo que é própria ao capital financeiro e a propriedade patrimonial. Mészáros (2009) se refere a este país como o imperialismo implementado por cartão de crédito. Para ele, este país só avança quando o resto do mundo pode sustentar sua dívida. Quando os países não tiverem mais condições de manter a sua prática vigente de administração da dívida, ela se tornará totalmente insustentável. O autor citado indica que a inevitabilidade da inadimplência norte-americana vai afetar a vida de todos neste planeta, porém a sua posição hegemônica vai ser assegurada de todas as formas possíveis.

Chesnais (2005) sustenta a hipótese de uma “insaciabilidade” da finança. Nas palavras do autor: “a propensão do capital portador de juros para demandar da economia ‘mais do que ela pode dar’ é uma consequência de sua exterioridade à produção. É uma das forças motrizes da desregulamentação do trabalho, assim como das privatizações” (CHESNAIS, 2005, p. 61). Nesse cenário, portanto, todos são obrigados a “adaptar-se” às exigências da “economia”.

O autor citado afirma que o curso da mundialização financeira é marcado por uma sucessão de crises financeiras, cujos efeitos econômicos e sociais tornam-se cada vez mais agravados.

É preciso também falar do detonador das crises em questão, que revela as exigências impostas pelo capital portador de juros. Todas elas praticamente têm como ponto de partida imediato a desvalorização da moeda, que se tornou inevitável por causa do déficit comercial. A desvalorização é um instrumento de política econômica, atributo elementar da soberania, mas comportou um recuo da “âncora” da moeda nacional em relação ao dólar (CHESNAIS, 2005, p. 65).

Iamamoto (2007) aponta que a mundialização financeira, sob suas diferentes formas de efetivação, vem unificando processos que são tratados pelos intelectuais como se fossem autônomos, como por exemplo: a reforma do Estado, tida como específica da arena política; a reestruturação produtiva, referente às atividades econômicas empresariais e à esfera do trabalho; a questão social, circunscrita a dilemas da eficácia da gestão social; a ideologia neoliberal e concepções pós-modernas atinentes à esfera da cultura. Nessas circunstâncias,

O capitalismo financeiro integra, na expansão monopolista, processos econômicos, políticos e ideológicos, que alimentam o crescente movimento da valorização do capital, realizando a ‘subsunção real da sociedade ao capital (IAMAMOTO, 2007, p. 114).

Este curso da mundialização do capital vem resultando na intensificação da exploração e das desigualdades sociais, no crescimento do desemprego, na precariedade do trabalho que tanto repercute no mercado de trabalho, e “na submissão das necessidades humanas ao poder das coisas sociais - do capital dinheiro e de seu fetiche” (IAMAMOTO, 2007, p. 114). Isso porque na raiz do atual perfil da questão social predominam políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital, o que “conduz à banalização do humano, à descartabilidade e indiferença perante o outro” (IAMAMOTO, 2007, p. 125).

Nessa condição,

Surge um novo (e precário) mundo do trabalho. São novas (e cruciais) provocações do capital para o mundo do trabalho organizado. E é a partir daí que emerge uma nova crise do sindicalismo moderno, de cariz estrutural, com muitos desdobramentos sócio-históricos. Há uma crise dos “intelectuais orgânicos” da classe, sindicatos e partidos socialistas, capazes de desenvolver a consciência necessária de classe (ALVES, 2000, p.65).

O capital e o Estado burguês se lançam na desmobilização das organizações sindicais e trabalhistas. Estes investem na repressão das greves e negativa de negociação com os trabalhadores. Utilizam ainda outras medidas, que em conjunto com a mídia disseminam e investem na desinformação e na descaracterização das lutas e resistências dos trabalhadores. Conforme Antunes (2010), os impactos dessas transformações são enormes, a saber: uma diminuição da classe operária tradicional; uma expansão significativa do trabalho assalariado, por meio do grande crescimento do assalariamento no setor de serviços; uma heterogeneização do trabalho, marcada principalmente pela crescente incorporação do trabalho feminino no mundo operário; além de uma subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, “terceirizado” — e todas essas transformações responsáveis pela produção crescente e maciça do desemprego estrutural.

Para Antunes (2010), foram tão intensas as modificações no mundo do trabalho que a “classe-que-vive-do-trabalho”<sup>19</sup> sofreu a mais grave crise, tendo não só sua materialidade atingida, mas também sua forma de ser e sua consciência enquanto classe. A classe trabalhadora fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se. Qualificou-se em vários setores, porém se desqualificou e se precarizou em outros, ocorreu a desvalorização do trabalhador em função do aumento do trabalho morto no setor produtivo. Emergiu o trabalhador “polivalente e multifuncional” e também uma massa de trabalhadores precarizados e sem qualificação, que hoje vivencia a precarização das relações de trabalho ou ainda o desemprego estrutural. Essas mudanças, na visão de Antunes (op cit), geraram uma classe trabalhadora composta de trabalhadores qualificados e desqualificados, trabalhadores inseridos no mercado formal e informal de trabalho, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais, dentre outros. Diante disso, a classe trabalhadora passa a não se perceber mais como um todo, não se reconhece mais como tal diante de tantos fragmentos dentro de uma mesma classe.

---

<sup>19</sup> O que Antunes (2010) define como classe-que-vive-do-trabalho engloba a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho e que são despossuídos dos meios de produção. Essa definição é pertinente para se pensar a classe trabalhadora hoje.

Antunes e Druck (2014) afirmam que a terceirização, a informalidade, a precarização, a materialidade e imaterialidade se mostram elementos fundamentais para a preservação e manutenção do sistema capitalista. Nas palavras dos autores: “a informalidade deixa de ser exceção para tendencialmente tornar-se a regra, e a precarização passa a ser o centro da dinâmica do capitalismo flexível (ANTUNES; DRUCK, 2014, p. 13).

Vivencia-se, assim, a era da degradação do trabalho, substitui-se a modalidade de trabalho contratado e regulamentado pelo “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário”. Isso determina a flexibilização dos salários e da carga horária, bem como a destruição de direitos sociais.

Uma fenomenologia preliminar dos modos de ser da precarização demonstra a ampliação acentuada de trabalhadores submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, sem registro em carteira, trabalhando dentro ou fora do espaço produtivo das empresas, quando não na condição de desempregados. Crescentemente, a busca da “racionalidade instrumental” do capital vem impulsionando as empresas à flexibilização das relações de trabalho, da jornada, da remuneração, introduzindo novas relações e formas de trabalho que frequentemente assumem feição informal (ANTUNES; DRUCK, 2014, p. 16).

Conforme os autores, nessa “nova fase de desconstrução do trabalho” é que se revela a metamorfose da velha e histórica precariedade, que se mostra em total sintonia com a informalidade. No que concerne à precarização social do trabalho no Brasil, Druck (2013) afirma que a mesma é revelada nas transformações ocorridas no mundo do trabalho, na legislação trabalhista e social e no papel do Estado e das suas políticas sociais, no comportamento dos sindicatos e nas novas formas de atuação de instituições públicas e de associações civis.

O caráter dessa nova precarização social do trabalho está sustentado na ideia de que se trata de um processo que instala – econômica, social e politicamente – uma institucionalização da flexibilização e da precarização modernas do trabalho, renovando e reconfigurando a precarização histórica e estrutural do trabalho no Brasil, agora justificada – na visão hegemônica pelo capital –, pela necessidade de adaptação aos novos tempos globais, marcados pela inevitabilidade e inexorabilidade de um processo mundial de precarização, também vivido a passos largos pelos países desenvolvidos (DRUCK, 2013, p. 55-56).

A referida autora afirma que a precarização sofre uma metamorfose, e sua nova configuração é dada pela “instabilidade, insegurança, fragmentação dos coletivos de trabalhadores e brutal concorrência entre eles” (DRUCK, 2013, p. 56). É sabido que a

precarização social do trabalho no Brasil faz-se presente desde os tempos da escravidão, no entanto, a partir dos anos de 1990, a mesma vem sofrendo uma intensificação, passando a ser considerada uma nova precarização social do trabalho no Brasil (DRUCK, 2013, p.56). Ela faz-se presente em todas as regiões do país, contemplando todos os setores da economia (dos mais tradicionais aos mais dinâmicos e modernos) e atingindo todos os trabalhadores, daqueles menos qualificados aos mais qualificados.

[...] essa precarização se estabelece e se institucionaliza como um processo social que instabiliza e cria uma permanente insegurança e volatilidade no trabalho, fragiliza os vínculos e impõe perdas dos mais variados tipos (direitos, emprego, saúde e vida) para todos os que vivem do trabalho (DRUCK, 2013, p. 61).

Druck (2013) apresenta os cinco grandes tipos de precarização, sendo estes: o desemprego, a informalidade, a terceirização, as precárias condições e organização do trabalho e as formas de resistência. Esses tipos, conforme a autora, são expressos através de cinco aspectos: 1) nas formas de mercantilização da força de trabalho, que conforma um mercado de trabalho heterogêneo e marcado por uma vulnerabilidade estrutural, apontando tendências de formas precárias de relações de trabalho, no qual há perda de vínculos na condição de empregado e uma condição de ausência de primeiro emprego, que se torna permanente; 2) na organização e nas condições de trabalho, tais como ritmo e intensidade do trabalho, na autonomia, metas inatingíveis, pressão de tempo, jornada de trabalho extensa, polivalência, rotatividade e outros. Esses imprimem uma intensificação do trabalho, ritmos acelerados e auto aceleração; 3) nas condições de segurança do trabalho, ou seja, na sua fragilização e na diluição das responsabilidades entre os estáveis e instáveis; 4) no reconhecimento, na valorização simbólica, no processo de construção da identidade individual e coletiva, tornando complexa a alienação e o estranhamento do trabalho; 5) nas condições de representação e de organização sindical, conformando uma grande fragilização política dos trabalhadores, fragilização dos sindicatos e dos efeitos políticos da terceirização.

O desemprego, identificado por Druck (2013) como a condição mais precária e vulnerável, agrava-se no Brasil e torna-se crônico. Dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), informam que a população desocupada no Brasil, no mês de julho de 2016, correspondia a 11,8 milhões de pessoas. Estes elevados níveis de desemprego, provenientes da forma de inserção do país na globalização, expressam o alto grau de precarização em que se encontram aqueles que estão em situação de desemprego (DRUCK, 2013).

Segundo a autora supracitada, nos países desenvolvidos e também nos subdesenvolvidos, os jovens se mostram os mais vulneráveis, como a América Latina que tem 46 % da sua população composta por desempregados jovens. No Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revela que a taxa de desemprego entre os jovens aumentou de 15,25 % em 2015 para 26,36 % no primeiro trimestre de 2016.

Druck (2013) destaca que a fronteira entre o desemprego e a informalidade é muito ínfima. Todavia, essa última não se mostra como uma alternativa ao desemprego, uma vez que não há lugar para todos que buscam emprego, nem mesmo para os que trabalham informalmente. A autora ressalta que os “sem emprego” — aqueles trabalhadores desempregados e informais — constituem hoje a maioria da população.

Segundo dados do IBGE, o trabalho informal em todas as regiões do Brasil vem encontrando dificuldades de absorver os trabalhadores. Nesse último ano, este perdeu 614 mil vagas, o que corresponde a 1,3 milhões de desempregados, uma vez que estas vagas não foram incorporadas pelo mercado formal.

Em relação à terceirização, Druck (2013) indica que ela deve ser definida como um fenômeno velho e ao mesmo tempo novo. Nesse sentido, a mesma se mostra um fenômeno velho porque no Brasil existe desde os primórdios da industrialização, sendo originada da agricultura e inscrita no trabalho tipicamente sazonal. E se torna um fenômeno novo porque passa a ocupar papel central no processo de reestruturação produtiva, nas novas formas de gestão e organização do trabalho.

De acordo com a autora, a terceirização passa a atingir todos os setores e atividades. No setor público, ela se expressa a partir dos anos de 1990, com a contra-reforma do Estado e com a introdução do “paradigma gerencialista” da administração pública. Nesse âmbito, ela tem lugar a partir dos programas de incentivo à aposentadoria e a demissão voluntária, no congelamento dos salários e da redução de concursos públicos; sendo muito utilizadas as seguintes modalidades de terceirização: contratação de estagiários, cooperativas, Ongs e transferências de serviços públicos para os privados. No setor privado a terceirização atinge todas as áreas, dos bancos aos *call centers*. No setor industrial a terceirização ocorre inicialmente nos serviços de limpeza, vigilância, alimentação e logo lança-se para todas as áreas, sem nenhuma distinção entre as atividades “fim” e “meio”.

A terceirização, para além de sua dimensão quantitativa, que já evidencia o avanço da precarização para os trabalhadores na forma de salários mais baixos, da redução de direitos e mesmo de negação da condição de emprego (quando existe recurso às cooperativas e às empresas do “eu sozinho”, em que

se abole a relação de assalariamento formal), tem também uma dimensão qualitativa, especialmente no lugar central que ocupa como estratégia de dominação das empresas, pois cria uma divisão entre os trabalhadores (primeira e segunda categorias) e acirra as diferenças. Em muitos casos, ela incentiva a discriminação, porque aqueles que fazem parte do quadro principal da empresa sentem-se superiores àqueles que devem se submeter a tudo ou a quaisquer condições de trabalho, “os outros”, as “empreiteiras”, os “subcontratados”. Além disso, cria uma fragmentação, uma verdadeira pulverização da organização coletiva e sindical, já que a empresa contratante faz contrato com diferentes empresas contratadas, de diferentes setores de atividades, o que leva os trabalhadores a serem representados e/ou filiados à diferentes sindicatos (DRUCK, 2013, p. 68).

Outro grande tipo de precarização, apontado por Druck (2013), refere-se ao quadro de regressão social e precarização da vida ao qual são submetidos os trabalhadores. Nessa esteira encontram-se os ocupados que trabalham além da jornada de trabalho legal, o tempo de permanência no trabalho principal, o número de acidentes de trabalho e as doenças ocupacionais. Ela indica que os que possuem emprego vêm sendo afetados pela intensificação do trabalho, pelos maus-tratos no ambiente de trabalho, ou seja, o assédio moral, e a “gestão pelo medo”. Estudos apontam que a humilhação no trabalho, as condutas de estratégia de dominação e as ameaças de demissão são práticas muito presentes no ambiente de trabalho. Assim, “as condições atuais de trabalho, para os mais diferentes setores e segmentos, vêm sofrendo um processo de degradação em que a precarização se torna, em suas múltiplas faces, uma determinação fria e perversa da regressão social e de vida dos trabalhadores (DRUCK, 2013, p. 71).

Cabe destacar com máxima ênfase que essas novas determinações do trabalho afetam negativamente a saúde física e mental dos trabalhadores. Os processos de adoecimento são causados principalmente pela pressão dos empregadores, intensidade de trabalho, frustração e excesso de trabalho.

No que diz respeito à precarização e suas resistências, Druck (2013) aponta que a precarização atinge também os sindicatos. As transformações societárias determinaram a crise sindical. Criou-se um “novo regime de dominação” através da precarização, fragilizando as organizações dos trabalhadores. Ademais, as direções sindicais deixam de liderar e mobilizar os trabalhadores contra o capital e suas formas de dominação. Observa-se “a tendência de substituir o sindicalismo de confronto por um sindicalismo propositivo e de negociação” (DRUCK, 2013, p. 72). Entretanto, nesse cenário de intensa precarização, surgem outras formas de resistência, como o poder público, que vem fiscalizando denúncias de injustiças, ilegalidades e abusos de poder nas relações de trabalho. Nas palavras da autora:

O poder público tem desempenhado um papel extremamente importante nesse âmbito, sobretudo o MPT, cuja autonomia em relação ao “governo de plantão” lhe dá poderes como a nenhuma outra instituição. Isso é patente na atuação dos procuradores: eles têm contribuído efetivamente para a denúncia e o fim de certas situações de precarização do trabalho. Mas esse tipo de intervenção só poderá avançar e se fortalecer se estiver sustentada numa ampla mobilização social e política dos trabalhadores. Por isso, eles devem retomar a palavra e a iniciativa para superar a precariedade, visando a emancipação e o restabelecimento da razão social do trabalho (DRUCK, 2013, p. 73).

Podemos afirmar que as diversas categorias trabalhadoras assalariadas, inclusive os assistentes sociais, experimentam essa nova precarização nas mais diversificadas dimensões: desregulamentação do trabalho; precariedade dos espaços de trabalho; ausência e/ou redução dos direitos trabalhistas; desemprego; vínculos e formas de contratos instáveis e precários; subcontratação; emprego temporário; informalidade; terceirização; jornadas e salários flexíveis; multifuncionalidade ou polivalência; desespecialização; frágil organização profissional; rotatividade no emprego; instabilidade e insegurança; níveis salariais baixos; carga horária excessiva; dentre outras.

No caso específico das relações e condições de trabalho dos assistentes sociais — tema que será tratado pormenorizadamente no terceiro capítulo —, Raichelis (2011) aponta que a profissão passa a sentir os efeitos dessa “nova morfologia do trabalho” (ANTUNES, 2013), em níveis e intensidade antes desconhecidos pela profissão de Serviço Social.

A reestruturação produtiva do capital, da qual resultam diferentes formas de precarização do trabalho, atinge o mercado de trabalho do assistente social, incidindo, contraditoriamente, tanto no movimento de mudança e/ou redução de postos de trabalho em alguns campos (por exemplo, nas empresas industriais), como também de ampliação, como é o caso das políticas de seguridade social, com destaque para a política de assistência social, principalmente no âmbito municipal, em função das novas e intensas demandas aos municípios decorrentes da descentralização dos serviços sociais públicos (RAICHELIS, 2011, p. 431).

### 1.3 AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NO ÂMBITO DO ESTADO CAPITALISTA

As transformações operadas no mundo do trabalho também implicaram na redefinição e no redimensionamento do papel do Estado, no que tange às políticas públicas e na sua relação com o mercado (DELGADO et al., 2014). A partir da adoção do paradigma neoliberal e da incorporação de formas de administração gerencial, o “Estado passou a ser mínimo para o social

e máximo para o mercado” (NETTO, 1996, p. 100). O novo posicionamento do Estado atinge diretamente a classe trabalhadora, a exemplo do deslocamento da responsabilidade da esfera pública para a privada, da centralização de gastos sociais em políticas sociais seletivas, focalizadas e residuais; do reforço a traços assistencialistas, voluntaristas e filantrópicos, da redução dos direitos sociais; e, ainda, da “naturalização da superexploração do trabalho” (MOTA; AMARAL, 2010).

Soares (2000) atribui ao avanço do capitalismo a responsabilidade pela decadência do “estatismo”. Para a autora, esse avanço é a base da crise do Estado capitalista, crise esta que levou vários economistas, ideólogos e políticos a deixarem de lado o velho ideário do liberalismo econômico e retornarem à ortodoxia. A nova direção orienta-se na perspectiva de que “é o livre jogo das forças de mercado, sem nenhuma interferência, o que levaria a uma melhor utilização dos fatores produtivos em benefício de toda a coletividade” (SOARES, 2000, p. 15).

A autora aponta que a crise capitalista dos anos de 1970 determinou transformações estruturais que deram origem a um modelo social de acumulação diferente - denominado de neoliberal.

Em síntese, esse novo modelo de acumulação implica que: os direitos sociais perdem identidade e a concepção de direito se restringe; aprofunda-se a separação público-privado e a reprodução é inteiramente devolvida para este último âmbito; a legislação trabalhista evolui para uma maior mercantilização (e, portanto, desproteção) da força de trabalho; a legitimação (do Estado) se reduz à ampliação do assistencialismo. A expressão institucional desse modelo – e do caráter das relações sociais – é também um *novo* Estado, um cenário diferente que expressa – ao mesmo tempo que define – novas condições de luta social (SOARES, 2000, p.13).

Anderson (1995) indica que o projeto neoliberal surge após a Segunda Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte, formulado por Friedrich Hayek, em seu livro *O caminho da Servidão*, no ano de 1944. Tal projeto inicialmente foi adotado pela Inglaterra e pelos Estados Unidos<sup>20</sup>, e após os anos de 1970 começa a ganhar espaço no mundo capitalista, pois a superação da crise capitalista exigia um Estado forte em sua capacidade de romper o

---

<sup>20</sup> Conforme Soares (2000), na Inglaterra ocorreu a “contra-revolução monetarista” com o advento do “tatcherismo. A contra-revolução monetarista se opunha à revolução keynesiana, consistia na aplicação do receituário friedmaniano de contração monetária, eliminação do Estado como agente econômico, drástica redução do tamanho e dos gastos do *Welfare State*, e a liberação do mercado. Os resultados desta política são recessão e desemprego. E nos Estados Unidos, a adoção do credo ortodoxo assumiu uma roupagem intitulada de “economia de oferta”, no qual o Estado é tido como a causa de todos os males, a estagflação é proveniente do excesso de oferta monetária, de impostos e de regulamentação do mercado.

poder dos sindicatos e no controle do dinheiro e parco no que tange aos gastos sociais e nas intervenções econômicas.

Para o autor, o projeto neoliberal configura-se como uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Portanto, é um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado. “Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional” (ANDERSON, 1995, p. 22). Assim, este projeto contempla a informalidade do trabalho, o desemprego, o subemprego, a desproteção trabalhista e uma “nova” pobreza.

O referido autor, ao realizar um balanço do neoliberalismo, revela que a adoção desse modelo não alcançou o seu objetivo central, qual seja: a restauração das altas taxas de crescimento do capital presentes no período anterior à crise. Mas obteve êxito no que tange à deflação, lucros, empregos e salários. Nesse sentido, no conjunto dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a taxa de inflação caiu consideravelmente (de 8,8% para 5,2%) nos anos de 1970 a 1980, sendo mantida nos anos seguintes; a taxa de lucros das indústrias, nos citados países, também aumentou. Esses resultados se relacionam à derrota do movimento sindical, expressa na queda de greves nos anos de 1980 e na contenção salarial. Observou-se que a taxa média de desemprego nos países da OCDE duplicou na década de 1980, do mesmo modo que o grau de desigualdade aumentou significativamente, e os valores da bolsa aumentaram quatro vezes mais rapidamente do que os salários. No entanto, mesmo não aumentando as taxas de crescimento econômico do capital, a ofensiva neoliberal se revigora nos Estados Unidos, na Inglaterra e no Chile, sendo a experiência chilena a primeira da América Latina.

Conforme Soares (2000, p.12) “o *ajuste neoliberal* não é apenas de natureza econômica: faz parte de uma redefinição global do campo político-institucional e das relações sociais”. Foram os efeitos devastadores da crise financeira e a eclosão da crise da dívida dos anos de 1980 que compeliram esses países a adotarem as reformas estruturais de caráter neoliberal recomendadas pelo Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo governo dos Estados Unidos no “Consenso de Washington”<sup>21</sup>. Tais reformas estruturam-se na

---

<sup>21</sup> Conforme Soares (2000, p. 16) este Consenso caracteriza-se por “um conjunto, abrangente, de regras de condicionalidade aplicadas de forma cada vez mais padronizada aos diversos países e regiões do mundo, para obter o apoio político e econômico dos governos centrais e dos organismos internacionais. Além disso, trata-se de políticas macroeconômicas seguidas de reformas estruturais liberalizantes.

desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e financeira, na privatização do setor público e na redução do Estado.

A autora destaca que a entrada dos países da América Latina no processo de ajuste neoliberal se mostra bem variável, por exemplo: o Chile inicia o seu ajustamento no final da década de 1970, o México na segunda metade dos anos de 1980, e o Brasil na virada dos anos de 1990. Nesses países, o ajuste imprimiu um conjunto de mudanças conjunturais e estruturais, implicando em uma diversidade de consequências econômicas, políticas e sociais<sup>22</sup> dramáticas, de difícil reversão caso mantido o atual padrão de intervenção do Estado e política econômica vigente.

As consequências dessas políticas na América Latina, em muitos casos, vão mais além de crises econômicas conjunturais que podem ser superadas com algumas medidas de “ajuste” (o ajuste do ajuste) ou “medidas corretivas”, como os organismos multilaterais costumam enfatizar. Essas consequências tanto no âmbito social, político-institucional e até mesmo econômico – têm componentes estruturais sérios, cujo horizonte transitório vem ficando cada vez mais distante. *Isto significa que muitas dessas consequências são de difícil reversão, sobretudo se mantidos a atual política econômica e o padrão de intervenção do Estado no SOCIAL de caráter “residual”* (LAURELL, 1997, p. 33).

Soares (2000) indica que nos países nos quais se constituíram um Estado de bem-estar social estruturado, profissionalizado e com recursos abundantes de financiamento, as políticas de ajuste estrutural sofreram forte resistência por parte da burocracia do Estado e dos contemplados com as políticas sociais, haja vista que em todos os países em que existiam políticas sociais universais (Previdência Social, Saúde, Educação Básica), ocorreu o desmantelamento destas, o que muito agravou as condições sociais da classe trabalhadora. E naqueles países em que não se conformou o Estado de bem-estar social, as políticas de ajuste se deram pelo lado econômico, com abertura comercial, deslocamento de indústrias e atividades e desemprego. Entretanto, “em todos os casos, porém, essas políticas foram manifestamente insuficientes para diminuir a desigualdade social e a pobreza preexistentes e, sobretudo, agravadas pelo próprio ajuste” (SOARES, 2000, p. 21).

---

<sup>22</sup> Para Soares (2000), tal diversidade depende, principalmente, dos seguintes aspectos: do tipo e da intensidade das políticas de ajuste (do caráter mais ou menos ortodoxo, radicalidade ou gradualidade das medidas etc); estruturação da economia (de acordo com a industrialização); estruturação do Estado (federativo, democrático, autoritário etc); estruturação anterior das políticas públicas (âmbito nacional, grau de universalidade no acesso, padrão de financiamento, cobertura etc); e, ainda, as diferenças relativas às condições sociais encontradas em cada situação específica (características, intensidade e extensão das situações de desigualdade social e pobreza).

Fato é que a adoção do modelo neoliberal provocou o empobrecimento da população e a polarização da sociedade entre ricos e pobres em diversos países, em especial nos da América Latina.

A queda vertiginosa dos salários e o crescente aumento do sub e do desemprego na América Latina da última década leva ao reconhecimento unânime de que houve nesses anos um retrocesso social dramático; o problema revela-se no empobrecimento generalizado da população trabalhadora e na incorporação de novos grupos sociais à condição de pobreza ou extrema pobreza. Observa-se simultaneamente uma redução considerável nos gastos sociais, o que indica uma redução dos serviços sociais públicos e dos subsídios ao consumo popular, contribuindo para deteriorar as condições de vida da maioria da população, incluindo amplos setores das camadas médias (LAURELL, 1997, p. 151).

No que tange à orientação e ao conteúdo das políticas sociais nos países da América Latina, Laurell (1997) identifica que a configuração das políticas sociais aponta para um Estado de bem-estar “restrito” ou “incompleto”, haja vista as limitações dos seus programas e seus critérios de seletividade.

Para a autora, o projeto de implantação neoliberal nos países da América Latina, mesmo com suas variações, mostra-se bem diferenciado em relação ao daqueles países de capitalismo avançado. Nesses primeiros aplicam-se políticas mais ortodoxas e instrumentalizam não só os postulados de política econômica, como também os de política social. Assim, a retração do Estado e a cessão de espaços ao capital privado se dão tanto na esfera econômica como na do bem-estar social.

Laurell (1997) assinala que a privatização, o corte dos gastos sociais, a centralização dos gastos públicos em programas seletivos contra a pobreza e a descentralização, são os vetores adotados pelos neoliberais para diminuir a ação do Estado no âmbito do bem-estar social. De acordo com essa autora, a privatização é o elemento articulador dessas estratégias, e tem como objetivo abrir todas as atividades econômicas rentáveis aos investimentos privados, no sentido de ampliar os âmbitos de acumulação e remercantilizar o bem-estar social. Na definição de Draibe (1993, p. 97)

[...] a privatização “... entendida como deslocar a produção de bens e serviços para o setor privado lucrativo foi apresentada como uma resposta que alivia a crise fiscal, evita a irracionalidade no uso de recursos induzida pela gratuidade de certos serviços públicos e aumenta a progressividade do gasto público ao evitar que os setores de maior poder se apropriem de benefícios não proporcionais (maiores) à contribuição que realizam para financiá-los” (Issuani, 1990, pp. 7-8). Outra forma de privatização é a que propõe o deslocamento da produção e/ou distribuição de bens e serviços públicos para

o setor privado não-lucrativo, composto por associações de filantropia e organizações comunitárias, ou as novas formas de organizações governamentais.

Serra (2005, p. 06) afirma que “a desobrigação do Estado pela via da alteração de seu arcabouço institucional, nada mais representa do que adequar a forma aos objetivos e metas dos ajustes dos países periféricos ao figurino determinado pelo ‘Consenso de Washington’”. Segundo a autora, os neoliberais justificam o corte dos gastos sociais públicos pela crise fiscal do Estado, mas a crise dos Estados latino-americanos realiza-se em razão da dívida pública e não por causa de gastos excessivos.

A autora destaca outra característica dessa modalidade de política social que é a privatização dos serviços públicos através da cobrança do serviço público. Os argumentos que justificam essa proposta é que os fundos públicos não devem custear um bem privado, e que a cobrança dos serviços proveria o setor público de recursos para elevar o seu reduzido orçamento. Assim, “seriam atingidos dois dos objetivos neoliberais: remercantilizar os bens sociais e reduzir o gasto social público, suprimindo a noção de direitos sociais” (SERRA, 2005, p. 07). Observa-se que os países que utilizaram esses mecanismos, como o Chile, não tiveram seus objetivos alcançados por conta das baixas condições de consumo da população.

Na América Latina, o processo global de empobrecimento e o ataque aos direitos sociais vêm provocando convulsões sociais e resistência política organizada. Todavia, os efeitos da privatização e da retração do Estado na área social têm sido amenizados pela implantação de programas estatais para aliviar a pobreza, apoiados financeiramente pelos organismos internacionais. Tais programas objetivam apenas assegurar níveis mínimos de alimentação, saúde e educação para a população carente, e tendem a ser manipulados pelo poder Executivo.

De acordo com Laurell (1997, p. 173)

[...] os programas contra a pobreza têm na América Latina um objetivo oculto: assegurar uma clientela política em substituição ao apoio popular baseado num pacto social amplo, impossível de se estabelecer no padrão das políticas neoliberais. Tais programas são, dessa forma, uma tentativa de evitar o problema de ter de se dirigir para uma economia desregulamentada de livre-mercado, sem com isso provocar processos políticos contrários que anulem o projeto.

No que concerne a descentralização, Laurell (1997) afirma que ela não objetiva democratizar a ação pública, mas sim permitir a introdução de mecanismos gerenciais e incentivar os processos de privatização, deixando em nível local a decisão a respeito de como financiar, administrar e produzir os serviços. Soares (2000) denomina a descentralização como

*descentralização destrutiva*, pois no Brasil, assim como em alguns países da América Latina, esse processo determinou um desmonte de políticas sociais existentes sem deixar nada em substituição, e, ainda, delegou aos municípios as competências sem oferecer os recursos necessários, uma vez que o pacto federativo concentra maiores recursos nas mãos do Estado e da União.

Nesse cenário,

[...] produz-se um Estado de Mal-Estar, mediante a desintegração do incipiente Estado de bem-estar existente na região, o que traz uma redução significativa da quantidade e qualidade de serviços e benefícios sociais prestados pelo setor público, com a exclusão crescente do segmento da população que mais necessita deles (SOARES, 2000, p. 72).

Laurell (1997) revela que a reestruturação do Estado na América Latina segundo o paradigma neoliberal não pertence a nenhum dos três regimes de bem-estar capitalista classificados por Esping-Andersen (1991)<sup>23</sup>, pois um Estado liberal subdesenvolvido,

Pertence ao mundo do capitalismo selvagem, pelas próprias características de pobreza maciça na sociedade, exacerbada por suas políticas. Em condições de pobreza majoritária, de subemprego e desemprego e de salários minúsculos, o “bem-estar privado” comprado no mercado ou negociado no contrato coletivo da empresa oferece alternativa somente a uma minoria. Além disso, os serviços públicos tornam-se absolutamente insuficientes pela drenagem sistemática de recursos para o sistema privado; isso não ocorre nos países desenvolvidos. A eliminação das instituições solidárias e coletivistas, tal como prescreve a doutrina liberal, não só nos distancia do universalismo dos direitos sociais como nos faz avançar em direção ao passado. Estamos saindo do século XX, mas para entrar no século XXI ressuscitando o Estado assistencialista (LAURELL, 1997, p. 175).

---

<sup>23</sup> Esping Andersen (1991) identifica três regimes básicos de bem-estar social e agrupa os mais variados países nessa classificação, a saber: o primeiro é o *Welfare State* “liberal” em que predominam a assistência aos comprovadamente pobres. Neste, “os benefícios atingem principalmente uma clientela de baixa renda, em geral da classe trabalhadora ou dependentes do Estado” (ESPING-ANDERSON, 1991, p. 108). Esse tipo de regime minimiza os efeitos da desmercadorização tanto dos bens sociais quanto da satisfação que deles se obtém. É, portanto, regido pela lógica do mercado e tem como exemplos os Estados Unidos, Canadá, a Austrália e a Inglaterra. O segundo tipo de regime é o denominado conservador-corporativo, este agrupa nações como a Áustria, a França, a Alemanha e a Itália. Conforme Esping-Andersen, o legado histórico do corporativismo estatal foi ampliado para atender a nova estrutura “pós-industrial”. Neste, a obsessão liberal com a mercadorização e a eficiência do mercado nunca foi marcante, daí a concessão de direitos sociais não ser uma questão seriamente controvertida. Já o terceiro, exemplificado pelos países escandinavos, é o chamado social-democrata. Estes países buscavam um *Welfare State* que promovesse igualdade com os melhores padrões de qualidade. Nas palavras de Esping - Anderson (p. 110): “Este modelo exclui o mercado e, em consequência, constrói uma solidariedade essencialmente universal em favor do *Welfare State*. Todos se beneficiam; todos são dependentes; e supostamente todos se sentirão obrigados a pagar”.

Pastorini e Galizia (2006) indicam que na década de 1980 no Brasil, vive-se alguns efeitos do “milagre econômico” com o aumento da movimentação social, do protagonismo político e da participação de amplos grupos de trabalhadores, funcionários públicos e burocratas nas reformas de proteção social. Nesse momento, surgiram os movimentos de resistência e de autonomia daqueles que buscavam reformas no campo dos direitos sociais.

Estes movimentos fizeram parte das pressões para a reforma Constitucional de 1988, que orientava o sistema de proteção para a integração das três áreas que o compõem (previdência, saúde e assistência), o definia como direito social amplo, reconfigurava seus princípios e formas administrativas e ampliava suas bases de financiamento e gestão (PASTORINI; GALIZIA, 2006, p. 83).

Nessas circunstâncias, observamos ganhos para a classe trabalhadora relacionados aos direitos sociais. A Constituição Federal de 1988 no art. 194 estabelece que a “Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. Assim, a Saúde mostra-se como “direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução dos riscos de doença e de outros agravos, e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (CF/88, art. 196). A Previdência Social passa a ser “organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial” (CF/88, art. 201). E a Assistência Social “será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social” (CF/88, art. 203). No que se refere a Assistência Social, segundo Mota (2009, p. 15)

A Constituição de 1988 institui a Assistência Social como uma política social não-contributiva, voltada para aqueles cujas necessidades materiais, sociais e culturais não podiam ser asseguradas quer pelas rendas do trabalho, quer pela condição geracional – infância e velhice –, quer por necessidades físicas e mentais.

Nessa direção a autora indica que a Constituição de 1988, ao instituir o tripé da Seguridade Social – Saúde, Assistência Social e Previdência Social – compôs as bases formais e legais do que poderia ser um Estado de bem estar social, onde as concepções assistencialistas vão deslocar-se para a esfera dos direitos, relacionados a políticas sociais.

No entanto, a lógica capitalista nos anos de 1990 impõe, face a crise econômica e política, os ajustes neoliberais nos sistemas de proteção social. Tais propostas no Brasil tornam-

se visíveis após o lançamento do Plano Real de Itamar Franco com o objetivo de estabilizar a inflação brasileira; a eleição de Fernando Henrique Cardoso para presidente; e a expressividade de críticas à Constituição Federal de 1988 e, sobretudo, à política de Seguridade Social, que assegurava direitos aos trabalhadores. Nesse país, conforme Soares (2000, p. 35)

[...] o ajuste tornou-se particularmente dramático tanto do ponto de vista econômico quanto social. Pelo lado econômico, apesar de ter sido, na década de 80, o país sul-americano a oferecer maior resistência às políticas de desregulamentação financeira e abertura comercial irrestrita, todos os impactos das políticas de ajuste implementadas nos anos 90 estão se sobrepondo com grande intensidade e num tempo muito curto. Pelo lado social, o país foi pego a meio caminho na sua tentativa tardia de montagem de um Estado de Bem-Estar Social. Dada a sua massa gigantesca de pobreza estrutural, praticamente excluída dos benefícios do desenvolvimento passado, o país é atingido pelos dois lados, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. Vale dizer, sofre todos os percalços das políticas de ajuste comuns aos países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Uma retrospectiva acerca do implemento dos ajustes neoliberais no Brasil, permite indicar que eles foram implementados no país devido ao agravamento da crise econômica em 1989-90 e do esgotamento do Estado Desenvolvimentista brasileiro<sup>24</sup>. Tal crise financeira decorreu de um processo crescente de endividamento externo e interno, no momento em que o Estado brasileiro encontrava-se economicamente e politicamente fragilizado, com problemas relacionados à instabilidade da moeda, instabilidade de crescimento, instabilidade na condução das políticas públicas, dentre outros.

Oliveira (1995) considera que a ditadura militar<sup>25</sup> foi a responsável por iniciar o processo de dilapidação do Estado brasileiro, possibilitando a implantação da ideologia neoliberal. Segundo ele, a grande burguesia e o povão insatisfeito com a falha do Estado de

<sup>24</sup> Conforme Soares (2000, p. 35) o padrão do Estado Desenvolvimentista se baseava no tripé Estado-capital estrangeiro-capital nacional, com surtos de crescimento e desenvolvimento que propiciou os movimentos de “fuga para a frente” em que se acomodavam os diversos interesses dominantes”.

<sup>25</sup> De acordo com Netto (2011, p. 35) o período de Ditadura Militar evoluiu em três momentos, a saber: 1) o que vai de abril de 1964 a dezembro de 1968 — cobrindo os governos de Castelo Branco e parte do governo de Costa e Silva —; 2) de dezembro de 1968 a 1974 — envolvendo o fim do governo Costa e Silva, o intermezzo da junta militar e todo o governo Médici —; 3) o período Geisel (1974 a 1979). No Brasil, o golpe militar de 1964 se configurou como uma contrarrevolução burguesa, assegurando a dominação desta classe e neutralizando os movimentos democráticos populares. O regime ditatorial realizou uma associação entre o grande capital monopolista e as forças político-econômicas arcaicas, resultando numa modernização conservadora, que foi realizada a todo custo. Visando uma rápida acumulação financeira, a modernização conservadora implicou em uma grave crise inflacionária e recessiva, que se estendeu até a década de 1980. Netto (2011) indica que a crise do chamado “milagre econômico” resultou da crise do sistema capitalista da década de 1970 relacionada aos resultados da crise estrutural do capitalismo brasileiro. Com o retorno à arena política dos movimentos sociais e forças democráticas anteriormente reprimidas pelo regime, a ditadura militar teve sua legitimidade afetada, o que possibilitou a instauração de um regime democrático no Brasil. A primeira eleição indireta para presidente da república elegeu Tancredo Neves, que faleceu, sem tomar posse, assumindo o vice José Sarney. Vale assinalar que: “a ditadura assumiu o Estado, ela agora cria as suas estruturas estatais” (NETTO, 2011, p. 39).

bem-estar social reivindicou uma pregação anti-social. Assim, esse processo de dilapidação teve continuidade no governo de José Sarney, no qual ocorreu o esgotamento do Estado desenvolvimentista e culminou o processo de transição democrática com a eleição presidencial de 1989.

Com a eleição de Fernando Collor de Melo foi lançado um plano de estabilização e reforma econômica, revestido no discurso da necessidade de se modernizar o Brasil, através de sua inserção na rota da economia internacional como saída para a grave crise econômica que afetava o país. Esse governo não foi bem sucedido, visto que os escândalos, a corrupção e a crise inflacionária mobilizaram a sociedade civil resultando no *impeachment* de Collor, em 1992. Conforme Oliveira (1995, p. 25)

Então, surgiu o neoliberalismo à brasileira. Sempre avacalhado e avacalhador: em vez de austeridade britânica – um tanto desmentida, hoje, pelos escândalos da monarquia, hélas! – a Casa da Dinda, uma farsa grotesca, florestas amazônicas em pleno cerrado.

Na sequência, a presidência do Brasil é assumida por Itamar Franco, e este mantém os traços da política neoliberal. Portanto, “[...] a função pedagógica perversa da hiperinflação foi administrada a conta-gotas durante a primeira parte do governo Itamar, precisamente para produzir o terreno fértil no qual se joga a semente neoliberal e ela progride” (OLIVEIRA, 1995, p. 26).

Logo, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1995 a 2002, se consolidaram as estratégias da contra-reforma do Estado a partir de um Plano Diretor de Reforma do Aparelho Estatal, no âmbito do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) sob a gestão do ministro Bresser Pereira<sup>26</sup>, no qual se justifica a defesa do “modelo gerencial”.

Nos anos de 1990, observa-se a instauração da contra-reforma do Estado, que propõe que o Estado se afaste das suas funções “não prioritárias”. Com a privatização e a redução do tamanho do Estado, de modo geral, se estaria reduzindo o gasto público, com o que se eliminaria o déficit público, os dois grandes causadores de todos os “males”, sobretudo o da inflação”

---

<sup>26</sup> O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995), elaborado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado, define objetivos e estabelece diretrizes para a reforma da administração pública brasileira. O plano indica que a crise brasileira era uma crise de Estado, pelo fato de no modelo de governos passados o Estado se desviar de suas funções básicas para ampliar sua presença no setor produtivo, o que implicou na deterioração dos serviços públicos, no agravamento da crise fiscal e da inflação. A reforma do Estado era necessária para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento econômico. Essa, portanto, era a única saída para corrigir as desigualdades sociais e regionais. Este plano buscava criar condições para a reconstrução da administração pública em bases modernas e racionais.

(SOARES, 2000, p. 40). Vale destacar o apoio das elites e a colaboração da mídia, que para sustentar a proposta neoliberal impregnou um grande sensacionalismo com uma ideia de “crise da previdência”.

Behring (2008, p. 213) nos informa que:

[...] a contra-reforma do Estado brasileiro (...) concretiza-se em alguns aspectos: na perda da soberania – com o aprofundamento da heteronomia e da vulnerabilidade externa; no reforço deliberado da incapacidade do Estado para impulsionar uma política econômica que tenha em perspectiva a retomada do emprego e do crescimento, em função da destruição de seus mecanismos de intervenção neste sentido, o que implica uma profunda desestruturação produtiva e no desemprego (Mattoso, 1999); e, em especial, na parca vontade política e econômica de realizar uma ação efetiva sobre a iniquidade social, no sentido de sua reversão, condição para uma sociabilidade democrática.

Tais direcionamentos voltados para a instauração de um “Estado mínimo para o social e máximo para o capital” (NETTO, 1996) iniciados no governo Collor, continuaram presentes mesmo nos governos conhecidos como de esquerda, de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (iniciado em 2011). Nesses últimos, a burguesia lança um conjunto de estratégias que visam construir um consenso e uma aceitação da população frente ao seu projeto de dominação. É o que nos diz Sitcovsky (2009, p. 175)

A construção da hegemonia passa por esse momento, no qual uma classe faz com que seus valores, seus interesses – seu projeto de classe – sejam vividos como universais e isso significa que seus antagonistas sejam integrados e passem a defender aqueles interesses que não são seus.

Nesse cenário, Mota (2009) afirma que a seguridade social de 1988 não se consolidou como um sistema de proteção social universal e integrado, conforme deveria ser assegurado por suas políticas.

As políticas que integram a seguridade social brasileira longe de formarem um amplo e articulado mecanismo de proteção, adquiriram a perversa posição de conformarem uma unidade contraditória: enquanto avançam a mercantilização e privatização das políticas de saúde e previdência, restringindo o acesso e os benefícios que lhes são próprios, a assistência social se amplia, na condição de política não contributiva, transformando-se num novo fetiche de enfrentamento à desigualdade social, na medida em que se transforma no principal mecanismo de proteção social no Brasil (MOTA, 2009, p. 133-134).

Conforme Mota (2009), algumas categorias profissionais demandavam serviços e benefícios sociais como parte de acordos coletivos de trabalho, e na impossibilidade de garantir

o direito ao trabalho, o Estado capitalista amplia o campo de ação da Assistência Social. E “além dos pobres, miseráveis e inaptos para produzir, também os desempregados passam a compor a sua clientela” (MOTA, 2009, p. 16).

Conforme a autora, a assistência social passa a assumir função central como um mecanismo integrador, ao invés desse ser o direito ao trabalho. Nas suas palavras: “o que se coloca no horizonte é o apagamento da referência do trabalho em prol da renda como meio de acesso ao consumo” (MOTA, 2009, p. 144-145). Assim, nota-se um novo tratamento e uma nova forma de enfrentamento da questão social.

A investida da classe dominante contra a seguridade social brasileira tratou de inflexionar o padrão de enfrentamento à “questão social”, dotando a política de assistência social de uma centralidade no trato das contratações sociais. Esta transformação, do nosso ponto de vista, deu-se de maneira que a assistência social deixa de ser uma política de acesso às demais políticas setoriais, assumindo uma centralidade na política social (SITCOVSKY, 2009, p. 153).

Sitcovsky (2009) aponta que nesse contexto a expansão da assistência social se dá concomitante a ampliação do mercado. Para os indivíduos que não tem como suprir suas necessidades via mercado, mediante o recebimento de salários, eis que surge a política de assistência, através dos Programas de Transferência de Renda (PTR), para se tornar fonte de renda das famílias e as transformá-las em público alvo da Assistência Social. O autor aponta ainda que a contra-reforma do Estado implicou na política de corte nos gastos sociais, acompanhadas de novas tendências da seguridade social, como a expansão da assistência social, a privatização da previdência social e da saúde pública.

Patorini e Galizia (2006) fazem uma análise acerca das atuais configurações das políticas da seguridade social, a saber: a política de saúde é direcionada para serviços curativos mínimos essenciais para todos. Embora sejam universais, esses serviços são formulados para os mais pobres, sem um maior interesse em qualidade e quantidade. Vêm acompanhados do incentivo dos serviços privados para quem pode pagar, bem como da prestação desses para determinados serviços ao setor público. Para o setor de aposentadorias e pensões, observa-se a sua substituição por regimes obrigatórios de capitalização individual, em que o Estado poderá prover uma pensão mínima (idade avançada) ou por uma assistência social, no qual deve ser comprovada a incapacidade de suprimento das necessidades sociais do indivíduo. No campo da assistência social, verifica-se o crescimento de programas focados no alívio da pobreza, direcionados aos indivíduos não absorvidos pelo mercado de trabalho; a esses são reservados

programas focalizados e emergenciais, implementados pelo Estado em parceria com a sociedade civil.

Resumidamente, as propostas e processos de reformas sob pressão do ideário neoliberal, presentes no decorrer da década de 90, tenderam a combinação de estratégias de privatização das estruturas permanentes de proteção social (saúde e previdência), à seletividade de beneficiários em todas as áreas e ao aprofundamento da focalização das intervenções no social para grupos específicos (PASTORINI; GALIZIA, 2006, p. 88).

Nesse cenário “presencia-se a desorganização e destruição dos serviços sociais públicos, em consequência do ‘enxugamento do Estado’ em suas responsabilidades sociais” (IAMAMOTO, 2014b, p. 36). O Estado transfere suas responsabilidades referentes ao campo social para a sociedade civil, haja vista o crescimento do Terceiro Setor, que engloba as organizações não-governamentais (ONGs), instituições filantrópicas, trabalho voluntário e a filantropia empresarial, que se mostram funcionais ao capital ao enfraquecer o âmbito dos direitos sociais e os colocarem no circuito de compra e venda de mercadorias. Assim, ocorre uma transferência das responsabilidades governamentais para as “organizações sociais” e para as “organizações da sociedade civil de interesse público” — OSCIPs —, bem como a tendência à *refilantropização social*, no qual as sequelas da questão social passam a ser objeto de preocupação e intervenção das grandes corporações econômicas, numa perspectiva de “filantropia empresarial”. Observa-se, portanto, a “filantropia do grande capital” que evoca a *solidariedade social* na parceria entre Sociedade Civil e Estado (IAMAMOTO, 2014b, p. 43).

Nesse contexto de retrocesso da legislação trabalhista e dos direitos expressos na Constituição Federal 1988, é notório o aumento da demanda por serviços sociais e da seletividade no âmbito das políticas sociais; a imposição de critérios cada vez mais restritivos nas possibilidades da população ter acesso aos direitos sociais; a fragilização das lutas sindicais; e a dificuldade da defesa do trabalho (IAMAMOTO, 2014b). Isso, segundo a autora citada, acarreta uma desorganização e uma destruição dos serviços sociais públicos, que incide diretamente no fundo público tornando-o cada vez mais desigualmente distribuído, influenciando na prestação de serviços sociais públicos, que materializam os direitos sociais.

No que se refere à profissão de Serviço Social, a autora citada enfatiza que a destruição da esfera pública repercute fortemente na categoria dos assistentes sociais, pois sendo o Estado o seu maior empregador, estes profissionais, que dependem de recursos, condições e meios de trabalho para operar as políticas sociais têm suas ações limitadas. Ademais, implica numa precarização de suas relações e condições de trabalho.

Os assistentes sociais funcionários públicos vêm sofrendo os efeitos deletérios da Reforma do Estado no campo do emprego e da precarização das relações de trabalho, tais como a redução dos concursos públicos, demissão dos funcionários não estáveis, contenção salarial, corrida à aposentadoria, falta de incentivo à carreira, terceirização acompanhada de contratação precária, temporária com perda de direitos etc. (IAMAMOTO, 2014b, p. 124).

Nessa conjuntura de intensas mudanças da produção capitalista na era da globalização, Alves (2007) aponta a conformação de um complexo ideológico que modifica as políticas de formação profissional, com os seus conceitos de empregabilidade e competência<sup>27</sup>, bem como o mercado de trabalho profissional. Verificam-se mudanças estruturais no desenvolvimento do trabalho assalariado, o que implica no surgimento de novas profissões, nas alterações de algumas profissões já consolidadas, na criação de novas competências e atribuições profissionais e na extinção de postos de trabalho.

Ao final deste primeiro capítulo, fica evidente que as modificações ocorridas no âmbito do Estado burguês – a partir da adoção do ideário neoliberal e da *contra-reforma* da administração pública brasileira – ao envolver ajuste fiscal, privatização de empresas públicas, enfraquecimento da proteção social e a reforma da previdência social, repercutem negativamente sobre as condições de vida e trabalho dos trabalhadores, inclusive dos assistentes sociais que são majoritariamente funcionários públicos e têm a órbita das políticas públicas como campo privilegiado de intervenção (IAMAMOTO, 2014b).

Isso posto passaremos para o próximo capítulo, que irá tratar da configuração contemporânea da profissão de Serviço Social. O segundo capítulo desta pesquisa vai se preocupar principalmente em caracterizar o assistente social como um trabalhador assalariado, que vende a sua força de trabalho em troca de um salário, sendo assim submetido aos ditames da lógica capitalista. É, portanto, essa condição que vai moldar a realidade no âmbito do mercado de trabalho profissional, tema específico do terceiro e último capítulo da dissertação.

---

<sup>27</sup> Conforme Alves (2007, p. 253), “é o conceito de empregabilidade que irá apresentar a nova tradução da teoria do capital humano sob o capitalismo global: a educação ou a aquisição (consumo) de novos saberes, competências e credenciais apenas habilitam o indivíduo para a competição num mercado de trabalho cada vez mais restrito, não garantindo, portanto, sua integração sistêmica plena (e permanente) à vida moderna. Enfim, a mera posse de novas qualificações não garante ao indivíduo um emprego no mundo do trabalho”.

## 2 A CONFIGURAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL

Este capítulo centra-se no sujeito da nossa pesquisa: o assistente social. Para sua construção, partiremos da compreensão de Trindade (2010) de que o Serviço Social integra-se ao aparato institucional estatal ou privado e constitui-se como um dos mecanismos institucionais mobilizados pela burguesia para legitimar o seu poder de classe na dinâmica contraditória da sociedade capitalista. E de que os assistentes sociais são trabalhadores assalariados que participam da criação de condições favorecedoras da reprodução da força de trabalho, por meio de serviços assistenciais. Nessa direção, buscaremos caracterizar a configuração contemporânea da profissão de Serviço Social, apontando os avanços alcançados pelos assistentes sociais a partir dos anos de 1990 e as limitações profissionais impostas pela condição assalariada no mercado de trabalho.

### 2.1 A EMERGÊNCIA DA PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL E A CONFORMAÇÃO DE SEU MERCADO DE TRABALHO PROFSSIONAL

De acordo com Netto (2007, p. 73),

É somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica do trabalho), constitua-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como as do assistente social.

Nessa direção, a necessidade dessa modalidade interventiva associa-se a progressiva intervenção do Estado nos processos de regulação da vida social, gerindo o conflito de classes e tomando para si o tratamento da “questão social”<sup>28</sup>.

---

28 Vários autores vêm se dedicando ao estudo da questão social, a saber: Robert Castel em *As metamorfoses da questão social*, de 1998; Pierre Rosanvallon em *A nova questão social. Repensando o Estado Providência*, de 1998; Octavio Ianni em *O capitalismo, violência e terrorismo*, de 2004; Alejandra Pastorini em *A categoria a “questão social” em debate*, de 2004; José Paulo Netto em *Capitalismo monopolista e Serviço Social*, de 2007; Marilda Villela Yamamoto em *Serviço Social em tempo de capital fetiche*, de 2007 e *A questão social no capitalismo*, de 2001. Nosso estudo parte da compreensão da questão social a partir da análise de dois autores centrais no âmbito do Serviço Social brasileiro: José Paulo Netto e de Marilda V. Yamamoto. De acordo com Netto (2007, p.17), a “questão social”, no sentido universal do termo, significa o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. A expressão questão social começa a ser utilizada na terceira década do século XIX, para dar conta do fenômeno da

Sabe-se que organicamente o Serviço Social vincula-se à questão social; esta vinculação é considerada consenso teórico no âmbito da profissão. Entretanto, Netto (2007) indica que a particularidade da gênese histórico-social do Serviço Social profissionalizado não se finda na questão social tomada abstratamente, sua origem remete-se ao concreto tratamento da questão social, quando se dá o trânsito a idade do monopólio. Assim, “as conexões genéticas do Serviço Social não se entrecruzam com a “questão social”, mas com suas peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica” (NETTO, 2007, p. 18).

É incontestável que a questão social fomentou a demanda pela intervenção em suas seqüelas. Porém, cabe indicar que não ocorreu um surgimento imediato da questão social ao Serviço Social como profissão visto que a primeira surge na terceira década do século XIX, e o Serviço Social profissional emerge somente nas décadas finais deste mesmo século (NETTO, 2007).

No século XX a organização monopólica, visando lucros capitalistas acima da média através do controle dos mercados, altera substancialmente a dinâmica da sociedade burguesa. O capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica, todos eles desvelados pela crítica marxiana (NETTO, 2007, p. 19). Aquele acirra a contradição entre socialização da produção e a apropriação privada; engendra uma maior exploração da força de trabalho com o aumento expressivo do excedente econômico (mais-valia); aumenta a quantidade de trabalhadores no exército industrial de reserva e submete o Estado a um processo de refuncionalização e reorganização de suas atribuições.

Mandel (1982) informa que somente após a maturidade da acumulação primitiva da usura e do capital mercantil que o Estado tornou-se “um instrumento de acumulação progressiva de capital e o parceiro do modo de produção capitalista” (MANDEL, 1982, p. 335). Desse modo, na fase monopólica emerge uma nova modalidade de intervenção do Estado compatível com os

---

pauperização proveniente da industrialização, instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial. Tratava-se de um fenômeno novo, sem precedentes na história, era nova a dinâmica da pobreza que se generalizava. A designação desse pauperismo pela expressão “questão social” relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos (NETTO, 2007, p. 154). Os pauperizados, não se conformando com a atual situação, protestavam das mais variadas formas, configurando um risco às instituições sociais existentes. A partir desses protestos, o pauperismo passou a designar questão social. Na definição de Iamamoto (2007, p. 156) a questão social condensa o conjunto das expressões das desigualdades e lutas sociais produzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas interpretações e matizes em tempo de capital fetiche. É constitutiva da sociabilidade erguida pelo capital, das configurações assumidas pelo trabalho e pelo Estado na expansão monopolista do capital. Tanto para Netto (2007) quanto para Iamamoto (2007) inexistem qualquer “nova questão social”. Os autores sustentam que, na atualidade, a questão social se redefine e assume novas roupagens; portanto, o que emerge são as novas expressões da mesma, que não serão suprimidas caso preservada a ordem do capital.

interesses do capital. O autor citado destaca as principais funções do Estado, quais sejam: 1) criar condições gerais de produção que não podem ser feitas pela classe dominante; 2) reprimir qualquer ameaça das classes dominadas, impondo a vontade da classe dominante através da coerção (do Exército, da polícia, do sistema judiciário e penitenciário); 3) integrar a classe dominada na ideologia da sociedade, no sentido de que ela aceite ou nem perceba a exploração sofrida.

De acordo com Netto (2007, p. 26), o Estado é capturado pela lógica do capital monopólico e torna-se o “comitê executivo” da burguesia monopolista. Este Estado burguês passa a propiciar as condições necessárias aos processos de acumulação e de valorização do capital monopolista. Nestas circunstâncias, a intervenção estatal direciona-se a ampliação dos superlucros dos monopólios, e o Estado passa a operar como um instrumento de organização da economia, um administrador dos ciclos de crise.

No capitalismo concorrencial, a intervenção estatal sobre as sequelas da exploração da força de trabalho respondia básica e coercitivamente as lutas das massas exploradas ou a necessidade de preservar o conjunto de relações pertinentes à propriedade privada burguesa como um todo – ou, ainda, à combinação desses vetores. No capitalismo monopolista, *a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem*: não está condicionada apenas àqueles dois vetores acima, mas às enormes dificuldades que a reprodução capitalista encontra na malha de óbices à valorização do capital no marco do monopólio (NETTO, 2007, p. 26).

No entanto, o erguimento da ordem monopólica se dá concomitante com as organizadas lutas do proletariado e do conjunto dos trabalhadores. Segundo Netto (2007, p. 59), o proletariado apoiado em “um projeto anticapitalista, referenciado em uma prospecção socialista e uma prática sindical classista”, se mostra responsável por várias conquistas na configuração do monopólio. É, portanto, esse proletariado que coloca a questão social como variável das lutas direcionadas à superação da ordem burguesa.

[...] a “questão social” é colocada no seu terreno específico, o do antagonismo entre capital e trabalho, nos confrontos entre os seus representantes; é colocada, porém, como objeto de intervenção revolucionária por agentes que se auto-organizam preocupados com a consciência dos fins e a ciência dos meios. Temos, pois, um inteiro redimensionamento histórico-social da própria “questão social”, na emersão do ordenamento monopólico (NETTO, 2007, p. 59-60).

Nesse cenário, emerge a necessidade de um novo tipo de tratamento às expressões da questão social. Esta, antes tratada pela repressão e pela filantropia, agora passa a ser objeto de

intervenção do Estado, configurando o surgimento das políticas sociais. Isso acontece, sobretudo, a partir das exigências econômicas-sociais vigentes na idade do monopólio, da auto-organização e do protagonismo da classe operária no curso de suas lutas, e também do novo dinamismo político cultural da sociedade burguesa com graduais diferenciações na estrutura de classes (NETTO, 2007).

Mandel (1982) considera o livre desenvolvimento das lutas políticas dos trabalhadores como uma ameaça direta ao modo de produção capitalista, o que faz com a classe burguesa decrete ou prometa reformas, visando criar uma falsa aparência de mudanças. Netto (2007) ressalva que essa ameaça faz com que o Estado incorpore alguns dos interesses da classe trabalhadora, mas desde que a ordem do capital seja preservada.

[...] o capitalismo monopolista, pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatos. É que este processo é todo ele tensionado, não só pelas exigências da ordem monopólica, mas pelos conflitos que esta faz dimanar em toda a escala societária (NETTO, 2007, p. 29).

Netto (2007) indica que no estágio concorrencial a questão social se mostrava objeto da ação estatal somente na medida em que colocava em risco fornecimento da força de trabalho para o capital, motivava a mobilização trabalhadora, e colocava em xeque a ordem burguesa. Já no estágio monopolista, as expressões daquela são administradas pelo Estado burguês por meio da política social, que tem como funcionalidade essencial a preservação e controle da força de trabalho. Tal funcionalidade não equivale verificá-la como uma “decorrência natural” do Estado burguês capturado pelo monopólio. A vigência deste apenas coloca a sua possibilidade, sua concretização é variável nomeadamente das lutas de classes. (NETTO, 2007, p. 33). As políticas sociais são resultado dos processos de luta da classe trabalhadora, a que o Estado pode responder com antecipações estratégicas.

Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes (NETTO, 2007, p. 30).

Para o autor supracitado, o giro dado ao enfrentamento das expressões da questão social pela organização monopólica da sociedade burguesa, não destruiu o conjunto de representações

sociais pertencente ao ideário liberal. Verifica-se que o caráter público do enfrentamento das sequelas da questão social assume o substrato individualista, presente nos preceitos liberais positivistas. Dessa forma,

[...] o redimensionamento do Estado burguês face à “questão social”, simultaneamente corta e recupera o ideário liberal, — corta-o intervindo através de políticas sociais e recupera-o debilitando a continuidade das suas sequelas aos indivíduos por ela afetados (NETTO, 2007, p. 36).

Do mesmo modo que se implementam medidas públicas para o enfrentamento da questão social, as suas sequelas são deslocadas para a responsabilidade dos sujeitos individuais. Nessa direção, “o destino pessoal é função do indivíduo como tal; a consequência inelutável é que tanto o êxito como o fracasso sociais são creditados ao sujeito individual tomado enquanto mônada social” (NETTO, 2007, p. 35-36). Na fase monopólica, fica claro que o Estado burguês converte as sequelas da questão social em *problemas sociais*, e as suas estratégias de classe no enfrentamento destas sequelas, envolvem distintivamente as perspectivas “públicas” e “privadas”.

Na idade do imperialismo, a organização monopólica da vida social tende a preencher todos os interstícios da vida pública e da privada; a subordinação ao movimento do capital deixa de ter como limites imediatos os territórios da produção: a tendência manipuladora e controladora que lhe é própria desborda os campos que até então ocupava (no capitalismo concorrencial), domina estrategicamente a circulação e o consumo e articula uma indução comportamental para penetrar a totalidade da existência dos agentes sociais particulares (NETTO, 2007, p. 38-39).

Dito isto, o autor observa a dimensão em que a ordem monopólica invade e devassa o universo, inclusive simbólico e afetivo, antes tido como território psíquico do sujeito. E afirma que

[...] quanto menos conteúdo psicológico próprio se torna possível para os sujeitos, mais ponderação adquirem as suas representações psicológicas. O pessoal e o individual (a “personalidade”) como uma inserção tomada como casual na sociedade, identificam-se com o psíquico (NETTO, 2007, p. 41).

A individualização dos problemas sociais permite psicologizar os problemas sociais, de modo a transferir o tratamento para a modificação e/ou redefinição de características pessoais do sujeito. A psicologização das relações sociais realiza, no plano do indivíduo, a contrapartida de redefinição que a ordem monopólica instaura entre o “público” e o “privado” — e não só ao

reduzir o “privado” às dimensões e realidades psíquicas, “íntimas”, do indivíduo (NETTO, 2007, p. 41-42).

A ordem burguesa monopólica transforma as expressões da questão social em problemas públicos, e também personaliza uma nova relação entre o indivíduo e as respostas às suas demandas. Assim, quando tais demandas não são solucionadas pelo indivíduo, é ofertado a ele uma rede de serviços com o objetivo de ajustá-lo e integrá-lo à ordem monopólica. Nas palavras de Netto (2007, p. 42):

[...] o potencial legitimador da ordem monopólica contido na psicologização ultrapassa de longe a imputação ao indivíduo da responsabilidade de seu destino social, (...) implica um tipo novo “personalizado” entre ele e as instituições próprias da ordem monopólica que, se não se mostram aptas para solucionar as refrações da “questão social” que o afetam, são suficientemente lábeis para entrelaçar, nos “serviços” que ofertam e executam, desde a indução comportamental até os conteúdos econômicos sociais mais salientes da ordem monopólica – num exercício que se constitui em verdadeira “pedagogia” psicossocial, voltada para sincronizar as impulsões individuais e os papéis sociais propiciados aos protagonistas.

Na base disso encontramos a tradição intelectual capaz de desenvolver a função de subsidiar a unidade estratégica entre as perspectivas “pública” e “privada” na relação entre o Estado e a questão social. Trata-se do positivismo, “um estilo de pensar o social que tem por limite o marco da sociabilidade burguesa, (...) antes de ser uma ‘escola’ sociológica, é a auto-expressão ideal do ser social burguês” (NETTO, 2007, p. 43). Este, ao naturalizar o social, estabelece a inépcia dos sujeitos sociais visando adequá-los ao seu projeto, tornando estes impotentes e conformados com os rumos tomados pela sociedade capitalista.

[...] ao naturalizar a sociedade, a tradição em tela é compelida a buscar uma especificação do ser social que só pode ser encontrada na esfera moral. Naturalizada a sociedade, o específico do ser social tende a ser situado nas suas dimensões ético-morais – e eis que se franqueia o espaço para a psicologização das relações sociais (NETTO, 2007, p. 45).

O caminho da psicologização perpassa a determinação da questão social como externa as instituições da sociedade burguesa. Nesta perspectiva, a questão social não deriva da estrutura dessa sociedade, e sim de um conjunto de “dilemas mentais e morais”, e o seu tratamento deve se dar através de uma “reorganização espiritual” (NETTO, 2007). Isso assenta-

se na defesa do positivismo e da equiparação das leis da natureza com as mesmas que regem as leis sociais, contidas nas formulações de Comte <sup>29</sup>e Durkheim<sup>30</sup>.

Inconteste nos passos comteano e durkheimiano, a psicologização das relações sociais, sob a forma de moralização da “questão social”, registra-se muito diferencialmente. No primeiro, colada a um evidente misticismo, orienta-se para a modelagem de um universo onde os conflitos se resolvem com a pura assunção, por parte dos protagonistas, da sua condição – donde a qualificação positiva da *resignação*. No segundo, a elaboração teórica soluciona a objetividade dos conflitos pela via da construção de mecanismos de controle social que os reconhecem (aos conflitos) como tais, propondo um *tertiumdatur*: a intervenção sobre eles com o erguimento de normas coesivas que liguem organicamente o “público” e o “privado” – donde a qualificação positiva da *ação social* (NETTO, 2007, p. 49).

E assim, nota-se que a auto-imagem da sociedade burguesa no estágio imperialista avança no processo de psicologização das relações sociais. Tal avanço tende a cristalizar numa configuração definitiva na consolidação plena do monopólio, entre as duas guerras mundiais, conformando a auto-representação da sociedade burguesa do período clássico do imperialismo em duas frentes: a inteira *moralização* das teorias sociais abrangentes e a *individualização* das refrações da questão social (NETTO, 2007).

A transição da moralização da sociedade à individualização dos problemas sociais configura um processo que engloba componentes teórico-culturais e tendências econômicas-sociais intrínsecas à ordem monopólica. Netto (2007) destaca que o traço público da questão social leva à regulação de mecanismos econômico-sociais e políticos, e o traço privado dirige ao disciplinamento psicossocial dos indivíduos excluídos do circuito integrativo a que a regulação se propõe. Como observa o autor, nessa condição, os problemas sociais se tornam patologias sociais, e os “desviantes”, além de sofrerem um estigma moral, devem ser reintegrados.

---

<sup>29</sup> Netto (2007, p. 46) descreve que para Comte o positivismo tende a consolidar todos os poderes atuais. Nessa direção, as dificuldades sociais são de cunho moral, e o seu enfrentamento depende essencialmente de opiniões e costumes, mas do que das instituições. Somente o poder moral pode ser alcançado por todos.

<sup>30</sup> Netto (2007, p. 47) aponta que na elaboração durkheimiana, a questão social era fundamentalmente moral, o tratamento teórico dado por Durkheim não remete para o conjunto macroscópico da questão social, e sim para o problema da coesão social. Segundo o autor, Durkheim insere o seu moralismo num quadro mais sofisticado, por um lado, ao naturalizar a sociedade, ele considera eternos e a-históricos certos mecanismos que determinam a estratificação social da ordem burguesa. De outro lado, dado o seu antiliberalismo, ele sustenta que o enfrentamento dos conflitos pode ser equacionados pela “construção coletiva de *normas*, que, introjetadas nos indivíduos, reduzem os comportamentos sociopáticos – normas decididamente morais” (ibid., p. 48). Assim, Durkheim busca viabilizar formas eficientes de controle e coesão sociais, e estabelece a teoria do neocorporativismo, que é apresentada em sua obra *Da divisão do trabalho social*. Cabe apontar que Durkheim não reduz a questão social à questão moral, está última era o ponto de partida para qualquer reforma com pretensão de êxito.

Netto (2007), ao direcionar a sua análise ao momento de transição das protoformas à emergência do Serviço Social como profissão, nos fornece duas teses: a primeira traz a consideração de que o Serviço Social enquanto profissão resulta de um processo cumulativo, cuja partida estaria na “organização das caridades” e cuja culminação na gradual incorporação, pelas atividades filantrópicas já “organizadas”, de parâmetros teórico-científicos e no afinamento de um instrumental operativo de natureza técnica. A segunda tese indica que o momento dessa transição se deu pelas condições sociais e históricas que permitiram a criação de um espaço sócio-ocupacional que demandava a atuação deste agente, configuradas no surgimento de um mercado de trabalho.

Segundo o autor, é inegável a relação de continuidade existente entre o Serviço Social profissional e as formas filantrópicas e assistenciais presentes desde a emergência da sociedade burguesa. No entanto, a primeira tese, embora “aura de prestigioso consenso” no âmbito da bibliografia relacionada à emergência da profissão, mostra-se inepta, visto que a relação de continuidade coexiste com uma relação de ruptura, que se mostra fundamental na constituição do Serviço Social profissional.

Substancialmente, a ruptura se revela no fato de, pouco a pouco, os agentes começarem a desempenhar papéis executivos em projetos de intervenção, cuja funcionalidade real e efetiva está posta por uma lógica e uma estratégia objetivas que independem da sua intencionalidade (NETTO, 2007, p. 71).

Netto (2007) considera que o deslocamento das protoformas do Serviço Social à profissão se dá quando o agente passa a se inscrever numa relação de assalariamento, quando a significação social do seu fazer profissional adquire novo sentido na reprodução das relações sociais. Nos termos do autor: “é com esse giro que o Serviço Social se constitui como profissão, inserindo-se no *mercado de trabalho*, com todas as conseqüências daí decorrentes (principalmente com o seu agente tornando-se *vendedor* de sua força de trabalho)” (NETTO, 2007, p. 72).

Nesse sentido, “a profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à “racionalização da filantropia” nem à “organização da caridade”; vincula-se à dinâmica da ordem monopólica” (NETTO, 2007, p. 73). Portanto, é ela a responsável pela criação e fundação do Serviço Social profissionalizado. Netto (2007) afirma que tal processo de profissionalização se completa quando o assistente social passa a se inscrever numa situação de assalariamento e a se integrar ao mercado de trabalho como um agente executor de políticas sociais engendradas pelo Estado, voltadas ao atendimento das expressões da questão social.

Emergindo como profissão a partir do *background* acumulado na organização da filantropia própria à sociedade burguesa, o Serviço Social desborda o acervo de suas protoformas ao se desenvolver como um produto típico da divisão social (e técnica) do trabalho da ordem monopólica. Originalmente parametrado e dinamizado pelo pensamento conservador, adequou-se ao tratamento dos problemas sociais quer tomados nas suas refrações individualizadas (donde a funcionalidade da psicologização das relações sociais), quer tomados como sequelas inevitáveis do “progresso” (donde a funcionalidade da perspectiva “pública” da intervenção) – e desenvolveu-se legitimando-se precisamente como interveniente prático-empírico e organizador simbólico no âmbito das políticas sociais. Em sua profissionalidade, revela-se congruente com as exigências econômico-sociais da ordem monopólica, sua intervenção desenha um aporte ao desempenho do Estado burguês e do comando do capital monopolista para a reprodução das condições mais compatíveis com a lógica de valorização que se põe neste marco (NETTO, 2007, p. 79).

Portanto, a conformação do estágio monopolista capitalista cria um novo espaço sócio-ocupacional para o assistente social na divisão social e técnica do trabalho. Nessa esteira, observa-se que vai “constituindo objetivamente as condições através das quais a profissão será demandada e legitimada para a execução de um amplo leque de atribuições profissionais, notadamente no âmbito de diferentes políticas setoriais” (RAICHELIS, 2011, p. 424).

Netto (2011) indica que a nova fase do desenvolvimento capitalista exigia a conformação de um mercado de trabalho para os profissionais de Serviço Social em atendimento das requisições do Estado, que iniciava a implementação de políticas sociais. O autor citado indica que o mercado nacional de trabalho para os assistentes sociais tem origem em meados dos anos de 1940, na vigência do Estado Novo, quando se desenvolviam grandes instituições sociais. Entretanto, sua expansão ocorre nos anos 1950 e início dos anos de 1960, em razão do intenso processo de industrialização pesada.

Naquele momento, o mercado de trabalho dos assistentes sociais se mostrava emergente e em processo de consolidação, e as relações trabalhistas ainda careciam de uma plena institucionalização. “É esse mercado de trabalho que o desenvolvimento capitalista operado sob o comando do grande capital e do Estado autocrático burguês a ele funcional redimensiona e consolida nacionalmente” (NETTO, 2011, p. 120). Vale assinalar que a consolidação desse mercado não derivou apenas da reorganização do Estado, também foi dinamizado por médias e grandes empresas.

Iamamoto, in Iamamoto e Carvalho (2009), por sua vez, analisa as bases de implantação da profissão de Serviço Social no Brasil. E afirma que estas se inscrevem no momento em que a questão social é colocada no centro das contradições que perpassam a sociedade, quando a mesma assume novas dimensões nos centros urbano-industriais. A autora indica que no

contexto brasileiro o processo de institucionalização da profissão não se configura como um processo isolado.

Relaciona-se diretamente às transformações econômicas e sociais pelas quais a sociedade é atravessada, e à ação dos grupos, classes e instituições que interagem com essas transformações. Seu surgimento se dá no seio do bloco católico, que manterá por um período relativamente longo um quase monopólio da formação dos agentes sociais especializados, tanto a partir de sua própria base social, como de sua doutrina e ideologia. O Serviço Social não só se origina do interior do bloco católico, como se desenvolve no momento em que a Igreja se mobiliza para a recuperação e defesa de seus interesses e privilégios corporativos, e para a reafirmação de sua influência normativa na sociedade (IAMAMOTO, in IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 213-214).

A autora supracitada ressalta o importante papel desempenhado pela Igreja Católica na estruturação do perfil emergente da profissão. Ela se mostrou responsável pelo ideário, pelos conteúdos e pelo processo de formação dos primeiros assistentes sociais brasileiros. Nas palavras de Yamamoto, in Yamamoto e Carvalho (2009, p. 83) “essa origem confessional, articulada aos movimentos de Ação Social e Ação Católica, conforma um tipo de legitimidade à profissão cujas fontes de justificação ideológica encontram-se na doutrina social da Igreja”. A origem da profissão foi consonante com o pensamento conservador, baseava-se no discurso humanista cristão e na matriz teórica positivista. Esse direcionamento imprimiu a profissão características que mesmo após o rompimento, ou seja, após a laicização da profissão e a incorporação da matriz marxista, mostra-se presente até os dias de hoje, a exemplo da predominância feminina, do discurso conservador de alguns profissionais valorizando qualidades pessoais e morais e das práticas assistencialistas.

Vale ressaltar que Netto (2007) trata do Estado e da questão social no capitalismo monopolista, bem como da profissionalização do Serviço Social no contexto da Europa e dos Estados Unidos, no momento da passagem da fase concorrencial para a fase monopólica do modo de produção capitalista. Enquanto que Yamamoto, in Yamamoto e Carvalho (2009), dedica-se a análise do Serviço Social na sociedade brasileira, ainda na fase de capitalismo concorrencial. A autora, ao buscar o significado social da profissão na sociedade capitalista, a reconhece como “um tipo de especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho da sociedade” (IAMAMOTO, 2002, p. 113). Vale ressaltar ainda que as análises desses autores não são opostas, consideradas as suas especificidades, as mesmas se complementam.

## 2.2 O SIGNIFICADO SOCIAL DA PROFISSÃO SERVIÇO SOCIAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Conforme Iamamoto e Carvalho (2009), no processo de produção e reprodução das relações sociais, a profissão de Serviço Social, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social, afirma-se como um tipo de especialização do trabalho coletivo socialmente construído<sup>31</sup>. O significado social da profissão na sociedade capitalista apresenta-se como um dos elementos que participa da reprodução das relações de classes e do relacionamento contraditório entre elas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009).

Essa perspectiva analítica “supõe circunscrever o exercício profissional no âmbito das relações entre Estado e sociedade civil, no marco de uma sociedade de classes” (IAMAMOTO, 1999, p. 13). E afirma o Serviço Social como trabalho, o que implica “privilegiar a produção e reprodução da vida social, determinantes na constituição da materialidade e subjetividade das classes trabalhadoras” (IAMAMOTO, 1999, p. 114).

Marx (2001) nos diz que o conceito de “trabalho” se refere à perspectiva de um fazer no contexto da existência humana e não em uma atividade que se encerra em si mesma. O trabalho é condição fundamental para a existência humana, é ponto de partida para o processo de humanização.

O trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável a existência dos homens – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana” (MARX, 2001, p. 65).

O renomado autor afirma que qualquer processo de trabalho implica a existência de três elementos: a matéria-prima ou objeto de trabalho no qual se dá ação do sujeito; os meios ou instrumentos de trabalho; e a própria atividade. Iamamoto (2014b) identifica estes elementos

---

<sup>31</sup> De acordo com Iamamoto (2014b) e na concepção de fundamentos do Serviço Social, essa abordagem da profissão inaugurada nos anos de 1980 coexiste com outras, a saber: O sincretismo de Netto na obra Capitalismo Monopolista e Serviço Social em 1992; o paradigma da articulação de Faleiros em Saber Profissional e poder institucional de 1987; a identidade profissional de Martinelli em Serviço Social: identidade e alienação de 1989; a assistência de Yasbek em Classes Subalternas e Assistência Social de 1993 e de Sposati em A vida urbana e gestão da pobreza de 1998; entre outras. A abordagem de Iamamoto se reafirma nos debates da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social – ABESS – dentro do processo de revisão curricular do ensino de graduação em Serviço Social no país. Esses debates resultaram na produção de uma proposta de Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

no Serviço Social, a saber: a questão social como o objeto de trabalho; o arsenal de técnicas e o conjunto de habilidades e conhecimentos adquiridos pelo assistente social ao longo de sua formação como os instrumentos de trabalho; e o seu próprio trabalho como a sua atividade.

Iamamoto (1999) aponta a necessidade do Serviço Social se relacionar com as múltiplas dimensões da vida social e afirma o primado do trabalho na constituição dos indivíduos sociais. Sendo assim, a atenção volta-se à produção e reprodução da vida material e subjetiva.

Nas palavras de Iamamoto, in: Iamamoto e Carvalho (2009, p. 72), a reprodução das relações sociais se configura como “a reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida que envolve o cotidiano da vida em sociedade: o modo de viver e trabalhar, de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade”. Assim, a reprodução das relações sociais “refere-se à reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo também a reprodução da produção espiritual” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 72).

A autora reitera que quando a reprodução das relações sociais é compreendida como uma totalidade concreta em movimento, em processo de estruturação permanente, ela atinge a totalidade da vida cotidiana, expressando-se nas esferas do trabalho, do lazer, da família, da escola, da profissão, dentre outros. Isso permite considerar a profissão sob dois ângulos, indissociáveis entre si:

[...] como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais expressa pelo discurso teórico-ideológico sobre o exercício profissional; a atuação profissional como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção à prática profissional, o que condiciona e mesmo ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus agentes individuais (IAMAMOTO, in: IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 73).

Essas duas dimensões são contraditórias, podendo ocorrer uma defasagem entre as intenções do profissional, o trabalho que realiza e os resultados que produz. Nessa condição, o Serviço Social, como instituição da organização da sociedade, não foge a essa realidade, pois o seu exercício profissional inscreve-se na dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade.

Como as classes sociais fundamentais e suas personagens só existem em relação, pela mútua mediação entre elas, a atuação do assistente social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante. Reproduz também, pela *mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto as demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos*

*mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, dá resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história* (IAMAMOTO, in: IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 75).

A partir dessa compreensão é que se pode estabelecer uma estratégia profissional e política para fortalecer as metas do capital ou do trabalho, sendo que tais dimensões não podem ser excluídas do exercício profissional. A profissão de Serviço Social afirma-se como um tipo de especialização do trabalho coletivo “ao ser expressão de necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais no ato de produzir e reproduzir as formas de vida e trabalho de forma socialmente determinada” (IAMAMOTO, in IAMAMOTO; CARVALHO, p. 76-77).

Segundo Iamamoto, in: Iamamoto e Carvalho (2009), a profissão tem como base de justificação enquanto especialização do trabalho a questão social. E afirma-se vinculada ao setor público em especial, e as organizações patronais privadas, de caráter empresarial, dedicadas às atividades produtivas propriamente ditas e à prestação de serviços sociais à população. Desse modo, o Serviço Social se consolida como parte dessas organizações institucionais, sendo o assistente social um assalariado a serviço das mesmas. Cabe registrar que a profissão não pode ser pensada no processo de relações sociais independente dessas organizações, visto que seu significado social só pode ser compreendido quando levado em conta tal característica.

De acordo com Iamamoto (2014b, p. 69)

O Serviço Social é um trabalho especializado, expresso sob a forma de serviços, que tem produtos: interfere na produção material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ídeo-política dos indivíduos sociais. O assistente social é, neste sentido, um intelectual que contribui, junto com inúmeros outros protagonistas, na criação de consensos na sociedade. Falar em consenso diz respeito não apenas à adesão ao instituído: é consenso em torno de interesses de classes fundamentais, sejam dominantes ou subalternas, contribuindo no reforço da hegemonia vigente ou criação de uma contra-hegemonia no cenário da vida social.

Iamamoto, in: Iamamoto e Carvalho (2009), tomando por base a análise marxista da compreensão da realidade, indicam que “o trabalho do Assistente Social se insere numa relação de compra e venda de mercadorias em que sua força de trabalho é mercantilizada” (p.85); o que estabelece a diferenciação entre a atividade assistencial voluntária e a atividade profissional. Cabe destacar que a demanda pela atuação do assistente social deriva do patronato, que é quem o remunera, classe oposta àquela que será alvo de sua intervenção.

[...] o Serviço Social não é uma profissão que se inscreva, predominantemente, entre as atividades diretamente vinculadas ao processo de criação de produtos e de valor (...) a força de trabalho em ação é fonte de toda riqueza social. Uma vez que o exercício do Serviço Social está circunscrito dentro do contexto referente às condições e situação de vida da classe trabalhadora, encontra-se integrado ao processo de criação de condições indispensáveis ao funcionamento da força de trabalho, à extração da mais-valia. **Embora a profissão não se dedique preferencialmente, ao desempenho de funções diretamente produtivas, podendo ser, em geral, caracterizada como um trabalho improdutivo, figurando entre os falsos custos de produção, participa, ao lado de outras profissões, da tarefa de implementação de condições necessárias ao processo de reprodução no seu conjunto, integrada como está à divisão social e técnica do trabalho** (...) Embora não sejam geradoras de valor, tornam mais eficiente o trabalho produtivo, reduzem o limite negativo colocado à valorização do capital, não deixando de ser para ele uma fonte de lucro (IAMAMOTO, In: IAMAMOTO; CARVALHO, p. 85-86, grifo nosso).

A autora citada referencia a condição de intelectual do profissional de Serviço Social. E apoiada na caracterização de Gramsci (2004), indica que os intelectuais não se configuram um grupo autônomo e independente, visto que estes têm o papel de contribuir na luta pela direção social e cultural das classes fundamentais na sociedade. A categoria de intelectual de novo tipo da sociedade moderna, vincula-se à educação técnica, típica da sociedade industrial. Nas palavras da autora: “Trata-se do ‘organizador, dirigente e técnico’ que coloca a sua capacidade a serviço da criação de condições favoráveis à organização da própria classe a que se encontra vinculado” (GRAMSCI, 2004, p. 87).

Gramsci (2004) nos informa que todo grupo social cria para si uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, tanto no campo econômico quanto no social e político. A exemplo do empresário capitalista, que cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura e outros. O empresário desenvolve uma elaboração social superior, ao mesmo tempo que desenvolve uma capacidade dirigente e técnica, ele se mostra um organizador da “confiança” dos que investem em sua empresa, dos que compram as suas mercadorias etc.

Outra observação feita pelo autor refere-se ao fato de que todo grupo “essencial” encontrou categorias intelectuais preexistentes, que se mostravam como representantes de uma continuidade histórica em atividade, que não se interrompe pelas complicações e modificações das formas sociais e políticas. Segundo Gramsci (2004), em qualquer trabalho físico existe um mínimo de qualidade técnica, ou seja, um mínimo de atividade intelectual criadora. Nessa direção, todos os homens são intelectuais, porém nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais.

Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante. Uma das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 2004, p. 18-19).

Sob esse viés de análise, a atividade intelectual se diferencia em graus. De um lado temos os criadores das várias ciências, da filosofia, da arte etc., de outro os mais modestos “administradores” e divulgadores da riqueza intelectual já existente, tradicional. O assistente social pertence a esse segundo grupo, é um intelectual orgânico, e sua organicidade aumenta quanto mais se relaciona com uma classe fundamental (burguesia ou proletariado). Simionato (2004) adverte que tornar-se um intelectual orgânico, no sentido gramisciano, não envolve apenas uma questão moral de “dever ser”, ou uma opção apenas tingida com as tintas de um novo referencial teórico; ou ainda posicionar com atitudes de rejeição e críticas ao sistema capitalista. Nesse sentido,

Tornar-se intelectual das classes subalternas não implica apenas a realização de mudanças de cunho teórico, mas implica também uma prática articulada com as organizações representativas das classes subalternas, contribuindo para que estas se afirmem cada vez mais como protagonistas políticos (SIMIONATO, 2004, p. 203).

Na atividade de intelectual os assistentes sociais têm como instrumento básico de trabalho a linguagem. De acordo com Iamamoto (2014b), a categoria profissional tem sua atuação voltada para a intervenção na realidade, e como subsídio para esta atuação aplica conhecimentos socialmente acumulados e produzidos por outras ciências. Vale assinalar que ao longo de sua trajetória, o Serviço Social não adquire o status de ciência, o que não quer dizer que seu profissional não possa produzir conhecimentos científicos e contribuir para o acervo das ciências humanas e sociais.

Iamamoto (2009a) indica que o Serviço Social, como profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, situa-se no processo de reprodução das relações sociais e contribui com uma ação de cunho “educativo” na criação de condições propícias à reprodução da força de trabalho, através dos serviços sociais, por meio da política social do Estado.

Os assistentes sociais realizam assim uma ação de cunho sócio-educativo na prestação de serviços sociais, viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los, contribuindo para que necessidades e interesses dos sujeitos sociais adquiram visibilidade na cena pública e possam ser reconhecidos, estimulando a organização dos diferentes segmentos dos trabalhadores na defesa e ampliação dos seus direitos, especialmente os direitos sociais. Afirma o compromisso com os direitos e interesses dos usuários, na defesa da qualidade dos serviços sociais (IAMAMOTO, 2009a, p. 20).

Conforme a referida autora, embora o surgimento do Serviço Social seja relacionado aos interesses do capital, ao lado de outras instituições sociais, a profissão também dá respostas às necessidades da classe trabalhadora em face das suas condições de vida:

É na tensão entre produção da desigualdade, da rebeldia e do conformismo que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses distintos, os quais não é possível abstrair — ou deles fugir —, pois tecem a trama da vida em sociedade (IAMAMOTO, 2009a, p. 27).

### 2.3 O ASSISTENTE SOCIAL E A CONDIÇÃO DE TRABALHADOR ASSALARIADO

Conforme Raichelis (2011), as afirmações de que o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, uma especialização do trabalho coletivo, e o assistente social um trabalhador assalariado, exige a explicação de como ocorre a relação de compra e venda da força de trabalho deste profissional. Exige, portanto, “desvendar suas particularidades como parte do trabalho coletivo, uma vez que o trabalho não é ação isolada de um indivíduo, mas é sempre atividade coletiva de caráter eminentemente social” (RAICHELIS, 2011, p. 423).

A profissão de Serviço Social supõe a venda da força de trabalho especializada do assistente social às instituições empregadoras, visto que a profissão é “uma atividade assalariada de caráter profissional” (IAMAMOTO, 2007, p. 215). A condição assalariada do assistente social “impregna o trabalho profissional de dilemas de alienação e de determinações sociais que afetam a coletividade dos trabalhadores, ainda que se expressem de modo particular no âmbito desse trabalho qualificado e complexo” (IAMAMOTO, 2007, p. 215).

Para Raichelis (2011), os dilemas da alienação são indissociáveis do trabalho do assistente social e incide no exercício profissional variando de acordo com o empregador. A

condição assalariada submete o assistente social aos ditames do mercado e ao poder de seus empregadores.

Os empregadores determinam as necessidades sociais que o trabalho do assistente social deve responder; delimitam a matéria sobre a qual incide esse trabalho; interferem nas condições em que se operam os atendimentos assim como os seus efeitos na reprodução das relações sociais. Eles impõem, ainda, exigências trabalhistas e ocupacionais aos seus empregados especializados e mediam as relações com o trabalho coletivo por eles articulado. É nesta condição de trabalhador assalariado que o assistente social se integra na organização do conjunto de trabalhadores afins, por meio de suas entidades representativas, e com a coletividade da classe trabalhadora (IAMAMOTO, 2007, p. 215).

Embora o Serviço Social seja reconhecido legalmente como profissão liberal pelo Ministério do Trabalho, através da Portaria n. 35 de 19/04/1949, a profissão não dispõe desta característica no Brasil, haja vista o fato de que o assistente social não tem se configurado como um profissional autônomo no exercício de suas atividades. Entretanto, Yasbek et al. (2008) afirma que este profissional incorpora algumas características das profissões liberais no seu exercício profissional, a saber: a relação singular que estabelece com seus usuários, o caráter não rotineiro de seu trabalho, a presença de um código de ética normativo das suas ações, dentre outras.

A condição assalariada ingressa o profissional de Serviço Social no universo da mercantilização. O exercício profissional do assistente social envolve a compra e a venda da força de trabalho especializada em troca de um salário, expresso na forma de dinheiro.

Na compra e venda da força de trabalho, o trabalhador recebe o valor de troca dessa mercadoria —, traduzido no equivalente monetário de seu tempo de trabalho socialmente necessário —, e entrega ao empregador o seu valor de uso: o direto de consumo dessa força de trabalho durante um período determinado de tempo, equivalente a uma dada jornada de trabalho, segundo parâmetros estabelecidos pelos contratantes, consoante normas institucionais e acordos formalizados no contrato de trabalho (IAMAMOTO, 2007, p. 421-422).

Iamamoto (2007) indica que a força de trabalho do assistente social tem as condições típicas de toda mercadoria entre a dimensão do trabalho concreto e do trabalho abstrato, na sociedade capitalista. A autora nos diz que embora seja consenso na literatura profissional o reconhecimento do assistente social como um trabalhador assalariado, esta literatura vem abordando o exercício profissional do assistente social na perspectiva de trabalho concreto, ou seja, “em seu valor de uso social, como uma atividade programática e de realização que

perseguir finalidades e orienta-se por conhecimentos e princípios éticos, requisitando suportes materiais e conhecimentos para a sua efetivação” (IAMAMOTO, 2007, p. 418). A perspectiva da profissão como trabalho abstrato - “com o trabalho social médio como parte da alíquota do trabalho total socialmente produzido” (IAMAMOTO, 2007, p. 118)-, não vem sendo muito tratada, salvo na perspectiva crítica marxista da economia política.

Segundo Iamamoto (2007), a divisão social do trabalho não se finda na dimensão do intercâmbio de trabalhos qualitativamente diferentes, com a satisfação de variadas necessidades do ponto de vista do valor de uso dos produtos ou serviços trocados.

No mundo dominado pelo valor de troca, o indivíduo produz para si ao produzir para a sociedade, na qual cada membro trabalha para ele em outra esfera. Ao se produzir uma mercadoria, esta deve ter um valor de uso não para quem a produz, mas para outros: é o valor de troca, que só se converte em meio de subsistência para seu produtor depois de ter revestido, no dinheiro, a forma de produto universal, através do qual pode realizar-se em qualquer trabalho de outro qualitativamente distinto. Implica uma forma específica de divisão do trabalho, cuja condição fundamental é que os sujeitos criem produtos determinados pelo elemento essencial do valor de troca. Trata-se da divisão de trabalho de estrutura histórica determinada, no qual o indivíduo encontra-se determinado pela sociedade (IAMAMOTO, 2007, p. 418-419).

De acordo com a autora, quando a satisfação das necessidades sociais se torna mediada pelo mercado (pela produção, troca, e consumo das mercadorias) observa-se uma crescente divisão do trabalho social. Essa divisão vincula os sujeitos às órbitas profissionais específicas, o que remete um caráter social ao trabalho. Assim, a divisão de trabalho supõe relações capitalistas de propriedade (a posse ou não de meios de produção), e, conseqüentemente, a existência de classes sociais.

A divisão do trabalho desenvolvida torna o trabalho do indivíduo tão unilateral quanto multilaterais são suas necessidades, fazendo com que seu produto sirva-lhe apenas enquanto meio de troca, visto que o trabalho não é diretamente social (IAMAMOTO, 2007, p. 420).

Nessa perspectiva, o trabalho do assistente social mediado pelo mercado se inscreve no circuito do valor e na crescente divisão do trabalho social.

Em decorrência, o caráter social desse trabalho assume uma dupla dimensão: a) enquanto trabalho útil atende a necessidades sociais (que justificam a reprodução da própria profissão) e efetiva-se através de relações com outros homens, incorporando o legado material e intelectual de gerações passadas, ao mesmo tempo em que se beneficia das conquistas atuais das ciências sociais e humanas; b) mas só pode atender às necessidades sociais se seu trabalho

puder ser igualado a qualquer outro enquanto trabalho abstrato – mero coágulo de tempo do trabalho social médio, possibilitando que esse trabalho privado adquira um caráter social (IAMAMOTO, 2007, p. 421).

Iamamoto (2007) explica que o assistente social ao inserir-se no mercado de trabalho vende a sua força de trabalho, uma mercadoria que tem um valor de uso, responde a uma necessidade social e um valor de troca expresso no salário. O dinheiro que recebe equivale ao valor de sua força de trabalho como todas as outras mercadorias imprescindíveis a sobrevivência material e espiritual que podem ser adquiridas no mercado até o limite do salário, que é um trabalho complexo que requer formação universitária. Essa relação imprime a objetivação do valor de uso dessa força de trabalho, que é “expresso no trabalho concreto exercido pelo assistente social, dotado de uma qualidade determinada, fruto de sua especialização no concerto da divisão do trabalho” (IAMAMOTO, 2007, p. 218). Nessa direção, o assistente social entrega ao seu empregador o valor de uso específico de sua força de trabalho qualificada. Sob outra perspectiva, esse trabalho implica na transformação da matéria sobre a qual incide a ação, produzindo um resultado que tem materialidade material ou social (IAMAMOTO, 2007, p. 218).

Nesse sentido,

A condição assalariada – seja como funcionário público ou assalariado de empregadores privados, empresariais ou não – envolve, necessariamente, a incorporação de parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho, consubstanciadas no contrato de trabalho, que estabelecem as condições em que esse trabalho se realiza: intensidade, jornada, salário, controle do trabalho, índices de produtividade e metas a serem cumpridas. Os empregadores definem ainda a particularização de funções e atribuições consoante as normas que regulam o trabalho coletivo. Oferecem, ainda, o background de recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos indispensáveis à objetivação do trabalho e recortam as expressões da questão social que podem se tornar matéria da atividade profissional. Assim, as exigências impostas pelos distintos empregadores, no quadro da organização social e técnica do trabalho, também materializam requisições, estabelecem funções e atribuições, impõem regulamentações específicas ao trabalho a ser empreendido no âmbito do trabalho coletivo, além de normas contratuais (salário, jornada, entre outras), que condicionam o conteúdo do trabalho realizado e estabelecem limites e possibilidades à realização dos propósitos profissionais (IAMAMOTO, 2007, p. 218-219).

Raichelis (2011) aponta que o agente profissional contratado pelas instituições empregadoras insere-se no mercado de trabalho como proprietário de sua força de trabalho especializada, fruto da sua formação universitária que o prepara para o exercício profissional.

E essa mercadoria “força de trabalho” se transforma em ação apenas quando dispõe de meios e instrumentos de trabalho, como recursos materiais, humanos financeiros, para o desenvolvimento de programas, projetos, serviços, benefícios e de um conjunto de outras atribuições e competências, de atendimento direto ou em nível de gestão e gerenciamento institucional (RAICHELIS, 2011, p. 425). Estes são necessários e devem ser disponibilizados pelas instituições empregadoras.

O assistente social precisa vender sua força de trabalho para um empregador uma vez que não detém os instrumentos e os meios de trabalho necessários para a realização das suas atividades. A condição assalariada repercute na autonomia profissional dos assistentes sociais, embora essa seja assegurada por legislações em vigor, que visam legitimar a profissão de Serviço Social, a exemplo do Código de Ética profissional.

As implicações desse processo são profundas e incidem na autonomia relativa desse profissional, que não possui, como vimos, o poder de definir as prioridades nem o modo pelo qual pretende desenvolver o trabalho socialmente necessário, coletivo, combinado e cooperado como os demais trabalhadores sociais nos diferentes espaços sócio ocupacionais que demandam essa capacidade de trabalho especializada (RAICHELIS, 2011, p. 425).

Sabe-se que o espaço profissional é campo de tensões e interesses opostos, neste os interesses do empregador podem vir a divergir dos do assistente social, o que implica em “uma ingerência direta, de parte dos seus empregadores, na definição do trabalho profissional, na contramão de sua integral autonomia” (IAMAMOTO, 2007, p. 421). Verifica-se, assim, uma tensão entre o estatuto assalariado e o projeto profissional do Serviço Social. Esse último almeja “o assistente social como um ser prático social dotado de liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social” (IAMAMOTO, 2007, p. 416).

Nesse cenário, Iamamoto (2007, p. 219) ressalta que “resguardar a relativa autonomia na condução do trabalho profissional supõe potenciá-la mediante um projeto profissional coletivo, impregnado de história e embasado em princípios e valores radicalmente humanistas”. Para a referida autora, o desafio do assistente social é romper com as unilateralidades nas leituras do trabalho, o que implica em evitar uma atitude fatalista do processo histórico e da profissão, como se a realidade já estivesse sido dada em sua forma definitiva, restando pouco para fazer. Essa visão leva à acomodação, à rotinização do trabalho, burocratismo e à mediocridade profissional. Além disso, segundo Iamamoto (2007), deve-se evitar o

messianismo profissional, uma visão heroica do Serviço Social, ilusória e desfocada da realidade, que conduz a ações inócuas.

Iamamoto (2007) indica que em defesa do projeto profissional, os assistentes sociais contam com uma qualificação acadêmico profissional especializada, com a regulamentação de funções privativas e competências e, ainda, com a articulação de outros agentes e de forças políticas das organizações dos trabalhadores. O assistente social é um intelectual com capacidade de apreensão crítica da realidade, possui conhecimento amplo que lhe possibilita responder de forma qualificada às demandas dos sujeitos que buscam os seus serviços.

O trabalho profissional, na perspectiva do projeto ético-político, exige um sujeito profissional qualificado capaz de realizar um trabalho complexo, social e coletivo, que tenha competência para propor, negociar com os empregadores privados ou públicos, defender projetos que ampliem direitos das classes subalternas, seu campo de trabalho e sua autonomia técnica, atribuições e prerrogativas profissionais (RAICHELIS, 2011, p. 427-428).

#### 2.4 O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

O Serviço Social se mostra condicionado pelas transformações societárias. Tais transformações agravam a questão social e repercutem fortemente na profissão, no seu objeto de trabalho e no mercado de trabalho do assistente social com a precarização das relações e condições de trabalho e o desemprego.

O Serviço Social da década de 1990 se vê confrontado com esse conjunto de transformações societárias, no qual é desafiado a compreender e intervir nas novas configurações e manifestações da questão social, que aprofundam a precarização do trabalho e agravam as condições de vida dos trabalhadores. Enfrentam processos e dinâmicas que trazem para a profissão novas temáticas, novos (e os de sempre) sujeitos sociais e questões como o desemprego estrutural, os sem-terra e os sem-teto, o trabalho infantil, a violência doméstica, a discriminação de gênero e etnia, as drogas, a Aids, as crianças e adolescentes em situação de rua, os doentes mentais, os portadores de deficiências, os velhos, e outras tantas questões e temáticas relativas à exclusão (YASBEK et al., 2008, p. 23).

É sabido que a atuação do assistente social na divisão social do trabalho se modifica e se redefine de acordo com os contornos da questão social (IAMAMOTO, 2014b). Conforme análise de Iamamoto (2014b), a questão social é indissociável da sociabilidade capitalista e

envolve uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas. Nessa perspectiva, pensar a questão social na particularidade brasileira supõe admitir que o processo de transição do capitalismo competitivo ao monopolista no país não foi presidido por uma burguesia de forte orientação democrática e nacionalista, voltada a um modelo de desenvolvimento interno autônomo, mas sim por uma forma de dominação burguesa qualificada por Fernandes de “democracia restrita”, ou seja, restrita aos membros da classe dominante (IAMAMOTO, 2014b).

O Brasil, país de economia emergente, inserido na divisão internacional do trabalho, carrega a história de sua formação social<sup>32</sup>. Esse chega à modernidade por uma via não clássica, com processos de modernização conservadora.

Em síntese, no caso brasileiro, a expansão monopolista fez-se, mantendo, de um lado, a dominação imperialista, e, de outro, a desigualdade interna do desenvolvimento da sociedade nacional. Ela aprofunda as disparidades econômica, sociais e regionais, na medida em que favorece a concentração social, regional e racial de renda, prestígio e poder. Engendra uma forma típica de dominação política, de cunho contra-revolucionário em que o Estado tem papel decisivo não só na unificação dos interesses das frações e classes burguesas, como na imposição e irradiação de seus interesses, valores e ideologias para o conjunto da sociedade (IAMAMOTO, 2007, p. 132).

Nesse processo de modernização “pelo alto”, o Estado teve papel fundamental, evitando qualquer ruptura radical com o passado, conservando os traços das relações sociais e a dependência do capital internacional. O uso de instrumentos coercitivos por parte daquele restringiu a participação política e o exercício da cidadania das classes subalternas, o que derivou em uma rede de relações autoritárias que atravessa a sociedade civil. Verifica-se, assim, que as desigualdades, presentes no processo de desenvolvimento do país, têm sido uma das particularidades da formação histórica brasileira. O moderno se constrói por meio do “arcaico”, recriando elementos de nossa herança histórica colonial e patrimonialista, ao atualizar marcas históricas persistentes, e ao transformá-las no contexto de mundialização do capital. O novo surge pela mediação do passado, transformado e recriado em novas formas nos processos sociais do presente (IAMAMOTO, 2007, p. 128). Nessa direção, as configurações assumidas pela questão social são condicionadas por essa formação cultural brasileira, que tanto fragiliza

---

<sup>32</sup> Segundo Iamamoto (2007), registram-se na nossa história os seguintes componentes: o peso do escravismo; a prática geral do “favor”; a relação de dependência do país, visto que os laços de dependência em relação ao exterior foram mantidos e aprofundados, não ocorreu uma desagregação da sua herança colonial na conformação da estrutura agrária brasileira; uma cultura antidemocrática, antipública e patrimonialista na relação Estado e sociedade civil, sendo que a debilidade da democracia no Brasil se expressa no fortalecimento do Estado e na subalternidade da sociedade civil.

a luta por direitos quanto impacta diretamente o mundo do trabalho, onde a resistência, embora ainda presente, dá lugar ao conformismo e a cooptação.

Iamamoto (2009a) afirma que a questão social vem passando por um processo de criminalização que atinge as classes subalternas. Apresenta-se uma tendência de naturalização da questão social, acompanhada da transformação de suas manifestações em objeto de programas focalizados de combate à pobreza. Isso evoca o passado, quando a mesma era concebida como caso de polícia e tratada por meio do binômio assistência/repressão. As propostas para o enfrentamento da questão social vêm sendo articuladas por assistência focalizada/repressão, com o reforço coercitivo do Estado.

A autora aponta uma dupla armadilha que pode envolver a questão social quando suas expressões são desconectadas de sua gênese comum, sem levar em conta os processos sociais contraditórios, que as criam e as transformam. A primeira armadilha é a pulverização e fragmentação das inúmeras “questões sociais”, responsabilizando os indivíduos singulares por sua situação de dificuldade e pela sua pobreza. Outra armadilha é aprisionar a análise em um discurso genérico que redundava em uma visão unívoca e indiferenciada da questão social, prisioneira das análises estruturais, segmentadas da dinâmica conjuntural e da vida dos sujeitos sociais.

Iamamoto (2009a) indica que no contexto atual, a questão social reproduz-se de forma ampliada, e não apenas nos países pobres. Presencia-se a renovação da “velha questão social”, que hoje se metamorfoseia e assume novas roupagens e novas expressões na vida dos indivíduos sociais. Porém, conforme Iamamoto (2009a) e Netto (2007); inexistem qualquer “nova questão social”, o que se registra para além da permanência das “tradicionais” manifestações daquela, é o surgimento de novas expressões. Essas repercutem fortemente na categoria dos assistentes sociais, uma vez que a condição assalariada nos coloca nas mesmas condições daqueles que demandam a nossa intervenção.

Verifica-se, assim, que as mudanças em curso vêm focalizando e fragilizando as políticas sociais, que é a mediação fundamental do trabalho do assistente social, e alterando as relações e as condições de trabalho em geral, com a produção em massa do desemprego e da precarização. Todavia, nesse cenário, observam-se grandes avanços e conquistas da profissão de Serviço Social. A partir dos anos de 1990, a profissão avançou nos campos da produção científica, na formação acadêmico-profissional, na chamada prática profissional, nas formas de representação político-corporativas, no plano ídeo-político e no mercado de trabalho profissional (NETTO, 1996). Todavia, essas expressivas conquistas vêm se mostrando frágeis

frente aos desafios colocados aos assistentes sociais no atual cenário de desenvolvimento do Brasil.

De acordo com Iamamoto (2009a), o Serviço Social brasileiro contemporâneo apresenta uma feição acadêmico-profissional renovada, voltada à defesa dos interesses da classe trabalhadora. Os assistentes sociais têm sua atuação direcionada aos processos e mecanismos de enfrentamento da questão social, nas suas mais contundentes manifestações<sup>33</sup>. Estas, expressas na vida dos indivíduos que compõem as classes subalternas, se renovam e se atualizam diante das diversificadas conjunturas sociopolíticas.

Essa nova feição se relaciona ao processo de ruptura com o conservadorismo, na passagem da década de 1980 para a de 1990, este processo propiciou o reconhecimento da pluralidade teórico metodológica no âmbito do Serviço Social e fortaleceu a orientação marxista como direção hegemônica para o projeto ético-profissional. No entanto, essa ruptura não significou a superação do conservadorismo na profissão, pois “a herança conservadora e antimoderna, constitutiva da gênese da profissão atualiza-se e permanece presente nos tempos de hoje” (YASBEK et al., 2008, p. 22).

Nesses quadros ocorre o amadurecimento da produção teórica profissional, e o reencontro da profissão consigo mesma, no que se relaciona à compreensão de aspectos relativos à sua ação profissional. Bourguignon (2007) afirma que no período, as políticas sociais tornavam-se pauta de debate no âmbito do Serviço Social, gerando produções acadêmicas que davam visibilidade às temáticas afetas a seguridade social — ao tripé saúde, assistência e previdência social — bem como a atuação dos profissionais nessas áreas. A maioria dos temas de pesquisa dos anos 1980, e também dos anos 1990, reportam-se às políticas públicas na sua interface com o Estado (BOURGUIGNON, 2007).

Nestes anos, as expressões da questão social adquiriram grande visibilidade, e grandes esforços foram empreendidos para a sua compreensão no movimento contraditório da sociedade, o que implicou em uma maior consistência da prática profissional no enfrentamento daquelas expressões. Assim, “novas questões se colocam ao Serviço Social, quer do ponto de vista de sua intervenção, quer da construção de seu corpo de conhecimentos” (YASBEK et al., 2008, p. 22).

As autoras indicam que com a incorporação da categoria analítica marxista, a abordagem do Serviço Social como totalidade social que participa do processo de reprodução

---

<sup>33</sup> Conforme Iamamoto (2009a, p. 27), essas manifestações “condensam múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, relações com o meio ambiente e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização”.

das relações contraditórias da sociedade capitalista torna-se hegemônica no âmbito da profissão.

Este referencial, a partir dos anos 1980 e avançando nos anos de 1990, vai imprimir direção ao pensamento e a ação do Serviço Social no país, voltadas para a formação de assistentes sociais na sociedade brasileira (o currículo de 1982 e as atuais diretrizes curriculares); aos eventos acadêmicos e àqueles resultantes da experiência associativa dos profissionais, como convenções, congressos, encontros e seminários (YASBEK et al., 2008, p. 19).

A necessidade de rompimento com o conservadorismo, presente na ação e no pensamento dos assistentes sociais, se mostrou fundamental ao direcionar a atuação da profissão aos interesses e as necessidades da classe trabalhadora.

Esta busca desencadeou um processo de renovação da profissão amplo e plural e que se expressou nas instâncias de ensino e pesquisa, nas organizações representativas dos assistentes sociais e nos espaços organizacionais do mercado de trabalho do assistente social (YASBEK et al., 2008, p. 24).

Aqui, vale recompor o movimento que impôs a necessidade dos profissionais construírem um novo projeto profissional, direcionado aos interesses da classe trabalhadora. No Brasil, esse movimento chamado Reconceituação do Serviço Social teve início no ciclo ditatorial. Netto (2011, p. 128) aponta a laicização como um dos elementos caracterizadores desse processo, sendo constitutivas desta “a *diferenciação* da categoria profissional em todos os seus níveis e a consequente disputa pela hegemonia do Projeto profissional em todas as suas instâncias”. O autor caracteriza o processo de renovação como

[...] o conjunto de características novas que, no marco das restrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais (NETTO, 2011, p. 131).

Para o autor supracitado, quatro elementos são decisivos no processo de renovação, sendo eles: 1) a instauração do pluralismo teórico, ideológico e político no âmbito profissional; 2) a crescente diferenciação das concepções profissionais (natureza, funções, objeto, objetivos e práticas do Serviço Social) advindas do recurso diversificado a matrizes teórico-metodológicas alternativas, rompendo com o viés de que a profissionalidade implicaria uma

identidade de visões e práticas; 3) a sintonia da polêmica teórico-metodológica profissional com as discussões realizadas no conjunto das ciências sociais, inserindo o Serviço Social na interlocução acadêmica e cultural contemporânea como protagonista que tenta superar a subalternidade intelectual; 4) a conformação de segmentos de vanguarda voltados para a investigação e pesquisa, não apenas os inseridos na vida acadêmica.

Netto (2011) atribui à autocracia burguesa o papel de precipitadora do processo de erosão com o Serviço Social tradicional, e observa que

[...] a renovação do Serviço Social que se processa no marco da autocracia burguesa mantém uma relação complexa com o quadro anterior da profissão: erguendo-se sobre o colapso da legitimação das formas profissionais “tradicional”, resgata alguns de seus núcleos tanto quanto bloqueia alternativas de desenvolvimento que estavam embutidas naquele colapso – ao mesmo tempo em que dinamiza, sobre novo piso, outras tendências emergentes no processo da crise que converteu em dado explícito (NETTO, 2011, p. 141).

Para Netto (2011, p. 142), a crise do Serviço Social “tradicional” apresenta-se como um fenômeno visível “em praticamente todos os países onde a profissão encontrara um nível significativo de inserção na estrutura sócio-ocupacional e articulara algum lastro de legitimação ideal”. O autor apresenta as três vertentes de análise emergentes no seio desse movimento: a perspectiva modernizadora; a perspectiva de reatualização do conservadorismo; e a perspectiva de intenção de ruptura com o Serviço Social “tradicional”.

A vertente modernizadora é a primeira expressão do processo de renovação do Serviço Social no Brasil. Ela emerge no encontro de Porto Alegre, em 1965, e sua formulação encontra-se nos resultados do Seminário de Teorização do Serviço Social promovido em Araxá em 1967, e também no Seminário de Teresópolis realizado no ano de 1970, ambos promovidos pelo CBCISS. Netto (2011) ressalva que esses dois documentos, Documento de Araxá<sup>34</sup> e Documento de Teresópolis<sup>35</sup>, embora com características e ênfases variadas, configuram-se

---

<sup>34</sup> Segundo Netto (2011, p. 167), do documento de Araxá participaram 38 assistentes sociais, sua reflexão aponta a profissão “Como prática institucionalizada, o Serviço Social se caracteriza pela ação junto a indivíduos com desajustamentos familiares e sociais. Tais desajustamentos muitas vezes decorrem de estruturas sociais inadequadas” (CBCISS, 1986: 24). O que implica em dimensões corretivas, preventivas e promocionais. Netto (2011) aponta a recuperação sem rupturas com o tradicionalismo, mas sob novas bases. Assim, “posta a necessidade de combinar a micro e a macroatuação, seus autores vêem-se compelidos a indicar a “utilização adequada” – quer em face dessa combinação, quer em face da “realidade brasileira” – dos “processos” de Serviço Social (ibid., p. 173). Observa-se, portanto, a recuperação do Caso, do Grupo e do Desenvolvimento de Comunidade desde que funcionais à mudança e o desenvolvimento. Araxá apresenta-se como a afirmação da perspectiva modernizadora.

<sup>35</sup> De acordo com Netto (2011), da elaboração do documento de Teresópolis participaram 33 profissionais. A preocupação desse documento era a necessidade de um estudo acerca da Metodologia do Serviço Social frente à realidade brasileira. Neste, a perspectiva modernizadora afirma-se como pauta interventiva. A maturação do

como “a consolidação modelar da tentativa de adequar as (auto) representações profissionais do Serviço Social às tendências sócio-políticas que a ditadura tornou dominantes e que não se punham como objeto de questionamento substantivo pelos protagonistas” (NETTO, 2011, p. 164-165). Porém, essa perspectiva não se esgota nesses dois documentos.

Ela aceita como dado inquestionável a ordem sociopolítica derivada de abril e procura dotar a profissão de referenciais e instrumentos capazes de responder às demandas que se apresentam nos seus limites – donde, aliás, o cariz tecnocrático do perfil que pretende atribuir ao Serviço Social no país. No âmbito estrito da profissão, ela se reporta aos seus valores e concepções mais “tradicionais”, não para superá-los ou negá-los, mas para inseri-los numa moldura teórica e metodológica menos débil, subordinando-os aos seus vieses “modernos” – donde, por outro lado, o lastro eclético de que é portadora (NETTO, 2011, p. 155).

Em meados dos anos 1970, a hegemonia desta perspectiva é colocada em questão. Netto (2011) assinala que não se pode afirmar que ocorreu a evicção da perspectiva modernizadora no âmbito da profissão, pois o que se verifica é seu deslocamento da arena central do debate e da polémica.

A segunda direção que compõe o processo de renovação pode ser caracterizada como a perspectiva de reatualização do conservadorismo. Essa perspectiva, além de recuperar os componentes mais estratificados existentes no pensamento inicial da profissão, os recoloca numa base teórico-metodológica que se reclamava nova, repudiando os padrões vinculados a tradição positivista e as referências afetas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana (NETTO, 2011).

Essencial e estruturalmente, esta perspectiva faz-se legatária das características que conferiram à profissão o traço microscópico da sua intervenção e a subordinaram a uma visão de mundo derivada do pensamento católico tradicional, mas o faz com um verniz de modernidade ausente no anterior tradicionalismo profissional, à base das mais explícitas reservas aos limites dos referenciais de extração positivista (NETTO, 2011, p. 157).

Tal vertente renovadora, originada no universo da profissão em meados dos anos 1970, reclama uma expressiva inspiração fenomenológica. No âmbito da profissão, esta vertente de

---

processo de renovação do Serviço Social alcança nessas formulações o ponto mais alto, e adquire os seguintes significados: apontam para a requalificação do assistente social, definem nitidamente o perfil sociotécnico da profissão e a inscrevem conclusivamente no circuito da “modernização conservadora” (NETTO, 2011, p. 192). Para o autor, este documento equivale à plena adequação do Serviço Social à ambiência própria da modernização conservadora conduzida pelo Estado ditatorial em benefício do grande capital. Teresópolis apresenta-se como a cristalização da perspectiva modernizadora.

renovação não esteve muito presente, sendo que na direção do desenvolvimento profissional não se registra uma polêmica acesa em torno de suas proposições. Conforme Yasbek et al. (2008, p. 17), esta vertente surge como uma metodologia dialógica, que vai “priorizar as concepções de pessoas, diálogo e transformação dos sujeitos”. Portanto, “dirige-se ao vivido humano, aos sujeitos em sua vivência, e ao Serviço Social cabe auxiliar na abertura desse sujeito existente, singular, em relação aos outros, ao mundo de pessoas” (YASBEK et al, 2008, p. 17).

É, portanto, nos marcos dos seminários de Sumaré<sup>36</sup> e do Alto da Boa Vista<sup>37</sup>, que ressoam as formulações da vertente reatualização do conservadorismo. Pode-se considerar que:

O lastro conservador não foi erradicado do Serviço Social pela perspectiva modernizadora (...) ela explorou o seu vetor reformista e subordinou as suas expressões às condições das novas exigências que a modernização conservadora colocou ao exercício profissional (NETTO, 2011, p. 202).

A terceira vertente do processo de renovação do Serviço Social no Brasil, emergida no quadro universitário na primeira metade dos anos 1970, tem sua primeira formulação assentada na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais. O citado autor indica que esta vertente chamada intenção de ruptura com o Serviço Social “tradicional” ganha expressividade fora do âmbito acadêmico só na virada do decênio, quando se dá a crise da autocracia burguesa com ativa participação da classe operária no cenário político brasileiro. Assim, essa vertente experimenta um desenvolvimento diferenciado das outras.

Vale assinalar que a inscrição da formação (graduação e pós-graduação) do assistente social no âmbito universitário se mostra um fator importante no processo de renovação da profissão. Essa renovação buscava superar o tradicionalismo e suas implicações teórico-metodológicas e prático-profissionais.

Conforme Netto (2011, p. 255-256)

A perspectiva de intenção de ruptura não é um puro resultado da vontade subjetiva dos seus protagonistas: ela expressa, no processo de laicização e diferenciação da profissão, tendências e forças que percorrem a estrutura da sociedade brasileira no período de que nos ocupamos. Expressa-as, como outras correntes e naturalmente, do modo mediatizado e complexo que é próprio das configurações ideoculturais e profissionais: através de condutos e formas específicos que viabilizam a relação viva entre classes e forças sociais,

---

<sup>36</sup> De acordo com Netto (2011), o seminário de Sumaré realizou-se no Rio de Janeiro, em 1978, no centro de Estudo do Sumaré da Arquidiocese carioca. Este deveria enfrentar três temas básicos: a relação do Serviço Social com a cientificidade, a fenomenologia e a dialética.

<sup>37</sup> O Seminário do Alto da Boa Vista ocorreu no Colégio Coração de Jesus, em 1984, na cidade de São Paulo. Este documento, constatando que o Serviço Social não alcançou o estágio de ciência, pensava em discutir a construção do seu objeto com um enfoque dialético, que incorporasse uma perspectiva de ciência e dos “modos de produção, das formações sociais e das conjunturas políticas” (NETTO, 2011, p. 168).

projetos societários, instâncias de produção e divulgação do saber, organismos de intervenção social etc.

Netto (2011) afirma que a emersão do projeto de ruptura se dá em Belo Horizonte, quando os jovens profissionais elaboram uma crítica teórico-prática ao tradicionalismo profissional, buscando rompê-lo nos planos teórico-metodológico, da concepção e da intervenção profissional, e da formação. Num primeiro momento, “a emergência da intenção de ruptura era algo episódico, marginal ao desenvolvimento da profissão no Brasil” (NETTO, 2011, p. 263). No entanto, a partir dos anos 1980, “evidencia-se o seu potencial criativo, instigante e, sobretudo, *produtivo*” (NETTO, 2011, p. 267).

De acordo como autor citado, dois contributos mostram-se decisivos nesse processo de ruptura no Brasil, a saber: a elaboração da equipe que construiu o “Método de Belo Horizonte” e a fecunda análise realizada em 1983 por Marilda Villela Iamamoto. O primeiro contributo, mesmo com alguns equívocos, configurou-se como a primeira elaboração de uma proposta profissional alternativa ao tradicionalismo e seus corolários. E o segundo mostrou-se “ponto de inflexão no coroamento da consolidação acadêmica desse processo e mediação para o seu desdobramento das fronteiras universitárias” (NETTO, 2011, p. 275). Com a obra de Iamamoto se consolida no plano teórico-crítico a vertente de intenção de ruptura, e o Serviço Social inicia sua bem-sucedida interlocução com a teoria social de Marx. A perspectiva de intenção de ruptura enriqueceu o debate profissional com seus núcleos temáticos e suas propostas crítico-analíticas. Nas palavras de Netto (2011, p. 303)

A renovação crítico-analítica viabilizada pelo desenvolvimento teórico da perspectiva da intenção de ruptura propicia novos aportes no nível prático-operativo da profissão – donde, por exemplo, a circunscrição de formas alternativas de intervenção, no bojo das políticas sociais, junto a movimentos sociais e o reaquiocamento do desempenho profissional no marco da assistência pública.

Netto (2011) indica que a partir dessa vertente, registram-se dois grandes avanços: a abertura e ampliação de horizontes ideoculturais, responsável pelo rompimento com a endogenia das suas representações, e o sensível elemento crítico que propiciou um confronto de ideias e concepções, até no momento não registrado. Nesse momento, é possível verificar uma relação estabelecida entre o Serviço Social e a modernidade, que atravessa a profissão e se conecta ao exercício profissional do assistente social. Segundo Netto (2011, p. 304),

A modernidade se dimensiona efetivamente na ordem burguesa consolidada e madura; é a civilidade da organização societária urbano-industrial, com o perfil das classes sociais fundamentais nitidamente conformado, com as relações sociais embasadas no contratualismo e na distinção inteira entre o indivíduo e o cidadão, com a vigência da igualdade jurídico política, com a liquidação de quaisquer meios de violência extra-econômica para a apropriação privada do excedente socialmente produzido, com a definição das fronteiras entre sociedade civil e Estado, com a mercantilização de todas as objetivações humanas, com a agilidade da indústria cultural, com a planetarização do mundo pela mediação do Estado, com a secularização e a laicização das formas de socialização e controle e com a relativa autonomização real e a separação formal entre poder econômico e representação política.

Yasbek et al. (2008, p.17) destacam que a aproximação inicial do projeto de ruptura do Serviço Social se realizou com “um marxismo equivocado que recusou a via institucional e as determinações sócio-históricas da profissão”. Logo, a profissão passa a reconhecer os projetos societários diferenciados das classes e dos parceiros sociais, a apreender a dinâmica entre classes/sociedade civil/Estado, a laicização do desempenho profissional e a condição mercantilizada dos seus serviços prestados.

O processo de renovação do Serviço Social no Brasil, operado sob a autocracia burguesa, configurou a emergência de um quadro profissional sintonizado com as realidades sócio-políticas e ideoculturais da sociedade brasileira que ultrapassou as constrictões do ciclo autocrático burguês. Laicizado e diferenciado, o Serviço Social que atravessa os anos oitenta com muito mais fidelidade que em qualquer outro momento da sua história no Brasil – expressa a complexidade e a diferenciação pertinentes à contemporaneidade da sociedade brasileira. Nos seus componentes conservadores, modernizantes e contestatórios, as (auto) representações profissionais condensam (é certo que mediata e dissincronicamente) os próprios vetores que compareceram nas lutas e dramas do tecido social brasileiro. Num registro antes impensável, as (auto) representações do Serviço Social no Brasil, na década de oitenta e em função do seu desenvolvimento pós-64, permitem identificar as grandes linhas de força que tencionam e dinamizam a nossa sociedade (NETTO, 2011, p. 307).

Esse processo de renovação do Serviço Social se mostra um dos elementos fundamentais da construção do projeto ético-político profissional dos assistentes sociais. Este tem suas bases inscritas nos anos de 1970 a 1980, sendo implementado nos anos de 1990, a partir da “recusa e a crítica do conservadorismo profissional” (NETTO, 1999, p. 99). O intenso processo de construção e afirmação do projeto ético-político compromete-se com a cidadania e renova a direção da formação profissional.

Quanto aos projetos profissionais, Netto (1999) explica:

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).

Yasbek et al. (2008) aponta os elementos que impulsionaram a construção do projeto citado, a saber: 1) a busca da ruptura com o conservadorismo no pensamento e na ação social, no sentido de comprometer a profissão com os interesses e as necessidades de seus usuários; 2) o avanço de sua produção de conhecimento, principalmente com o desenvolvimento da pós-graduação em Serviço Social no Brasil; 3) o debate sobre a formação profissional e a reforma curricular realizada pela Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS, agora chamada ABEPSS) que estimulou a revisão curricular de 1982 e as atuais diretrizes curriculares (1996); 4) a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n. 8.622, de 07/06/1993) que dispõe sobre o exercício profissional, suas competências, suas atribuições privativas e os fóruns que objetivam disciplinar e defender o exercício profissional, como o Conselho Federal de Serviço Social e os Conselhos Regionais de Serviço Social, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do exercício profissional; 5) o Código de Ética, aprovado em 13 de março de 1993 pela resolução do CFESS, que define os princípios éticos fundamentais da profissão, tendo como valores centrais a liberdade, comprometida com a autonomia e a emancipação plenas dos indivíduos sociais.

Portanto, o acúmulo teórico pautado na teoria marxista possibilitou uma apreensão crítica da sociedade capitalista, que repercutiu positivamente na atuação profissional.

Nesse lapso de tempo, o Serviço Social brasileiro construiu um projeto profissional radicalmente inovador e crítico, com fundamentos históricos e teórico-metodológicos hauridos na tradição marxista, apoiado em valores e princípios éticos radicalmente humanistas e nas particularidades da formação histórica do país. Ele adquire materialidade no conjunto das regulamentações profissionais: o Código de Ética do Assistente Social (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e as Diretrizes Curriculares norteadoras da formação acadêmica (ABESS/CEDEPSS, 1996, 1997<sup>a</sup>, 1997<sup>b</sup>; MEC-SESU/CONESS/Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, 1999; MEC-SESU, 2001) (IAMAMOTO, 2009a, p. 18).

A construção do projeto ético-profissional implicou a elaboração de uma proposta curricular de uma formação profissional voltada ao desenvolvimento de uma competência

teórico-metodológica pluralista, orientada pela tradição marxista. Dessa maneira, a profissão avançou na sua produção de conhecimentos, tendo a pós-graduação importante papel nesse processo. Nas palavras de Netto (1999, p. 101):

É no âmbito da pós-graduação, cujos primeiros frutos se colhem na passagem da década de 70 à de 80, que vai iniciar-se e, nos anos seguintes, consolidar-se a produção de conhecimentos do Serviço Social brasileiro, num processo em que, pela primeira vez, a categoria principiou a sua acumulação teórica.

As diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social, propostas pela Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (Abess) e pelo Centro de Documentação e Pesquisa em Política e Serviço Social (Cedepss), permitiram conformar a proposta de currículo mínimo em 1996. Estas diretrizes reconhecem “o serviço social como uma especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social o que supõe afirmar o primado do trabalho na constituição dos indivíduos sociais” (IAMAMOTO, 2014a, p. 02).

As diretrizes gerais para o curso de Serviço Social, emanadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), de 08 de novembro de 1996, estabelecem uma nova lógica curricular para a formação acadêmica, que passa a ser estruturada em três eixos, sendo eles: núcleo dos fundamentos teóricos-metodológicos da vida social; núcleo dos fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e núcleo dos fundamentos do trabalho profissional.

[...] as diretrizes curriculares da formação profissional (...) implicam capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a: apreensão crítica do processo histórico como totalidade; investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país; apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; apreensão das demandas – consolidadas e emergentes – postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado; exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor (DIRETRIZES GERAIS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS, 1996, p. 04).

A proposta de currículo mínimo prevista nas Diretrizes busca direcionar a formação profissional e capacitar o aluno. No entanto, a mesma vem sendo afetada pelo processo de contra-reforma do Estado, que a substitui por diretrizes mais flexíveis não comprometidas com a qualidade do ensino. É notório a investida do capital fomentando cursos privados,

principalmente na modalidade à distância, visando a lucratividade. Dados reunidos por Iamamoto (2014a) apontam que em agosto de 2011 haviam 358 cursos de graduação em Serviço Social autorizados pelo MEC, dos quais 18 de ensino a distância ofertaram no mesmo ano 68.742 vagas; e na modalidade presencial 340 cursos, que ofertaram 39.290 vagas, sendo as matrículas distribuídas na modalidade EAD (80.650) e na presencial, 72.019 matrículas. Esses dados revelam que embora o maior número de cursos seja na modalidade presencial, o maior número de vagas ofertadas é na modalidade à distância — onde a precariedade formativa é mais presente e intensa.

Outros avanços da profissão de Serviço Social podem ser explicitados no período, como a representação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais junto aos organismos estatais, que se expressam na regularidade, representatividade e abrangência dos seus grandes encontros nacionais, como os Congressos Brasileiros dos Assistentes Sociais (CBAS) (NETTO, 1996). No campo da prática profissional, podemos apontar também a busca permanente de aperfeiçoamento e compromisso com a qualidade dos serviços prestados e com os usuários; a construção de uma nova imagem social de profissão relacionada a direitos sociais, o fomento da participação dos sujeitos em defesa de seus interesses e necessidades; e a defesa das condições de trabalho e da qualidade dos atendimentos mediante uma atitude crítica (IAMAMOTO, 2014b).

Nessa esteira de avanços e conquistas, destacamos a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei Federal n. 8.662 de 07 de junho de 1993). Essa Lei estabelece condições para o exercício profissional do assistente social, define as suas competências e as suas atribuições privativas e os fóruns que visam disciplinar e defender o exercício profissional do assistente social. O artigo 2º institui que somente poderá exercer a profissão de assistente social aquele que possuir diploma de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido e devidamente registrado no órgão competente. O artigo 4º define as competências profissionais<sup>38</sup> e o artigo 5º

---

<sup>38</sup> A Lei n. 8.662 descreve as competências do assistente social, a saber: I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto à órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II- elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito do Serviço Social com participação da sociedade civil; III – encaminhar providências, e prestar orientação social à indivíduos, grupos e à população; IV – (*Vetado*); V – orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; VI – planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VII – planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII – prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX – prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; X – planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; XI – realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto à órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

as atribuições privativas do assistente social<sup>39</sup>. Essa Lei “é considerada como a principal legislação que regulamenta, disciplina e legitima a profissão do assistente social” (DELGADO, 2013, p. 135).

Outra importante conquista é o Código de Ética do Assistente Social (Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993). Este Código define os princípios fundamentais que regem a profissão, apresenta os direitos e os deveres dos assistentes sociais, bem como os impedimentos éticos legais do trabalho do assistente social. Como princípios éticos fundamentais, o Código de Ética do Assistente Social define

I- reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a elas inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II- defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III-ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; VII- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e o compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; IX- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; X- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e como o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI - Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

---

<sup>39</sup> No que concerne às atribuições privativas do Assistente Social, o artigo 5º da Lei n. 8.662/1993, define: I – coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; II – planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; III – assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades em matéria do Serviço Social; IV – realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; V – assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em cursos de formação regular; VI – treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; VII – dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação; IX – elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social; X – coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social; XI – fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais; XII – dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas; XIII – ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

Desse modo, as competências e as atribuições do assistente social estão estabelecidas em lei, e a atuação deve-se direcionar ao previsto no projeto ético profissional que tem como horizonte a construção de uma sociedade sem exploração e sem classes, baseada na liberdade, na emancipação e na autonomia dos sujeitos.

Fato é que a condição assalariada do assistente social imposta pelo capitalismo vem dificultando e desafiando a efetivação plena do projeto profissional. Yasbek (2009, p. 16) assinala que:

[...] à medida em que novas situações colocam para a profissão novas exigências, o Serviço Social é obrigado a atualizar-se, redefinindo suas estratégias e procedimentos, adequando-se a novas demandas e requisições do mercado de trabalho. Isso sem deixar de lado algumas características historicamente persistentes de sua intervenção. Coexistem no Serviço Social brasileiro, na atualidade, práticas renovadas ao lado de velhas práticas. Sempre no mesmo espaço: a reprodução social da vida das classes subalternas na sociedade.

Por outro lado verifica-se também conquistas afetas ao mercado de trabalho dos assistentes sociais. A partir da Constituição Federal de 1988, podemos apontar uma expressiva ampliação deste. A instituição do tripé da Seguridade Social — saúde, assistência social e previdência — fez surgir novas demandas e novas competências para este profissional, principalmente com as políticas afetas ao SUS e ao SUAS. No entanto, a lógica capitalista vem precarizando os contratos de trabalho e as políticas públicas e, ainda, produzindo enorme desemprego.

É incontestável que a profissão de Serviço Social avançou consideravelmente nas últimas décadas, porém essas expressivas conquistas vêm se mostrando frágeis frente aos grandes desafios que se colocam aos assistentes sociais na atualidade. Netto (1996, p. 109) ratifica essa questão, quando afirma que:

Os avanços e os acúmulos realizados no Serviço Social, até a entrada dos anos noventa, foram, neste domínio, enormes, porém ainda flagrantemente débeis em face das novas realidades societárias e mesmo da própria extensão das práticas profissionais.

No que concerne aos desafios vivenciados pela profissão, podemos destacar: a necessária reafirmação do projeto ético-político profissional; uma formação profissional qualificada; o permanente processo de qualificação dos profissionais; a construção de respostas

no campo dos direitos para o enfrentamento das expressões da questão social; a luta pela ampliação do mercado de trabalho e a defesa de melhores condições de trabalho.

Iamamoto (2014b) indica que para garantir uma sintonia do Serviço Social com os tempos atuais faz-se necessário romper com uma visão endógena, focalista, uma visão “de dentro” do Serviço Social, presa em seus muros. Nessa direção, no âmbito da profissão, um dos seus maiores desafios é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas, no sentido de preservar e efetivar direitos. Ou seja, ser um profissional propositivo e não só executivo. Isso exige um rompimento com práticas rotineiras e burocráticas.

A autora citada aponta que as possibilidades estão dadas na realidade, cabe ao assistente social, munido de suas competências teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, se apropriar de tais alternativas e transformá-las em frentes de trabalho. A realidade exige do assistente social um refinamento da capacidade de análise e uma atitude crítica.

Exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade. O novo perfil que se busca construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o “tempo presente, os homens presentes, a vida presente” e nela atuar, contribuindo, também, para moldar os rumos de sua história (IAMAMOTO, 2014b, p. 49).

Feitas essas considerações, passaremos propriamente para a análise do nosso objeto de estudo: o mercado de trabalho do assistente social na esfera estatal. E, nesse sentido, trataremos do mercado e das condições de trabalho dos assistentes sociais no Brasil, com foco na análise de alguns elementos desse mercado de trabalho em Minas Gerais.

### **3 ELEMENTOS INDICATIVOS DO MERCADO DE TRABALHO E DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL**

Nesse capítulo, busca-se apresentar traços do perfil do mercado de trabalho do assistente social neste não tão novo milênio, tomando como marco as transformações engendradas no âmbito da produção e do Estado capitalista. Pretende-se resgatar os principais elementos que contribuíram para a conformação atual desse mercado, a saber: o processo de interiorização da profissão e o crescimento da formação acadêmico-profissional do Serviço Social. Posteriormente apontam-se dados de pesquisas afetas ao mercado e as condições de trabalho dos assistentes sociais, como a pesquisa nacional realizada pelo CFESS (2005) e outras de âmbito regional e/ou local desenvolvidas nos estados de Alagoas (TRINDADE, 2010), Espírito Santo (CARLETTO, 2008), Mato Grosso (LIRA; PELLOSO, 2010), Minas Gerais (DELGADO, 2009), Rio de Janeiro (SILVA, 2009) e Santa Catarina (SANTOS; MANFRÓI, 2012).

E por fim, apresenta-se a nossa pesquisa realizada com os editais de concursos e processos seletivos simplificados com previsão de vagas para assistente social, catalogados pelo CRESS 6ª Região entre os anos de 2007 a 2014.

#### **3.1 OS ESPAÇOS SÓCIO-OCUPACIONAIS DO ASSISTENTE SOCIAL NO CONTEXTO ATUAL**

O estudo acerca do mercado de trabalho do assistente social requer a análise dos espaços sócio-ocupacionais da profissão de Serviço Social. Yamamoto (2009b) salienta que o espaço profissional é um produto histórico, condicionado pela luta pela hegemonia que se estabelece entre as classes fundamentais e suas respectivas alianças e, ainda, pelo tipo de respostas teórico-práticas densas de conteúdo político dadas pela categoria profissional.

Nesse sentido, os espaços ocupacionais

[...] contém elementos simultaneamente reprodutores e superadores da ordem, abrangendo tanto os espaços ocupacionais resultantes da ação do empresariado e de segmentos específicos da sociedade civil, quanto os derivados da implementação das políticas sociais de Estado e os acionados pela direção das organizações das classes trabalhadoras, todos eles sujeitos ao

impacto das tensões de classe, através de mediações específicas (IAMAMOTO, 2009b, p. 344).

A autora citada aponta alterações nos espaços ocupacionais do assistente social, resultantes de processos sociais que expressam a dinâmica de acumulação capitalista, a composição do poder político e a correlação de forças existentes no âmbito da dinâmica social. Os espaços ocupacionais refletem as condições e relações de trabalho encontradas na sociedade brasileira, no momento em que a reestruturação produtiva vem ditando as regras no universo do trabalho. Segundo Raichelis (2010, p. 752)

[...] refletir sobre os espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social implica considerá-los como expressões da dinâmica contraditória do fazer profissional, nos quais se condensam e se confrontam concepções, valores, intencionalidades, propostas de sujeitos individuais e coletivos, articulados em torno de projetos em disputa no espaço institucional onde se implementam políticas públicas.

Iamamoto (2009b) informa que as estratégias para fazer frente a questão social têm sido tensionadas por dois projetos sociais distintos, que convivem em luta no seu interior e presidem a estruturação e a implementação das políticas sociais públicas desde o fim dos anos 1980. O primeiro projeto possui um caráter universalista e democrático, norteia os princípios da seguridade social na Carta Constitucional de 1988, aposta na democracia, fundada na participação e no controle social e na universalização dos direitos. O projeto profissional do Serviço Social vincula-se a esse projeto social.

O segundo projeto, conforme a autora supracitada, possui outro tipo de requisição e polariza aquele primeiro. Trata-se de um projeto de cunho neoliberal, fundamentado nas políticas de ajuste recomendadas por organismos internacionais. Este projeto compromete-se com a lógica do capital e busca atingir profundamente a seguridade social, subordinando os direitos sociais à lógica orçamentária e a política social à política econômica. Ele preconiza a transferência de responsabilidade da esfera pública para a esfera privada, no trato das necessidades sociais em favor da sua privatização, instituindo critérios de seletividade no atendimento aos direitos sociais, o que desmonta o legado de direitos conquistados (IAMAMOTO, 2009b).

Esse segundo projeto vai de encontro a todas as conquistas de direitos sociais dos trabalhadores e atinge fortemente as categorias profissionais assalariadas, inclusive a dos assistentes sociais, que tem como maior empregador o Estado e a órbita das políticas públicas como um espaço profissional privilegiado (IAMAMOTO, 2014a).

Iamamoto (2009a) sinaliza que os espaços sócio-ocupacionais do assistente social têm lugar no âmbito estatal nas esferas dos poderes executivo, legislativo e judiciário, em empresas privadas capitalistas, nas organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e outros. Os assistentes sociais atuam na formulação, no planejamento e na execução de políticas públicas nas áreas da educação, saúde, previdência, assistência social, habitação, meio ambiente, dentre outras.

Nesses espaços ocupacionais esses profissionais realizam assessorias, consultorias e supervisão técnica; contribuem na formulação, gestão e avaliação de políticas, programas e projetos sociais; atuam na instrução de processos sociais, sentenças e decisões, especialmente no campo sociojurídico; realizam estudos socioeconômicos e orientação social a indivíduos, grupos e famílias, predominantemente das classes subalternas; impulsionam a mobilização social desses segmentos e realizam práticas educativas; formulam e desenvolvem projetos de pesquisa e de atuação técnica, além de exercerem funções de magistério, direção e supervisão acadêmica (IAMAMOTO, 2009a, p. 19).

Os espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais vêm expandindo para políticas públicas afetas ao Sistema Único de Saúde (SUS), ao Sistema Único de Assistência Social, a Previdência Social e a Educação pública. E, ainda, para outros espaços, como as esferas judiciária e legislativa. A primeira se direciona à perspectiva do acesso aos direitos e à justiça das classes menos favorecidas. E a outra, embora restrita para o assistente social, mostra-se como espaço para avançar nas lutas sociais e inscrever na legislação os direitos sociais dos trabalhadores.

O assistente social é um dos mediadores do Estado na intervenção dos conflitos que ocorrem no espaço privado, particularmente nos âmbitos doméstico e familiar, atuando prioritariamente nas varas da Infância, Juventude e Família, nas dramáticas manifestações da questão social, expressas pela violência contra a mulher, a infância, a juventude, as situações de abandono e negligência familiar, o abuso sexual, a prostituição, a criminalidade infanto-juvenil (RAICHELIS, 2009, p. 12).

No âmbito da Seguridade Social, Iamamoto (2009b) destaca o trabalho dos assistentes sociais junto aos Conselhos de Políticas, os Conselhos Tutelares e Conselhos de Direito. Nas palavras da autora:

No Brasil, é de maior importância o trabalho que vem sendo realizado por assistentes sociais especialmente na esfera da seguridade social: nos processos de sua elaboração, gestão monitoramento e avaliação, nos diferentes níveis da federação. Destaca-se, ainda, a atuação dos assistentes sociais junto aos

Conselhos de Políticas – com saliência para os Conselhos de Saúde e de Assistência Social nos níveis nacional, estadual e municipal. Somam-se os Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos, responsáveis pela formulação de políticas públicas para a criança e o adolescente, para a terceira idade e pessoas portadoras de necessidades especiais (IAMAMOTO, 2009b, p. 360).

A participação nesses espaços se mostra fundamental para a formulação e democratização das políticas sociais. A autora ressalva que estimular inserções políticas voltadas para fortalecer os sujeitos coletivos, os direitos sociais, as alianças com os usuários dos serviços e o campo democrático é fundamental para uma atuação direcionada ao projeto profissional da categoria. Faz-se necessário reassumir os trabalhos de base junto aos movimentos sociais e as instâncias de organização política dos grupos subalternos.

Vale assinalar que essas novas inserções no mercado de trabalho acompanham novas exigências e competências para o assistente social. Conforme ressalta Iamamoto (2009b, p. 367)

Tais inserções são acompanhadas de novas exigências de qualificação, tais como: o domínio de conhecimentos para realizar diagnósticos socioeconômicos de municípios, para a leitura e análise dos orçamentos públicos, identificando seus alvos e compromissos, assim como os recursos disponíveis para projetar ações; o domínio do processo de planejamento; a competência no gerenciamento e avaliação de programas e projetos sociais; a capacidade de negociação, o conhecimento e o *know-how* na área de recursos humanos e relações no trabalho, entre outros. Soma-se possibilidades de trabalho nos níveis de assessoria e consultoria para profissionais mais experientes e altamente qualificados em determinadas áreas de especialização. Registram-se, ainda, requisições no campo da pesquisa, de estudos e planejamento, entre inúmeras outras funções.

Nas empresas capitalistas, o discurso empresarial de colaboração e de envolvimento dos trabalhadores determina novas e variadas frentes de trabalho para os assistentes sociais como: a gestão de recursos humanos, programas participativos, desenvolvimento de equipes, ambiência organizacional, qualidade de vida no trabalho, voluntariado, ação comunitária, certificação social, educação ambiental e outras (AMARAL; CESAR, 2009). Entretanto, nota-se a redução dos postos de trabalho formais e o aumento da contratação de profissionais de Serviço Social apenas para a implementação de projetos esporádicos, em atendimento ao público interno e externo das empresas.

Raichelis (2009) aponta a tendência da subcontratação de serviços individuais dos assistentes sociais por parte de empresas ou de assessoria na prestação de serviços aos governos, o que repercute no exercício profissional autônomo, temporário, por projeto, por tarefa, em função de novas formas de gestão das políticas sociais. Ela aponta, ainda, uma terceirização de

serviços públicos, como ocorre na área da habitação social, consolidada como modelo de produção e gestão da habitação “no qual o projeto, a obra, a operação, sua fiscalização e gerenciamento, bem como o trabalho social passam a ser contratados através de processos licitatórios (RAICHELIS, 2009, p. 08).

O terceiro setor (que não é nem do Estado e nem do mercado) também vem absorvendo grande parcela dos assistentes sociais com a promoção de ações assistencialistas, não pautadas na perspectiva do direito social; verifica-se crescentes parcerias do Estado com esse setor, o que implica na transferência de suas responsabilidades para a sociedade civil. Vale destacar o expressivo o crescimento das ONGs, que compõem o denominado “terceiro setor”.

O crescimento e a multiplicação das ONGs expressam uma diferenciação do seu perfil, quando se transformam em novos sujeitos políticos: se, nas décadas de 1970 e 1980, as ONGs atuavam na retaguarda, assessorando a luta dos movimentos populares, a partir de 1990, elas passam a disputar recursos, lugares e reconhecimento públicos, ao lado de outros atores que integram o cenário político. É interessante observar que essa denominação é atualmente bastante abrangente: grande parte das instituições sociais se autointitulam ONGs, inclusive as tradicionais entidades filantrópicas e assistenciais, contribuindo para dificultar a diferenciação de projetos, concepções e práticas, uma vez que também todas assumem um aparente consenso em torno do discurso do combate à pobreza e de defesa da cidadania. Integrantes do assim denominado “terceiro setor”, essas organizações expressam um amplo movimento associativo que abarca um conjunto heterogêneo de entidades sociais, organizações empresariais, ONGs dos mais variados tipos, que atuam no desenvolvimento de projetos socioeducativos, em grande parte voltados ao atendimento de crianças, adolescentes e famílias em situações de risco social e pobreza (RAICHELIS, 2009, p. 09).

Segundo Raichelis (2010, p. 756) “o que está em curso é o esvaziamento da própria noção de direitos relacionado a uma suposta desnecessidade de tudo que é público e estatal”. Nesse contexto, o assistente social, majoritariamente funcionário público, é afetado diretamente no seu mercado de trabalho profissional.

Verifica-se, assim, que a reestruturação produtiva em curso atinge o mercado de trabalho do assistente social, incidindo contraditoriamente tanto na mudança e/ou redefinição de postos de trabalho em algumas áreas (por exemplo, na empresa), como também na diversificação, como é o caso das políticas de seguridade social, especialmente a política de assistência social (RAICHELIS, 2010, p. 757).

Iamamoto (2002) ressalva a importância do rumo ético-político profissional do assistente social, estimulando uma cultura democrática, com apreço a coisa pública, atentando à dimensão cultural do trabalho cotidiano do assistente social e se contrapondo à difusão de

valores liberais. Para tanto, faz-se necessário o assistente social desenvolver a capacidade de ver nas demandas individuais as dimensões universais e particulares presentes na vida dos indivíduos atendidos pela profissão.

Importa ter clareza que a análise macroscópica sobre a “questão social”, tal como efetuada acima, expressa uma realidade que se materializa na vida dos sujeitos. Esse reconhecimento permite ampliar as possibilidades de atuação e atribuir dignidade ao trabalho do assistente social, porque ele não trabalha com fragmentos da vida social, mas com indivíduos sociais que condensam a vida social (IAMAMOTO, 2002, p.31).

### 3.2 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ESFERA ESTATAL

De início, cabe situar que o assistente social é majoritariamente funcionário público, e dedica-se a implementação de políticas públicas desde o nascedouro da profissão, é “um executor terminal de políticas sociais” (NETTO, 2007).

De acordo com Nogueira (2010), o setor público estatal pertence a uma totalidade de relações de produção predominantemente capitalistas. Desse modo, neste setor, as relações de trabalho são relações entre não proprietários de meios de produção entre si, não são diretamente capitalistas. Assim, o trabalho na esfera estatal não se direciona à produção direta de valor para a acumulação de capital, é um trabalho assalariado improdutivo<sup>40</sup> (NOGUEIRA, 2010). Entretanto, isso não quer dizer que não há exploração direta do trabalho pelo Estado.

A exploração ocorre na esfera da reprodução do capital, ou seja, nos processos de serviços e administração voltados à esfera da reprodução social e política do conjunto da sociedade de classes. A taxa de exploração do trabalho no Estado envolve a quantidade de salário em relação à jornada de trabalho e às condições necessárias de vida em sociedade, mas não é realizada para produzir, e sim reproduzir o capital (NOGUEIRA, 2010, p. 04).

---

<sup>40</sup> Marx (2004, p. 125) explica que “só é trabalhador produtivo aquele que emprega a força de trabalho – que diretamente produz mais-valia; portanto, só o trabalho que seja consumido diretamente no processo de produção com vistas à valorização do capital. Nessa direção, é produtivo o operário em que o processo de trabalho é igual ao processo de consumo produtivo da capacidade de trabalho, por parte do capital ou do capitalista (ibid.). Daí decorrem duas conclusões, a primeira é que o possuidor da força de trabalho é um trabalhador assalariado. E a segunda é que após o processo de circulação, sua força de trabalho e seu trabalho incorporam como fatores vivos no processo de produção do capital. Marx (2004) adverte que os trabalhadores podem ser assalariados e não produtivos. Ele indica que a diferença entre o trabalho produtivo e o improdutivo se dá no fato de “o trabalho trocar-se por dinheiro ou por dinheiro como capital” (ibid., p. 137). Desse modo, o trabalho produtivo consiste naquele em o trabalhador produz diretamente mais-valia e o trabalho improdutivo o que não produz capital e o trabalho não constitui um momento do processo de autovalorização do capital.

Os funcionários públicos são trabalhadores assalariados, portanto, precisam vender a sua força de trabalho para o empregador, no caso o Estado. Essa condição assalariada impõe uma submissão e uma subordinação do trabalhador ao empregador, o que implica na ausência do controle e da autonomia relativa no desenvolvimento das atividades profissionais. Nogueira (2010, p. 07) afirma que: “os funcionários do Estado são assalariados livres, que apenas dispõem de sua força de trabalho para vender e sobreviver na sociedade e, neste aspecto, igualam-se aos demais assalariados submetidos à ordem do capital e do mercado em sentido mais abrangente”.

O autor caracteriza o processo de trabalho no âmbito do Estado como muito diverso e heterogêneo, em sua maior parte voltado aos serviços. Nesse setor, a essência do trabalho é atividade intelectual e administrativa, visto que “o processo de trabalho lida diretamente com a informação, o planejamento, a administração e o controle geralmente por meio de símbolos e escritos” (NOGUEIRA, 2010, p. 07).

Nessa esteira, localizam-se os assistentes sociais, majoritariamente funcionários públicos, conforme revela a pesquisa do CFESS (2005) e outros estudos que tratam especificamente da profissão, que trataremos no próximo item. Raichelis (2009) indica que o trabalho do assistente social na esfera estatal deve ser apreendido na dinâmica da vida social, considerando todos os processos engendrados no sistema capitalista que tanto repercutem nas condições de vida e trabalho da classe trabalhadora.

Analisar a profissão e os desafios do projeto profissional na esfera estatal supõe apreendê-los na dinâmica sócio-histórica, que configura o campo em que se desenvolve o exercício profissional e problematizar as respostas profissionais – teóricas, técnicas e ético-políticas – que traduzem a sistematização de conhecimentos e saberes acumulados frente às demandas sociais dirigidas ao Serviço Social (RAICHELIS, 2009, p. 01).

Raichelis (2009) aponta seis premissas para analisar o Serviço Social nas relações sociais capitalistas, a saber: a **primeira premissa** considera que as profissões são construções históricas que somente ganham significado e inteligibilidade quando analisadas dentro do movimento das sociedades nas quais se inserem. A autora ressalta a necessidade de se ter presente as determinações sociopolíticas do Serviço Social em sua origem e os processos que culminaram a sua organização como profissão. A **segunda premissa** apresenta a particularidade do Serviço Social como profissão de intervir nos processos e mecanismos ligados ao enfrentamento da questão social, que se reatualizam nas diferentes conjunturas sócio-políticas. Nestas conjunturas, aumentam-se expressivamente os níveis de exploração e

desigualdades, a questão social se reatualiza e se reproduz exponencialmente, e o assistente social é chamado a intervir nas suas expressões. A **terceira premissa** refere-se ao fundamento da profissionalização do Serviço Social, a partir da estruturação de um espaço sócio-ocupacional determinado pela dinâmica capitalista, que emerge da necessidade do Estado burguês em dar respostas às sequelas da questão social. A **quarta premissa** diz respeito à centralidade do Estado na análise das políticas sociais, o que não significa reduzi-la ao campo da intervenção estatal, porém nessa esfera as mesmas podem vir a ser universais e de fato “constituir-se espaços de afirmação de direitos e de iniciativas de *contradesmanche* de uma ordem injusta e desigual (YASBEK et al., 2008, p. 31)”. A **quinta premissa** apresentada por Raichelis (2009) refere-se a reflexão acerca do trabalho do assistente social na esfera estatal. Esta relaciona-se, necessariamente, ao tema das relações entre o Estado e a sociedade civil. Raichelis (2009) explica que o Estado não é algo separado da sociedade, é produto das relações entre ambos. E a **última premissa** afirma que embora seja comum igualar a referência das categorias Estado e governo, essa confusão pode gerar graves implicações políticas, a exemplo de supor que assumir poder governamental é a mesma coisa que conquistar o poder político.

Conforme já dito no capítulo anterior, o Serviço Social como profissão emerge na dinâmica da ordem monopólica quando a questão social necessita de um novo tratamento por meio de políticas sociais. Segundo Yasbek et al. (2008), as condições que possibilitaram a profissionalização do Serviço Social no Brasil relacionam-se ao seu processo de institucionalização e legitimação como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com o apoio da Igreja Católica, no enfrentamento às sequelas da questão social, a partir das décadas de 1930/1940.

É quando crescem as lutas sociais dos trabalhadores e dos segmentos mais empobrecidos da população, e as ações de caráter assistencial, religioso e filantrópico desenvolvidas pela solidariedade social mostram-se insuficientes para dar conta das necessidades sociais. Tal contexto sociopolítico, de centralização e intervenção do Estado na condução de políticas econômicas e sociais, expõe as expressões da *questão social* como “matéria-prima” a justificar a constituição do espaço profissional do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho (YASBEK, 2008, p. 07).

Conforme as autoras, na década de 1930/40 o Estado é encarregado de assumir a regulação das relações de classe através de um conjunto de medidas que reconhece a legitimidade da questão social no bojo das contradições que permeiam a ordem burguesa e, ao mesmo tempo, procura ajustá-las juridicamente visando desmobilizar a ação dos trabalhadores

e controlar as tensões existentes entre as classes sociais. Portanto, o Estado impulsiona a profissionalização e a expansão do mercado de trabalho do assistente social.

As políticas sociais, como mediação fundamental da ação do Estado, viabilizam uma intervenção continuada e estratégica sobre as sequelas da questão social, levando o aparelho estatal a desenvolver simultaneamente funções econômicas, políticas e sociais, administrando as contradições e buscando um sistema de consensos em busca de legitimidade social (RAICHELIS, 2010, p. 754-755).

A partir da década de 1990, observa-se uma ampliação do mercado de trabalho dos assistentes sociais na esfera estatal, em razão da Constituição Federal de 1988 que instituiu o tripé da Seguridade Social - saúde, assistência social e previdência social. No Serviço Social, a saúde aparecia em diversas pesquisas como a área que mais requisita assistentes sociais, no entanto, após a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) a assistência social passou também a requisitar um grande número de assistentes sociais. Ademais, temos a expansão de outras políticas sociais, como as afetas aos Programas de Transferência de Renda (PTR), que visam retirar os seus beneficiários da linha da extrema pobreza e garantir um mínimo de sobrevivência. Estas também fomentam a demanda de atuação dos assistentes sociais. Conforme afirma Yasbek et al. (2008, p. 27)

No âmbito das políticas sociais, e particularmente na Seguridade Social, destaca-se a presença e o envolvimento dos assistentes sociais na saúde, na assistência social, na habitação, na defesa do SUS, Suas, ECA e Estatuto do Idoso, do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), além da recente conquista na previdência social, com a abertura de concurso público para novecentos assistentes sociais ainda em 2008 [...].

No entanto, na esfera estatal permanecem características neoliberais da política social brasileira “centradas em situações-limites em termos de sobrevivência e direcionadas aos ‘mais pobres entre os pobres’, perdendo-se do horizonte a direção de universalização do acesso a direitos” (YASBEK et al., 2008, p. 26). Nesse cenário, os assistentes sociais vêm realizando um trabalho direcionado à construção e defesa de direitos sociais, em consonância com o que prevê o Projeto ético-político profissional da categoria.

Observa-se a redução do gasto público e das políticas públicas, o arrocho salarial e a deterioração das relações e condições de trabalho dos funcionários públicos. É a adoção do ideário neoliberal que vem imprimindo essa imensa precarização nas relações e condições de

trabalho dos funcionários públicos. No âmbito municipal, a tendência de precarização é mais acentuada, porém os outros âmbitos também vêm sendo afetados com a diminuição dos concursos públicos, a redução das políticas sociais, a desvalorização salarial e a contenção de gastos públicos. Assim, o assistente social na busca de politizar e dar visibilidade aos interesses e direitos das classes subalternas na esfera pública, sofre com a intensa precarização das políticas e das suas relações e condições de trabalho (YASBEK et al., 2008).

Nogueira (2010) assinala uma diferença entre a lógica de funcionamento do Estado e a lógica de funcionamento das empresas capitalistas, visto que o Estado aparenta representar “equilíbrio e árbitro de conflito, a razão absoluta e o espaço de decisão coletiva” (NOGUEIRA, 2010, p. 05). Ademais, a real funcionalidade do Estado é preservar a ordem do capital em detrimento dos interesses da classe trabalhadora. No setor privado, os ganhos e as melhorias salariais se dão quando os trabalhadores se mobilizam e fazem acordos e negociações, enquanto que no setor público as relações são mais complexas, tendo em vista que as melhorias de condições de trabalho ficam condicionadas a estatutos e dependem das instâncias políticas e administrativas.

Segundo o referido autor, há uma grande dificuldade das organizações sindicais em melhorar as condições de trabalho destes profissionais, porém, verifica-se a importância determinante das lutas de classes na qualidade de atuação do Estado.

Não é preciso dizer que nesse quadro, a instabilidade e a conflitualidade nas relações coletivas são permanentes e envolvem um conjunto de forças complexas que tornam os processos de decisão, nesses casos, demorados e instáveis. A mudança de governo influi diretamente nesse processo e pode fazer voltar à estaca zero qualquer conquista anterior. A ausência de convenções coletivas ou acordos coletivos de trabalho, a ausência mesmo de uma justiça do Trabalho para dirimir o conflito e de outros mecanismos de mediação e arbitragem explicam também a recorrência do conflito (NOGUEIRA, 2010, p. 06).

Segundo Nogueira (2010, p. 04) “qualquer proposta atual sobre um sistema de relações de trabalho para o setor público depende do encaminhamento dessas questões de defasagem salarial, das perdas salariais históricas e da melhoria das condições gerais de trabalho”. Embora se observe a existência de reivindicações em prol de melhores salários e condições de trabalho por parte do funcionalismo público e das suas lideranças sindicais, essas se mostram fragilizadas frente a investida do capital, com a adoção de sua lógica neoliberal.

### 3.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O MERCADO E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

De partida, cabe explicitar a definição do termo mercado de trabalho, considerando-o lugar de compra e venda da força de trabalho.

O mercado de trabalho é um dos principais mecanismos alocativos da sociedade capitalista. Ele atribui pessoas a posições na estrutura produtiva e ajusta recompensas monetárias em função das qualificações diferenciais dessas pessoas, dos postos de trabalho existentes, da riqueza relativa dos países, das conjunturas econômicas etc. Mas contrariamente ao sonho de certa interpretação corrente, esse mecanismo não é, nem nunca foi, automático, ou meramente econômico (NUPET, s/d, p. 01).

Serra (2010) indica uma ruptura do antigo paradigma do mercado de trabalho nos anos de 1990, a partir do incremento de novas tendências nas ocupações profissionais e da diminuição dos postos formais de trabalho. Segundo a autora, observa-se uma queda de empregos industriais e um forte aumento de postos de trabalho no setor de serviços, no qual a informalidade é muito intensa.

[...] houve uma alteração da ocupação do mercado de trabalho, do tipo formal para o tipo flexível, havendo uma explosão do trabalho informal ou flexível nas metrópoles brasileiras. É pertinente (re)afirmar que tanto o desemprego quanto o subemprego são resultantes da implantação desse novo modelo de produção, associado às políticas de ajustes definidas pelo capital para os países periféricos (...) Nos anos de 1990, os serviços passaram a absorver mais postos de trabalho, configurando já a alteração no setor industrial, em termos de seu encolhimento inicial. Nos anos iniciais do século vinte e um, o aumento do desemprego refletiu justamente a incapacidade da economia brasileira de gerar expressivos postos de trabalho, não obstante o setor de serviços continua absorvendo uma parte dos trabalhadores que anualmente ingressam no mercado de trabalho ou que são demitidos dos setores industrial e agropecuário (SERRA, 2010, p. 90)

Essas alterações no perfil do mercado de trabalho se dão, sobretudo, em decorrência das transformações societárias empreendidas pelo capitalismo, aquelas já sinalizadas no Capítulo I. Antunes e Druck (2014) afirmam que a fase atual é marcada pela intensificação da terceirização, da informalidade e da precarização do trabalho. A crescente redução do trabalho contratado e regulamentado vem concomitante com a adoção de novas modalidades de trabalho

na indústria, na agricultura e nos serviços. Nesse contexto, a classe trabalhadora vem sofrendo fortes impactos com a flexibilidade das relações de trabalho e com o desemprego.

No plano do mercado de trabalho, no qual se estabelecem as relações de compra e venda da força de trabalho, as formas de inserção, os tipos de contratos, os níveis salariais e as jornadas de trabalho, definidas por legislação ou negociação expressam um recrudescimento da mercantilização: o capital reafirma a força de trabalho como mercadoria, subordinando os trabalhadores a uma lógica em que a flexibilidade, o descarte e a superfluidade são fatores determinantes para um grau de instabilidade e insegurança no trabalho, como nunca antes alcançado (ANTUNES; DRUCK, 2014, p. 17).

De acordo com Saboia (2014), entre os anos de 2003 a 2014, o mercado de trabalho brasileiro apresentava bons resultados, verificáveis na queda do desemprego, no crescimento do nível de renda da população e no aumento da formalização do mercado de trabalho. Nesse período, o setor terciário – com baixa produtividade e remuneração – gerou empregos.

Para o autor alguns fatores vêm influenciando a conformação do mercado de trabalho brasileiro, dentre eles: a elevação do nível da escolaridade da população em geral (apesar de ainda ser muito baixa quando relacionada aos indicativos internacionais); a exigência de uma maior qualificação para o recebimento de melhores salários (o que retarda a entrada dos jovens no mercado de trabalho e faz com que esses permaneçam mais tempo na escola); o envelhecimento da população voltada para o mercado de trabalho.

Saboia (2014) afirma que embora no período de 2003 a 2014 tenha ocorrido uma melhora nos indicativos do mercado de trabalho brasileiro, esses se mostram ainda muito insuficientes quando relacionados com as taxas de desemprego apresentadas pelas fontes PNAD e a nova PNAD Contínua. Essas taxas são muito elevadas e indicam que o país possui acentuada tendência de precariedade e informalidade. No perfil do mercado de trabalho brasileiro encontram-se os baixos salários, a ausência da carteira assinada e da contribuição previdenciária e a presença do trabalho por conta própria.

Em 2015 observa-se a deterioração rápida e intensa do mercado de trabalho nacional (SABOIA, 2015). Após uma década de resultados satisfatórios ocorre um retrocesso no mercado de trabalho, a partir do aumento do desemprego e da queda da renda e da formalidade.

A taxa de desocupação de 6,7% não pode ser considerada muito alta, mas quando comparada com os 4,9% de maio de 2014, o crescimento é muito elevado, representando mais 454 mil pessoas desempregadas nas seis regiões metropolitanas cobertas pela PME. O emprego formal tem sido prejudicado, apresentando uma redução de 213 mil pessoas com carteira assinada. A queda de 5% no nível médio de rendimento em apenas 12 meses é impressionante,

sendo resultante da alta inflação em uma conjuntura de mercado de trabalho desfavorável. A combinação de redução da população ocupada com queda do rendimento médio traz importantes consequências macroeconômicas, diminuindo a massa total de rendimento e realimentando a atual recessão. A redução de 5,8% na massa de rendimentos ocorrida entre maio de 2014 e maio de 2015 tem um efeito muito desfavorável para a economia, com forte queda do consumo das famílias (SABOIA, 2015, p. 01).

No que se refere ao desemprego, a pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos (DIEESE), entre os meses de janeiro a setembro de 2015, indica que a média da Taxa de Desemprego total nas cinco principais regiões metropolitanas do país (Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo) foi de 11,8 %, superior à média da taxa verificada no ano de 2014 (10,8 %). Druck (2013), ao analisar as taxas de desemprego urbano no país, indica que após a crise desencadeada em 2008 agrava-se a vulnerabilidade do emprego no Brasil e a dificuldade de superação dos altos níveis de desemprego, provenientes da forma de inserção do país na globalização. Para a autora, tanto nos países desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos, os jovens são os mais vulneráveis a realidade do desemprego. Na América Latina os jovens compõem 46 % do total de desempregados. No Brasil, a taxa de desemprego dos jovens aumentou de 16,8 % em outubro de 2008 para 21,2 % em março de 2009.

A autora citada destaca a funcionalidade do desemprego para o capital na medida em que ele contribui para o rebaixamento do valor da força de trabalho.

A condição de desempregado e a ameaça permanente da perda de emprego têm se constituído numa eficiente estratégia de dominação no âmbito do trabalho. O isolamento e a perda de enraizamento, inserção, vínculos e perspectiva de identidade coletiva, decorrentes da descartabilidade, da desvalorização e da exclusão, são condições que afetam decisivamente a solidariedade de classe. Essa é minada pela brutal concorrência que é desencadeada entre os próprios trabalhadores e estimulada conscientemente pelo capital por meio da gestão do medo e da chantagem. Uma vulnerabilidade social cujos traumas ainda estão por compreender e analisar no contexto atual, especialmente entre as novas gerações, que não conseguem se inserir no mercado de trabalho (DRUCK, 2013, p. 64).

No caso específico do mercado de trabalho do Serviço Social, a tendência registrada desde os anos de 1990 por diversos analistas é de um aumento do número de postos de trabalho ocupados no Brasil. Verifica-se que o reconhecimento da Seguridade Social como sistema de proteção social, instituído na Constituição Federal de 1988, muito contribuiu para a ampliação do mercado de trabalho dos assistentes sociais. A partir disso, surgem novas possibilidades de

trabalho para estes profissionais no âmbito das políticas públicas, sobretudo com a implantação da Loas/1993, PNAS/2004, da NOB-Suas/2005 e do SUS.

Na esfera sócio-ocupacional, a Constituição Cidadã de 1988 muito contribuiu para a expansão do mercado de trabalho dos assistentes sociais em razão do incremento a rede sócio-assistencial – cada vez mais municipalizada – através da criação de importantes programas de atendimento à saúde e assistência social, infância e adolescência, terceira idade e sistema sócio- jurídico. O espaço ocupacional da categoria foi também ampliado para atividades relacionadas à implantação, orientação e representação em Conselhos de Políticas Sociais e de Direitos, organização e mobilização popular, capacitação de conselheiros, elaboração de planos de assistência social, acompanhamento e avaliação de programas e projetos; além de assessoria e consultoria e requisições no campo da pesquisa (DELGADO, 2009, p. 09).

Iamamoto (2009b) afirma que historicamente os assistentes sociais vêm se dedicando a implementação de políticas públicas, ou conforme Netto (2007) são “executores terminais de políticas sociais”. Isso faz com que o Estado permaneça como o maior empregador dos assistentes sociais, sendo atualmente o âmbito público municipal o que mais absorve o trabalho especializado desses profissionais.

Dados fornecidos pelo site do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em 2016, revelam que a categoria dos assistentes sociais conta com aproximadamente 160 mil profissionais ativos. Este contingente profissional, registrado nos 26 Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e na Seccional de Base Estadual, é o segundo maior do mundo, sendo superado apenas pelos Estados Unidos. No Estado de Minas Gerais, área de abrangência da nossa pesquisa, o CRESS-6ª Região, em abril de 2015, registrava um total de 15.912 assistentes sociais ativos.

Essa tendência de ampliação do mercado de trabalho do assistente social a partir dos anos 1990, muitas das vezes nos leva a uma falsa ideia acerca das taxas de desemprego na área. Delgado (2009) afirma que essa ampliação do mercado de trabalho dos assistentes sociais não isenta estes profissionais do desemprego e do subemprego que atinge os trabalhadores assalariados no Brasil. A condição de precarização e desemprego atinge de igual maneira os profissionais assalariados de nível superior inseridos no mercado de trabalho.

Alves (2016), aponta uma tendência de crescimento da escolaridade superior na década de 2000. No entanto, adverte que esse crescimento ampliou a dificuldade de inserção ocupacional dos mais qualificados no mercado de trabalho, levando em conta ainda a desaceleração do crescimento da economia.

Pode-se dizer que a maioria das pessoas formadas no ensino superior na década de 2000 nas universidades, centros universitários ou faculdades privadas constitui-se de jovens da “nova classe trabalhadora”, a maior parte deles do interior do país, que utilizam recursos públicos para acessar o ensino superior (ProUni, Fies ou Pronatec). Esta força de trabalho titulada com diplomas universitários na década de 2000 é constituída por jovens empregados de baixa qualificação, que, mesmo titulada (e endividada) nas faculdades, centros universitários e universidades privadas, ocupará postos subalternos e precários na indústria e nos serviços. Elas constituem o precariado nas cidades brasileiras (ALVES, 2016, p. 22).

Nosso estudo parte do pressuposto que a ampliação do mercado de trabalho do assistente social no Brasil é determinada principalmente pelo processo de municipalização da saúde e da assistência social e pela ampliação da formação acadêmica profissional.

Iniciadas nos anos de 1980 e fortalecidas pelo processo de consolidação democrática, as medidas descentralizadoras em nosso país determinaram a chamada interiorização das políticas sociais. Estas, antes executadas e coordenadas pelos governos estaduais e federal, agora passam a ser responsabilidade dos municípios (TRINDADE et al., 2010). Esse movimento de municipalização das políticas sociais repercutiu na configuração do mercado de trabalho dos assistentes sociais, produzindo a chamada interiorização da profissão, ou seja, a transferência dos postos de trabalho dos assistentes sociais, antes nos âmbitos federal e estadual, para o nível municipal.

Segundo Arretche (1996), as expectativas em torno do movimento de descentralização podiam associá-lo positivamente à superação dos problemas relacionados ao Estado e aos sistemas políticos nacionais. Acreditava-se que a descentralização da prestação de serviços públicos seria mais eficiente e democrática, uma vez que fortaleceria a democracia e promoveria a concretização de ideais progressistas, o que elevaria os níveis de bem-estar da população. Esse discurso fomentou o debate sobre descentralização nos anos 1980 e sustentou programas de reformas do Estado em diferentes países. Conforme Trindade et al. (2010, p. 03):

A descentralização e a municipalização foram colocadas no debate político brasileiro por segmentos mais democráticos com o intuito de fomentar a participação popular e mostrar que a força da cidadania está no município, pois, é no município que as situações, de fato, acontecem e é no município que o cidadão nasce, vive e constrói sua história, e este espaço deve propiciar a fiscalização e o exercício do controle social.

Entretanto, nos anos de 1990, aqueles objetivos democráticos são fragilizados pela lógica neoliberal, que busca desmontar a perspectiva de universalização dos direitos sociais. Para Arretche (1996, p. 06) “é a concretização de princípios democráticos nas instituições

políticas de cada nível de governo que define seu caráter, e não a escala ou âmbito das decisões”. As formas de dominação, as práticas clientelistas, corporativas e patrimoniais se mostram presentes nas instituições de âmbito local, mesmo a descentralização sendo um incentivo a participação política. Somam-se a isso uma maior concentração de recursos nas esferas estadual e federal, que implica numa insuficiência de recursos para os investimentos sociais e econômicos na esfera municipal, bem como a corrupção e a falta de capacidade administrativa de muitos gestores municipais.

Mesmo diante de tantas contradições o processo de descentralização e municipalização no interior propiciou um fortalecimento do poder local nos municípios, além de promover maiores possibilidades para a participação direta da sociedade civil na gestão e no controle das ações políticas. Entretanto, o processo de descentralização das funções administrativas também proporciona cortes nos gastos sociais, cortes esses que tornam as políticas sociais precarizadas e fragmentadas, apresentando muitas vezes procedimentos e resultados imediatistas. Sendo assim tais problemas não atingem somente as políticas sociais, atingem também as condições de trabalho dos assistentes sociais e de outros profissionais, que são parte significativa da prestação de serviços sociais (TRINDADE et al., 2010, p. 04).

Sendo o assistente social um profissional assalariado, que trabalha com políticas sociais, o seu trabalho é comprometido em razão da precarização dessas políticas e das suas relações e condições de trabalho. Segundo Trindade et al. (2010, p. 05), os assistentes sociais “se deparam com a ampliação de seu espaço sócio-ocupacional, mas em serviços públicos prestados à população como serviços pontuais, seletivos e residuais, portanto, precarizados”.

Iamamoto (2014a) afirma que a maioria das instituições empregadoras dos assistentes sociais é de natureza pública municipal. Os cinco mil e quinhentos e setenta municípios brasileiros são os que mais absorvem a mão de obra qualificada dos assistentes sociais, sobretudo através da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). No entanto, nesses municípios, principalmente nos de pequeno porte, com menos de vinte mil habitantes, a precarização é intensa:

Aí os profissionais são sujeitos a maior polivalência no nível das demandas, à precariedade de recursos materiais que afetam as condições básicas de trabalho, assim como a maior ingerência das forças políticas locais no trabalho cotidiano. Alia-se a existência de fronteiras pouco nítidas entre o público e o privado que têm lugar na cultura política brasileira, favorecendo os clientelismos, patrimonialismos e coronelismos contemporâneos (IAMAMOTO, 2014 b, p. 12).

Nessa direção, a expansão do mercado de trabalho do assistente social vem concomitante com uma precarização do/no trabalho profissional. É sabido que a precarização é intrínseca a essência do modo de produção capitalista, mas, atualmente, a mesma vem sofrendo uma intensificação. Conforme Guerra (2010b, p. 01) “a precarização é resultado das profundas transformações societárias e encontra-se relacionada às mudanças no mundo do trabalho, às novas e antigas funções do Estado e das Políticas Sociais, resultado dos ajustes neoliberais”. Assim, a tendência de precarização que atinge as diversas categorias assalariadas atinge também os assistentes sociais.

Essa dinâmica de precarização atinge o trabalho do assistente social, afetado pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, baixos salários, pressão por aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectiva de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de qualificação e capacitação profissional, entre outros (RAICHELIS, 2010, p. 758-759).

O outro fator que vem repercutindo fortemente no mercado de trabalho dos assistentes sociais é a expansão da formação acadêmico-profissional do Serviço Social. Nos anos de 1990, a profissão vivenciou uma ampliação de seus cursos de graduação, majoritariamente privados e inseridos em instituições não-universitárias (LIMA; PEREIRA, 2009). Tal ampliação não se mostra positiva, tendo em vista a precariedade formativa ofertada aos alunos dos cursos de Serviço Social.

O movimento de ampliação dos cursos acompanha as características da expansão do ensino superior, empreendidas pelo Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), intensificada no governo Lula da Silva e presente no governo atual. Segundo Lima e Pereira (2009, p. 36), na conjuntura do governo FHC, operacionalizado pelo projeto neoliberal, ocorreu a reformulação do ensino superior, o que caracterizou a educação superior como uma atividade pública não-estatal, justificando o fortalecimento do setor privado e a privatização interna das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas.

Assim, o novo modelo educacional prioriza o “empresariamento da formação profissional” (PEREIRA, 2008) em detrimento da qualidade do ensino e da formação profissional.

Trata-se do tripé: aligeiramento da formação profissional (bacharelado interdisciplinar, cursos de curta duração, ciclos, exame de proficiência, cursos a distância); aprofundamento da precarização do trabalho docente (relação professor/aluno, ênfase das atividades acadêmicas no ensino de graduação) e

pavimentação do caminho para transformação das universidades federais em “escolões de terceiro grau”, quebrando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e decretando, efetivamente, o fim da autonomia universitária, na medida em que a alocação das verbas públicas está condicionada à adesão ao REUNI (LIMA; PEREIRA, 2009, p. 40).

Nesse cenário, o Estado estimula a oferta do ensino privado, principalmente através do incentivo ao Ensino à Distância (EAD). Essa modalidade não garante uma formação qualificada pois, além de possibilitar a submissão dos profissionais às normas do mercado, ocasiona um processo de despolitização da categoria (IAMAMOTO, 2014b). É sabido que uma formação teórico-metodológica qualificada, sintonizada com valores ético-políticos democráticos, permite uma análise crítica acerca da realidade. Portanto, é essa leitura crítica da realidade que o Estado busca neutralizar, esvaziando o sentido de pertencimento de classe dos trabalhadores, captando e coibindo os núcleos de contestação e resistência, e desmobilizando as formas de luta e reivindicações da classe trabalhadora por melhores condições de vida e de trabalho.

Além disso, essa ampliação da formação profissional traz sérias implicações ao exercício profissional do assistente social.

O aumento do contingente profissional vem acompanhado de crescimento do desemprego em uma conjuntura recessiva, pressionando o piso salarial e a precarização das condições de trabalho, aumentando a insegurança no emprego e a concorrência no mercado profissional de trabalho. Dificilmente a oferta de trabalho poderá acompanhar, no mesmo ritmo, o crescimento do número de profissionais, podendo desdobrar-se na criação de um *exército assistencial de reserva*, como recurso de qualificação do “voluntariado”, e no reforço ao clientelismo político, aos chamamentos à “solidariedade” enquanto estratégia de obscurecimento das clivagens de classe (IAMAMOTO, 2014a, p. 10).

São, portanto, esses processos, comandados pela lógica capitalista, que vêm delineando os contornos do mercado de trabalho profissional dos assistentes sociais. Entendemos que essa conjuntura marcada pela precarização das relações e condições de trabalho e pelo desemprego, coloca os assistentes sociais nas mesmas condições vivenciadas por outras categorias assalariadas brasileiras. Assim, “as condições de trabalho dos assistentes sociais pioraram nas décadas de 1990 e de 2000 e seguiram igual tendência auferida em estudos de outras categorias profissionais, em particular, e na classe trabalhadora como um todo (ALENCAR; GRANEMAMN, 2009, p. 168). O estatuto assalariado impõe aos profissionais limites e entraves quanto à remuneração, estabilidade e autonomia profissional.

Delgado (2009) afirma que o quadro da profissão se agrava principalmente quando analisadas as condições de trabalho dos assistentes sociais que buscam o primeiro emprego;

esses enfrentam dificuldades de inserção e afirmação no mercado de trabalho. Atualmente, os recém-formados encontram grandes dificuldades de encontrar empregos com melhor remuneração. O medo do desemprego faz com que os mesmos aceitem qualquer emprego, submetendo-se, assim, a um intenso processo de desgaste físico e emocional.

[...] verifica-se que o cenário afigura-se bastante sombrio para os assistentes sociais do novo milênio. A formação pós-graduada e a formação continuada, muito antes de significar uma sólida formação intelectual e profissional, vem tendo mais significado como um anteparo para o abismo do desemprego (DELGADO, 2009, p. 32).

Nesse cenário, os jovens profissionais inseridos no mercado de trabalho se desdobram em empregos instáveis e precários, ganhando pouco, sendo obrigados a acumular dois ou mais empregos para complementar a renda, e vivendo em constante estado de ansiedade e de insegurança. Sem contar os que para obter a exigida experiência profissional se submetem a modalidade de trabalho voluntário. Conforme nos diz Guerra (2010a, p. 717)

Todas as análises, quer seja do ponto de vista da sua justificação, quer seja da sua crítica, demonstram que tem se mantido no mundo do trabalho aquele trabalhador que se adapta aos processos de precarização e às constantes perdas de qualidade do/no trabalho. Não aquele trabalhador que oferece resistência à precarização e perda de direitos, mas o que apesar delas ainda se mantém. Tem se assegurado o trabalhador que se adapta a constantes mudanças no conteúdo do trabalho e aquele profissional que se converte em empresário de si.

### 3.4 O PERFIL PROFISSIONAL E AS RELAÇÕES E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL

No intuito de desvelar a atual condição de trabalho dos assistentes sociais no Brasil, importantes estudos de âmbito regional ou nacional vêm sendo desenvolvidos nos últimos anos. Nesse item, busca-se apresentar sucintamente dados de algumas produções que no seu conjunto nos permite apontar traços das principais configurações do mercado e das condições de trabalho dos assistentes sociais no Brasil, a saber: a pesquisa nacional “Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional”<sup>41</sup>, publicada pelo CFESS em 2005; a

---

<sup>41</sup> A investigação publicada pelo CFESS em 2005, teve como universo de pesquisa uma totalidade de 61.151 assistentes sociais inscritos nos conselhos regionais.

pesquisa “Tendências do Mercado de Trabalho do Serviço Social: descobertas e inquietações a partir dos dez anos de pesquisa sobre a realidade de Alagoas” (2010a)<sup>42</sup>, desenvolvida por Rosa Lúcia Prêdes Trindade; a dissertação de mestrado “No Limiar da Incerteza: Relações e condições de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo” (2008)<sup>43</sup>, de Adriana Estela Custódio Carletto, desenvolvida na Universidade Federal do Espírito Santo; a pesquisa “Condições de trabalho dos assistentes sociais no cenário mato-grossense” (2010), realizada por Izabel Cristina Lira e Luciana Trugillo Peloso<sup>44</sup>; a pesquisa “O mercado de trabalho dos assistentes sociais em Minas Gerais e no Rio de Janeiro”<sup>45</sup> (2009), desenvolvida por Leila Baumgratz Delgado; a dissertação de mestrado “O perfil do mercado de trabalho do assistente social no Estado do Rio de Janeiro” (2009)<sup>46</sup> de Aline Possa Silva, desenvolvida na Universidade Federal do Rio de Janeiro; e a pesquisa “Expansão e precarização: o mercado de trabalho dos assistentes sociais em Santa Catarina” (2012)<sup>47</sup> realizada por Maria Teresa dos Santos e Vania Maria Manfroí.

Selecionamos, portanto, os principais indicativos encontrados nas pesquisas afetas ao mercado e as condições de trabalho do assistente social: perfil profissional, maior empregador, área de atuação, vínculo empregatício, jornada de trabalho e salário, conforme relacionado no quadro a seguir:

---

<sup>42</sup>A pesquisa apresenta uma sistematização dos estudos realizados pelo Grupo de Pesquisa Sobre Mercado de Trabalho do Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus Maceió, desde agosto de 2000, em parceria com o CRESS 16ª Região. Para a realização dessa, foram visitadas em 1998 - 2000 131 instituições com assistentes sociais, 2001-2003 154 instituições e 2003-2004 fiscalizou-se 444 instituições.

<sup>43</sup> A dissertação de mestrado de Carletto (2008) tratou de desvelar a realidade de 202 assistentes sociais capixabas.

<sup>44</sup> Essa pesquisa trata das condições de trabalho dos assistentes sociais, a partir dos resultados da pesquisa “Mercado de trabalho dos assistentes sociais em Mato Grosso e os desafios à formação profissional”, desenvolvida por docentes e discentes do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso em parceria com o CRESS/MT 20ª Região.

<sup>45</sup>A pesquisa coordenada por Delgado (2009) teve como objetivo traçar o perfil do mercado e das condições de trabalho para os jovens assistentes sociais graduados na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF – Niterói), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Centro Universitário do Sul de Minas (CUSM), a partir do primeiro governo Lula da Silva (2003/2006).

<sup>46</sup>A dissertação de mestrado de Silva (2009) buscou investigar 93 editais de concursos em âmbito municipal no Estado do Rio de Janeiro, nos anos de 2002 a 2008.

<sup>47</sup> Santos e Manfroí (2012) pautadas nas mudanças ocorridas no mundo do trabalho, fazem uma reflexão sobre os efeitos dessas mudanças nas condições de trabalho dos assistentes sociais — especialmente os catarinenses. A pesquisa conta com o universo de 170 assistentes sociais das diferentes regiões do estado.

Quadro I – Indicativos referentes à condição profissional do assistente social

<b>Pesquisas</b>	<b>Perfil</b>	<b>Empregador</b>	<b>Área</b>	<b>Vínculo</b>	<b>Jornada</b>	<b>Salário</b>
Brasil	x	x		x	x	x
Alagoas		x	x	x	x	x
Espirito Santo	x	x	x	x	x	x
Mato Grosso		x		x	x	x
Rio de Janeiro e Minas Gerais	x	x	x	x	x	x
Rio de Janeiro			x	x	x	x
Santa Catarina		x		x		

Fonte: Pesquisas que tratam do mercado e das condições de trabalho dos assistentes sociais. Agosto/2016. Elaboração própria.

No que se relaciona ao perfil profissional dos assistentes sociais, a pesquisa nacional “Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional” (CFESS/2005) ao traçar um perfil geral da profissão de Serviço Social, indica que a mesma conta predominantemente com profissionais do sexo feminino, sendo apenas 3% homens. A referida pesquisa aponta que a maioria dos assistentes sociais se autodeclararam brancos (72,1 %), religiosos (76%), heterossexuais (95 %), casados (53%) e a maioria sem filhos. Prevalece a faixa etária entre 35 a 44 anos (38%), seguida das faixas de 25 a 34 anos (30%) e 45 a 59 anos (25%). Quanto à qualificação dos profissionais, a pesquisa revela que a maioria possuía apenas graduação (55,3%), seguida de 35,2 % com especialização, 6,4% mestrado, 1,2 % doutorado e 0,6 % com pós-doutorado. Desse universo de pesquisa, 68% dos assistentes sociais não participavam de nenhuma atividade política.

A pesquisa realizada por Carletto (2008) ao traçar o perfil profissional dos assistentes sociais capixabas indicou que 96 % dos profissionais entrevistados eram mulheres na faixa etária predominante de 20 a 35 anos, (44 %), seguida do expressivo percentual entre 42 e 50 anos (25,7%) e acima de 51 anos (14,8%). A maioria dos entrevistados eram casados (43,0%), sem filhos (45,5%) e com curso de especialização (65,3%).

A pesquisa de Delgado (2009) também confirma a maioria feminina na profissão de Serviço Social, 94% em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. A faixa etária predominante dos assistentes sociais entrevistados foi entre 24 e 27 anos (57,4%), sendo 71,9% solteiros e 51,2% com alguma pós graduação.

Esses dados ratificam a predominância feminina no âmbito da profissão de Serviço Social; desde o seu nascedouro observa-se esta característica. A profissão se constituiu com as seguintes especificidades:

[...] um núcleo feminino, originado majoritariamente do sistema de ensino mantido pela igreja e das *modernas obras sociais*; constituir-se a partir de *moças e senhoras da sociedade*, isto é, pertencentes aos setores abastados da sociedade” (CARVALHO, in IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 216).

Tais especificidades relacionadas ao assistencialismo e a caridade, influenciaram fortemente a profissão, imprimindo uma menor presença masculina e posturas extremamente conservadoras no exercício profissional.

Considerando o Serviço Social como uma profissão predominantemente feminina, o mundo do trabalho que também se configura pela divisão social e sexual do trabalho sempre tendeu a hierarquizar as relações entre homens e mulheres e estabelecer assimetrias entre esses segmentos, elaborando inúmeros argumentos para justificar os baixos rendimentos da mulher trabalhadora, sobretudo no sentido de disseminar uma ideia distorcida e preconceituosa de que o salário feminino é um complemento ao rendimento do marido, e por isso, pode ser menor, o que reforça as desigualdades de gênero que conformam o mundo do trabalho em uma sociabilidade assentada em padrões discriminatórios e rigidamente assimétricos (GUIRALDELLI et al., 2013. p. 08).

Vários estudos voltados à realidade profissional das mulheres apontam uma desigualdade em relação aos homens. O trabalho feminino se mostra mais submisso, desvalorizado e explorado quando relacionado ao masculino. Nota-se que a mulher ainda mantém uma posição de ocupação menos prestigiada e uma remuneração inferior à masculina, mesmo quando as ocupações são as mesmas. Além de salários menores e ocupações menos qualificadas em relação aos homens, a mulher é também submetida a uma jornada extensa de trabalho, que inclui o trabalho doméstico, os cuidados com a família e o seu trabalho remunerado. Assim, a caracterização do trabalho feminino no Serviço Social repercute na sua condição profissional no mercado de trabalho.

O Serviço Social é uma profissão majoritariamente composta por mulheres que sofrem, por isso, não só a exploração que atinge a classe trabalhadora,

mas também a intensificação dessa exploração, dada pela predominância do trabalho feminino e suas conhecidas condições desiguais e desfavoráveis no que concerne aos direitos trabalhistas (NOGUEIRA, 2008, p. 08).

Sobre as relações de trabalho dos assistentes sociais, a pesquisa do CFESS (2005) aponta que 78,1 % dos profissionais atuam em instituições públicas de natureza estatal, sendo 40,9 % atuantes no âmbito municipal, 24 % no estadual e 13,1 % no federal.

Em Alagoas, a pesquisa de Trindade (2010a) também identifica o setor público estatal como o maior empregador da profissão, em 2003-2004 este absorveu um percentual de 82,4% assistentes sociais e em 2005-2006, 78,5%. O setor privado concentrou em 2003-2004 7,6 % e em 2005-2006 9,6%, o Terceiro Setor em 2003-2004 6,8 % e 2005-2006 11% e as instituições de economia mista em 2003-2004 0,7 % e 2005-2006 0,8.

No Espírito Santo, Carletto (2008) indica que a contratação no setor público municipal absorve 34,6%, no setor público estadual 22,7% e no setor público federal 8,9%. O setor privado contrata 8,9% e o Terceiro Setor 10,4%.

Em Mato Grosso, Lira e Peloso (2010) apontam as instituições de direito público como maiores empregadoras de profissionais de Serviço Social, estas empregam 85,5%, enquanto as instituições de natureza privada 10,4% apenas.

Em Minas Gerais e Rio de Janeiro, Delgado (2009) afirma que o Estado brasileiro absorve 69 % dos entrevistados empregados, sendo que 63% pertencem ao âmbito municipal e 23,5 % ao Estadual. O Terceiro Setor emprega 16% e a iniciativa privada 15%.

A pesquisa de Santos e Manfroí (2012) revela que dos 170 assistentes sociais entrevistados nas diferentes regiões do estado, 61 % são funcionários públicos e 39 % trabalham em instituições privadas.

Essas investigações apontam o Estado como o maior empregador da profissão de Serviço Social. Isso confirma a assertiva do assistente social como majoritariamente um funcionário público, atuando, principalmente, na esfera municipal, e nas esferas estadual e federal.

Assim, o assistente social no Brasil é majoritariamente um funcionário público que atua predominantemente na formulação, planejamento e execução de políticas sociais com destaque às políticas de saúde, assistência social, educação, habitação, entre outras (IAMAMOTO, 2009b, p. 345).

Em relação às áreas de atuação dos assistentes sociais, a pesquisa de Alagoas revelou que em 2001-2003 a área que mais concentrou assistentes sociais foi a Saúde (53,7%), seguida da Assistência Social (24,5%) e da Educação (4,7%). No entanto, a pesquisa de 2007-2009,

identificou uma inversão, a Assistência Social assume a liderança nas contratações com 50,5%, ultrapassando, assim, a saúde (42,2%).

No Espírito Santo, a pesquisa de Carletto (2008) afirma que o campo da Saúde absorveu 35,6 % dos profissionais de Serviço Social, seguido do campo da família 26,7% e da Assistência Social 19,8%.

Em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, a pesquisa de Delgado (2009) constata uma maior inserção profissional na área da assistência social, esta concentra 52 %, a saúde 16%, a área do trabalho 11% e a sócio-jurídica 8%.

No Rio de Janeiro, Silva (2009) identificou que a área de atuação mais demandada nos editais de concursos públicos é a da assistência social (56,3%), seguida da Saúde com 24,4 %, da educação com 7,27% e da previdência social com 3,6%.

Conforme visto, a assistência social passa a demandar um grande número de profissionais de Serviço Social. Silva (2009) justifica o avanço dessa área pela pauta do Governo Lula, que criou e reformulou os ministérios afetos a política de Assistência Social, assumindo programas de transferências de renda, como o bolsa família.

Outra questão a ser considerada quanto à área de atuação é a tendência à municipalização das políticas sociais, o conjunto de leis e a implementação das ações, pois como política de Seguridade Social, a área da Assistência ganha visibilidade, especialmente, no Governo Lula, sobretudo, com o amparo legal criado em sua administração e a unificação dos programas de transferência de renda. Isso se torna favorável à profissão, uma vez que gera expansão do mercado empregador para o Serviço Social e as demandas voltadas para a área da Assistência, que geralmente, são executadas em âmbito municipal (SILVA, 2009, p. 169).

Quanto ao vínculo empregatício dos assistentes sociais, a pesquisa nacional (2005) constatou que o principal vínculo é o estatutário (55,6 %) — resultante da prevalência da natureza pública do trabalho profissional —, seguido dos contratos regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) (27,2 %), dos contratos temporários (9,4 %) e dos serviços prestados (5,8 %). A pesquisa também indica que 77,1 % dos assistentes sociais possuem apenas um vínculo empregatício, 10,3 % possuem dois vínculos, 0,7 % possuem três ou mais e 11,7 % não possuem nenhum.

Em Alagoas, Trindade (2010a) aponta uma variedade de vínculos empregatícios, sendo o de maior prevalência o efetivo com a incidência de 33,7 % em 2003/2004 e 56,7% em 2005/2006; seguido do celetista 20,2 % em 2003/2004 e 18,8 % em 2005/2006 e do prestador de serviços 16,5% em 2003/2004 e 5,5 % em 2005/2006.

No Espírito Santo, a pesquisa realizada por Carletto (2008) afirma que 33,6 % dos assistentes sociais são estatutários e 20,3 % tem vínculos celetistas. O índice de vínculos precários, 34,5 %, é muito significativo tendo em vista que 23,2 % possuem contratos temporários, 4,4 % cargos comissionados, 3,9 % prestação de serviços e 2,9 % são voluntários.

Em Mato Grosso, a pesquisa de Lira e Peloso (2010) revela que o tipo de vínculo empregatício do assistente social, conforme a sua Instituição Empregadora Principal (IEP), em maior incidência é o estatutário (54%); seguido do contrato pela CLT por tempo indeterminado (9%) e CLT por tempo determinado (16 %); outra modalidade aparece com 10 %; terceirizados com 5%, sendo que 6 % não informaram o vínculo.

Em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, a pesquisa de Delgado (2009) apontou que daqueles jovens assistentes sociais inseridos no mercado de trabalho o vínculo empregatício mais expressivo era o regime da CLT por prazo indeterminado (29,8 %), seguido da contratação mediante concurso público (23,4 %), da contratação sem vínculo empregatício (23%), dos contratos temporários celetistas (17%) e da prestação de serviços como autônomo (9,5 %).

No Rio de Janeiro, Silva (2009) identifica que o vínculo empregatício predominante nos editais de concursos públicos municipais é o estatutário (84,9%); os demais vínculos (12,8%) — CLT e contratação temporária — também permanecem como vínculos em concursos públicos municipais.

Em Santa Catarina, Santos e Manfroí (2012) indicam um percentual de 44% de assistentes sociais com estabilidade; outros 27 % dos profissionais contratados com carteira assinada e 16 % com vínculos precários (terceirizados, autônomos, prestadores de serviço e temporários).

Percebe-se, assim, que a maioria dos assistentes sociais ainda possuem estabilidade no trabalho, tendo em vista a predominância do vínculo empregatício estatutário. Cabe destacar que esse fato não significa a ausência da precarização das relações de trabalho dos funcionários públicos, haja vista os baixos salários, a ausência de planos de carreiras, a falta de perspectiva de ascensão profissional e a sobrecarga de trabalho. Os demais trabalhadores (celetistas, terceirizados, autônomos etc) também vivem situação de intensa precarização e insegurança profissional. A condição assalariada, na maioria das vezes, não assegura estabilidade e autonomia relativa na realização do trabalho profissional.

No que tange à jornada de trabalho, a pesquisa nacional (2005) revelou a predominância da jornada de 40 horas (50,7%), seguida da jornada de 30 horas (28,6%).

A pesquisa de Alagoas aponta que a carga horária de trabalho respectivamente para os períodos de 2003/2004 e 2005/2006 foram: (45% e 30,5 %) 40 h; (26,6 % e 11,7 %) 20 h; (21,66

% e 51,8 %) 30 h, (4,1 % e 1,2 %) mais de 40 h; (0,8 % e 2,5 %) menos de 20 h; e (0,8 % e 0,5 %) 24 h.

A carga horária cumprida pelos assistentes sociais capixabas foi assim distribuída: 50,9 % dos entrevistados trabalham 40 horas semanais; 21,7 % trabalham 30 horas semanais e 11,3 % trabalham mais de 40 horas. Apenas 4,4 % dos profissionais trabalham 20 horas semanais e 1,5 % tem carga horária inferior a 20 horas.

Em Mato Grosso, predominou a jornada de trabalho de 40 horas (57,5 %), seguida da jornada de 30 horas (29 %).

Em Minas gerais e no Rio de Janeiro, 47 % dos entrevistados responderam cumprir 40/44 horas semanais, e mais da metade, 53%, cumpriam jornadas iguais ou menores que 30 horas semanais (25, 24, 20 ou 12 h).

No Rio de Janeiro, a jornada de trabalho semanal que prevaleceu nos editais de concursos públicos foi a de 20 horas (43 %), seguida da de 30 horas (20 %) e da de 40 horas (23 %).

A maioria dos estudos indicou a prevalência de jornadas de trabalho de 40 horas semanais; no entanto, o número de jornadas iguais ou inferiores a 20 horas semanais também é muito expressivo. Jornadas reduzidas de trabalho acarretam muitas das vezes duplo emprego e baixa remuneração, o que ocasiona uma sobrecarga de trabalho e adoecimento, pois produz grande desgaste físico e mental e não permite uma atuação qualificada. Essa condição gera muita ansiedade e instabilidade profissional.

Assim, pode-se levantar a hipótese de que a combinação de cargas horárias parciais, de duplo vínculo e de ausência de planejamento pode estar reforçando uma tendência de burocratização da atuação do assistente social, que sem uma permanência prolongada junto aos usuários, consegue, no máximo, realizar atividades de enfrentamento dos problemas imediatos, sem possibilidade de práticas mais contínuas (TRINDADE, 2010a, p. 16).

A pesquisa de Trindade (2010) ressalta a situação de adoecimento dos profissionais. A autora aponta a dificuldade de preservação da saúde nesse contexto de intensa precarização do mercado e das condições de trabalho dos assistentes sociais.

[...] alguns afirmam que trabalham com algum desconforto físico e ambiental, tais como: dores musculares, poeira suspensa no ar, mau-cheiro, má iluminação e má ventilação, temperatura alta, etc. Nesse sentido, a fragilidade na saúde dos profissionais de Serviço Social nos parece muito plausível em um ambiente de trabalho com tanto desconforto como apresentamos acima. Tudo indica que o nível da precarização é realmente muito acentuado, em que

há um desgaste físico e emocional decorrente do trabalho (TRINDADE, 2010, p. 13 -14).

Referente a faixa salarial da categoria dos assistentes sociais, a pesquisa nacional aponta que a maior parte dos assistentes sociais, à época, recebia entre 04 a 06 salários mínimos; seguida, em ordem de incidência, por 07 a 09 salários mínimos, mais de 09 e até 03 salários mínimos.

Em Alagoas, o nível salarial mais expressivo apresentado foi o de 03 a 06 salários mínimos - 51,9 % em 2003/2004 e 57,2 % em 2005/2006; seguido dos que recebiam até três salários mínimos - 27,9 % (2003/2004) e 23,8 % (2005/2006); de 06 a 09 salários mínimos - 13,17 % (2003/2004) e 13,26 % (2005/2006); e mais de 09 salários mínimos - 4,6 % (2003/2004) e 4,2 % (2005/2006).

No Espírito Santo, 38,1 % dos entrevistados afirmaram possuir renda em torno de 03 a 06 salários mínimos, 23,7 % indicaram renda variando entre 06 a 09 salários mínimos, 14,8 % renda inferior a 03 salários mínimos e 13,3 % renda superior a 09 salários mínimos.

Em Mato Grosso, a renda dos assistentes sociais em seu principal vínculo empregatício foi entre 03 a 05 salários mínimos (39 %), seguido de 05 a 08 salários mínimos (24 %), de até 03 salários mínimos (16 %), de 08 a 10 salários mínimos (10 %), de 10 a 12 salários mínimos (4 %) e de mais de 12 salários mínimos (2 %).

Em Minas Gerais e no Rio de Janeiro a faixa salarial mais incidente — 47 % dos entrevistados — era entre três e cinco salários mínimos, 35 % recebiam entre um e três salários mínimos, 11 % entre mais de cinco e sete salários mínimos e para 4 % a remuneração era superior a nove salários mínimos.

No Rio de Janeiro o nível salarial mostrou-se muito baixo, sendo a maioria de 1 a 3 salários mínimos (83,8 %), seguida de 3.1 a 5 salários mínimos (10,7 %) e de 5.1 a 7 salários mínimos (1 %).

Os resultados das pesquisas confirmam a precarização da remuneração, principalmente nas esferas de abrangência municipal. A relação apresentada é que quanto mais precário o vínculo, mais baixo é o salário. Conforme ratifica Santos e Manfroí (2012, p. 250)

[...] embora o campo de trabalho dos assistentes sociais esteja em expansão, são gritantes os baixos salários, especialmente nas prefeituras municipais. Além disto, há uma crescente tendência de precarização das relações de trabalho, realidade que se vincula ao ideário neoliberal que preconiza a flexibilização das relações de trabalho, os cortes dos gastos públicos, a focalização das políticas sociais, a mercantilização dos serviços rentáveis ao capital, como a saúde e a educação.

Desse modo, os resultados das pesquisas regionais são coerentes com os da pesquisa nacional. Eles apontam formas precárias de inserção nos espaços sócio-ocupacionais, espaços físicos insuficientes, insegurança, falta de reconhecimento e de autonomia profissional, baixos salários, intensificação da jornada semanal de trabalho decorrente dos múltiplos vínculos, ampliação das demandas para os assistentes sociais e das exigências de polivalência de suas atribuições, entre outras.

Vale assinalar que a precarização do trabalho ainda é mais intensa nas instituições do Terceiro Setor, conforme indicou o nosso trabalho de conclusão de curso intitulado “Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais: A realidade dos profissionais inseridos nas Organizações Assistenciais do Terceiro Setor em Juiz de Fora/MG”<sup>48</sup>. Este trabalho tratou de conhecer em que medida a inserção dos assistentes sociais nos espaços do Terceiro Setor é marcada pelo binômio expansão/precarização. E seus resultados foram ao encontro das tendências de flexibilização dos vínculos empregatícios e da jornada de trabalho, de falta de autonomia, de desvalorização profissional, de falta de incentivo a capacitação, de baixa remuneração e de falta de condições adequadas de trabalho.

Em suma,

“[...] podemos afirmar que assistentes sociais vivenciam em todos os espaços sócio-ocupacionais as tendências de precarização e exploração do trabalho. Com isto não temos dúvidas em afirmar que as tendências mais gerais do mercado- flexibilização/desregulamentação/desterritorialização -, que tanto produzem instabilidade e insegurança, comparecem nas condições de trabalho de assistentes sociais com um agravante, pois eles lidam com indivíduos diretamente inseridos em situações de violação de direitos, de violência e de desigualdade social em toda a sua intensidade” (SANTOS, 2010, p. 703-704).

No próximo item apresentaremos os resultados da nossa investigação a partir dos editais de concursos públicos e processos seletivos simplificados com previsão de vagas para assistente social, catalogados pelo CRESS 6ª Região, no período de 2007 a 2014. Nosso objetivo é o de apontar traços do perfil do mercado de trabalho do assistente social na esfera estatal, em Minas Gerais.

---

<sup>48</sup> Nesse trabalho, foram realizadas 07 entrevistas com profissionais inseridos em instituições inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) do município de Juiz de Fora no ano de 2013, e que possuíam assento fixo como conselheiros.

### 3. 5 TRAÇOS DO PERFIL DO MERCADO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM MINAS GERAIS: ANÁLISE DE EDITAIS DE CONCURSOS PÚBLICOS E PROCESSOS SELETIVOS SIMPLIFICADOS

A metodologia adotada nessa pesquisa baseia-se em levantamento bibliográfico e documental sobre a temática Mercado de Trabalho e estudo do referido material, seguida de realização de pesquisa com foco nos editais de concursos e seleções públicas com previsão de vagas para assistente social, catalogados pelo Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais – CRESS 6ª Região – especificamente nas áreas da Sede, situada em Belo Horizonte, e da Seccional Montes Claros, entre os anos de 2007 a 2014. Como já citado anteriormente, delimitamos este período por entender que é possível observar os efeitos da implantação do SUAS que resultou no processo de interiorização do trabalho do assistente social.

Dados disponibilizados pelo CRESS 6ª Região apontam que a área de abrangência da Sede, situada em Belo Horizonte, agrega 419 municípios mineiros compreendidos nas mesorregiões: Metropolitana de Belo Horizonte, Vale do Rio Doce, Central Mineira, Campo das Vertentes, Sul e Sudoeste e Oeste de Minas. E a Seccional Montes Claros, inaugurada em 08 de abril de 2011, abrange 145 municípios pertencentes às mesorregiões do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha.

O CRESS 6ª Região vincula-se ao Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, e engloba a Sede e as Seccionais de Juiz de Fora, Uberlândia e Montes Claros. Conforme a descrição em seu sítio eletrônico é uma autarquia federal que possui autonomia administrativa e financeira, que fiscaliza, orienta, disciplina e defende o exercício profissional do assistente social em Minas Gerais.

Uma das atividades do CRESS consiste em acompanhar os processos de realização de concursos e seleções públicas na área do Serviço Social. Assim, através de sua Comissão Permanente de Orientação e Fiscalização Profissional (COFI), fiscaliza os editais de concursos verificando as atribuições do cargo, a bibliografia, os requisitos, bem como solicita o nome e número de registro no CRESS dos profissionais responsáveis pela elaboração da prova específica de Serviço Social. Caso haja irregularidades ou equívocos no que tange ao exercício profissional do assistente social, o Conselho solicita a adequação e a retificação dos editais.

No que concerne a construção da nossa pesquisa, inicialmente realizamos uma revisão bibliográfica de referenciais teóricos que tratam do mercado e das condições de trabalho dos assistentes sociais, seguida do estudo de tal material. Após essa etapa, iniciamos a nossa

pesquisa empírica. Para tanto, solicitamos à Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) da Seccional de Juiz de Fora/MG os editais de concursos e seleções públicas com previsão de vagas para assistentes sociais, arquivados no banco de dados do CRESS 6ª Região. Como o pedido abrangia os dados de todo o estado de Minas Gerais, o mesmo foi encaminhado para a Sede em Belo Horizonte, uma vez que cada Seccional arquiva apenas editais de sua área de abrangência. A Coordenadora Técnica da Sede do CRESS 6ª Região gentilmente deferiu nosso pedido e encaminhou os editais concernentes à área de abrangência da Sede. Entretanto, encontramos inúmeras dificuldades no que tange a consolidação desses dados por parte das outras Seccionais, exceto a Seccional de Montes Claros que prontamente atendeu nosso pedido. A Seccional de Uberlândia justificou não ter condições de fornecer os dados solicitados e a Seccional de Juiz de Fora dispunha apenas de cópia dos ofícios enviados às empresas e Prefeituras que realizam concursos solicitando o nome e número de registro no CRESS dos profissionais responsáveis pela elaboração da prova específica de Serviço Social, disponibilizando apenas os editais referentes ao ano de 2014.

Tendo em vista tais dificuldades, delimitamos nosso estudo à área de abrangência da Sede em Belo Horizonte e da Seccional Montes Claros — mesmo porque estas apresentaram dados mais que suficientes. Assim, dedicamo-nos a examinar criticamente os editais de concursos e processos seletivos simplificados no sentido de conhecer e analisar alguns elementos indicativos da realidade do mercado de trabalho dos assistentes sociais na região delimitada pela pesquisa. Para tanto utilizamos as seguintes variáveis: cargo, área de atuação, número de vagas, requisitos de contratação, regime de contratação, jornada de trabalho, vencimento e atribuições do cargo.

A partir da verificação do material disponibilizado pela Sede e pela Seccional de Montes Claros constatamos a existência de 647 editais de concursos públicos e seleções públicas no período referenciado pela pesquisa. Entretanto, após a análise atenta do material disponibilizado pelo referido Conselho, 96 arquivos não foram analisados pelas razões a seguir elencadas. Alguns editais se referiam ao ano de 2006, outros eram apenas anexos ou retificações de editais anteriores e em outros o arquivo não abriu, e em busca na internet não foram localizados. Nesses 96 arquivos que foram desprezados, identificamos 04 editais afetos ao cargo de auxiliar de assistente social, exigindo apenas ensino médio. Verificamos também 01 edital na modalidade de pregão, ofertando atuação no programa bolsa família.

Desse modo, analisou-se um total de 551 editais com vagas para assistente social, sendo 412 editais de concursos públicos (74,7 %) e 139 editais de processos seletivos simplificados (25,2 %), conforme ilustra a tabela abaixo:

Tabela 1: Quantitativo de editais de concursos e processos seletivos analisados por ano

<b>Ano</b>	<b>Concursos Públicos</b>	<b>Processos Seletivos</b>
2007	63	04
2008	11	02
2009	55	14
2010	62	38
2011	78	23
2012	75	17
2013	38	22
2014	30	19
Total	412	139

Fonte: Dados consolidados a partir dos editais de concursos públicos e processos seletivos simplificados. Maio/2016. Elaboração própria.

Observa-se um maior número de concursos públicos em relação aos processos seletivos simplificados, no período abrangido pela pesquisa. Segundo analistas, após o segundo Governo Lula da Silva (2003/2011) o quantitativo de concursos públicos começou a se sobrepôr ao de processos seletivos simplificados, sendo essa tendência bem recente.

Para entender essa substancial diferença, torna-se necessário aqui definirmos o que vem a ser concurso público e processo seletivo simplificado. O concurso público tem como objetivo preencher a vaga disponibilizada por um servidor efetivo, confere, portanto, ao candidato aprovado após 03 anos de estágio probatório a estabilidade (ECADERNO, 2012). Já o processo seletivo visa atender necessidade temporária e excepcional da Administração pública direta ou indireta, o que implica a contratação temporária do candidato aprovado (ECADERNO, 2012). Essa contratação pode variar de acordo com os interesses dos contratantes, sendo o prazo determinado ou indeterminado, porém não garante nenhuma estabilidade ao profissional contratado.

A Constituição Federal de 1988 dispõe sobre a investidura nos cargos, empregos e funções públicas. Assim, é a Constituição que regula a existência de concurso público na administração pública direta<sup>49</sup> e na administração pública indireta<sup>50</sup>. Entretanto, quando não há necessidade de criar vagas efetivas recorre-se ao processo seletivo simplificado.

Desses 551 editais de concursos públicos e processos seletivos simplificados com previsão de vagas para o assistente social, constatamos que todos vinculam-se à esfera das organizações públicas, assim, pertencem a administração pública direta ou indireta. Isso confirma a assertiva de que o Estado continua sendo o maior empregador da profissão. Conforme já dito, a Seguridade Social, reconhecida como sistema de proteção social, contida na Constituição Federal de 1988, ampliou a demanda de contratação dos assistentes sociais. Boschetti (2011) afirma que a implementação do SUS e do SUAS foram decisivos para esse processo.

As condições de implementação desses dois sistemas públicos, bem como da política de Previdência Social, são responsáveis, contudo, por uma forma de expansão do mercado de trabalho que, não necessariamente, assegura as relações e condições de trabalho defendidas pelo Serviço Social brasileiro nos últimos trinta anos com base no Projeto Ético Político Profissional. Não é coincidência que este crescimento de profissionais ocorre em contexto de mais uma crise estrutural do capital, quando a expansão de empregos no setor de serviços, e, sobretudo, para os profissionais ligados a programas sociais, constitui uma estratégia de minimização dos efeitos da crise, segundo estudo do Escritório de Estatísticas do Trabalho do Governo Americano (BOSCHETTI, 2011, p. 03).

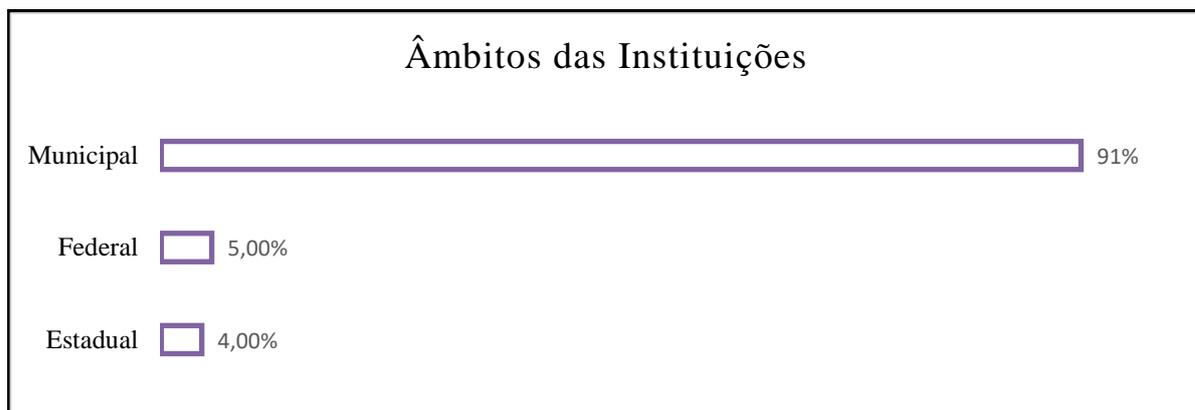
A análise dos editais também nos permite afirmar a predominância da organização pública de âmbito municipal na oferta de vagas para os assistentes sociais no período abrangido pela pesquisa, como mostra o gráfico abaixo:

---

<sup>49</sup> Simões (2010, p. 51) explica que “a administração pública direta se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos ministérios; dos governos estaduais e suas secretárias; e das prefeituras e suas secretárias. Também, no Poder Judiciário, das atividades dos servidores técnico-administrativos de seus tribunais e varas; e, no legislativo, das atividades de suporte administrativo das câmaras, das assembleias legislativas e do Congresso Nacional”.

<sup>50</sup> Segundo Simões (2010, p. 51), “a administração pública indireta constitui-se de órgãos e serviços descentralizados, atribuídos a pessoas jurídicas públicas (autarquias) ou constituídas pelo Estado, como as pessoas jurídicas privadas (empresas públicas e sociedades de economia mista), vinculadas a determinado órgão da administração direta federal, estadual ou municipal, mas administrativa e financeiramente autônomas, gozando de personalidade jurídica própria”.

Gráfico I: Âmbito das Instituições públicas empregadoras



Fonte: Dados consolidados a partir dos editais de concursos públicos e processos seletivos simplificados. Maio/2016. Elaboração própria.

No que se refere especificamente aos editais de concurso público, 368 (89,3 %) destes situam-se na esfera municipal; 17 na esfera estadual (4,1 %) e 27 na esfera federal (6,5 %). E nos editais de processos seletivos, encontramos a seguinte concentração: 133 na esfera municipal (95,6 %), 05 na esfera estadual (3,5 %) e apenas 01 na esfera federal (0,7 %). Observa-se, assim, que em Minas Gerais a esfera municipal também vem demandando um maior número de assistentes sociais, configurando um movimento que chamamos de “interiorização da profissão”. Conforme nos afirma Trindade (2012, p. 03)

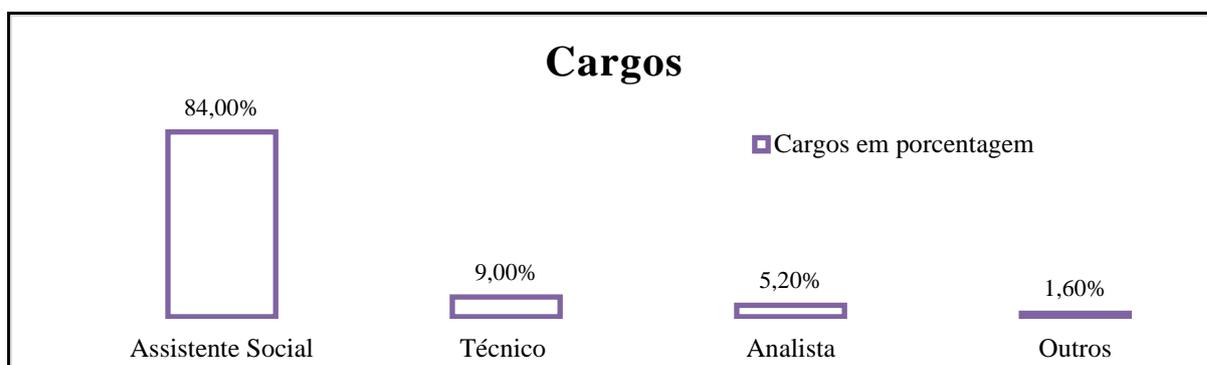
O trabalho do assistente social na realidade brasileira atual tem cada vez mais se desenvolvido em instituições públicas municipais, como parte da ampliação na oferta de serviços sociais pelos governos municipais, tanto na capital quanto nas cidades do interior, especialmente os serviços de Assistência Social e Saúde.

Essa maior requisição de profissionais na esfera municipal se explica pelo processo de descentralização das políticas sociais, processo este já mencionado no item 3.1. Aqui, o que cabe ressaltar é que a descentralização das políticas sociais, ao mesmo tempo que faz expandir o mercado de trabalho dos assistentes sociais via contratação por instituições municipais, também precariza este mercado, pois os municípios não têm recursos suficientes para o pagamento de salários satisfatórios; tais recursos se mostram muito inferiores quando relacionados aos da esfera dos estados membros e da União.

Quanto à nomenclatura dos cargos presentes nos editais de concursos públicos e processos seletivos simplificados com previsão de vagas para assistente social, observou-se

uma diversificação, dentre eles: assistente social, técnico de nível superior, analista, gestor e outros. Como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico II: Nomenclatura do cargo

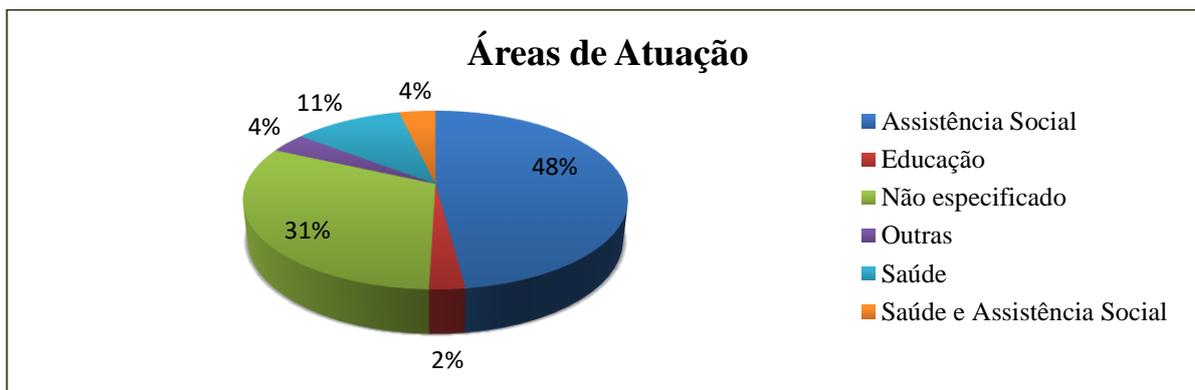


Fonte: Dados consolidados a partir dos editais de concursos públicos e processos seletivos simplificados. Maio/2016. Elaboração própria.

É notório que a maioria das instituições empregadoras contrata assistentes sociais com a nomenclatura do cargo e função de assistente social. No entanto, já aparece a tendência de contratação com a nomenclatura genérica tal como técnico de nível superior, analista, gestor, coordenador e outros. Essas nomenclaturas não acarretam mudanças nas funções e nas competências exercidas pelo profissional de Serviço Social, mas sim problemas relacionados à dinâmica e ao reconhecimento do profissional.

Com relação às áreas de atuação dos aprovados nos concursos e nas seleções públicas, a leitura atenta dos editais de concursos públicos e seleções públicas nos permitiu observar a inserção destes nas mais diversificadas áreas, conforme mostra o gráfico abaixo:

Gráfico III: Áreas de atuação profissional



Fonte: Dados consolidados a partir dos editais de concursos públicos e processos seletivos simplificados. Maio/2016. Elaboração própria.

Na maioria dos editais de concursos públicos e processos seletivos simplificados, a Assistência Social apresenta-se como a área que mais demandou atuação do Assistente Social (48 %).

A área da Saúde historicamente sempre absorveu um número grande de profissionais do Serviço Social, no entanto, a partir do implemento do SUAS, a assistência social também começa a demandar muitos profissionais. Delgado (2013, p. 141) afirma que “com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), muito se ampliou o campo de atuação para a nossa categoria, passando a assistência a ser atualmente um dos setores que mais requisita os assistentes sociais”.

Na política de Assistência Social, o aumento de profissionais se dá em virtude da obrigatoriedade dos assistentes sociais na composição das equipes interdisciplinares da proteção social básica e da proteção social de média complexidade. No âmbito da proteção social básica, a NOB/RH/SUAS define que nos municípios com até 2.500 famílias referenciadas, aqueles chamados de Pequeno Porte I, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) deverá conter dois técnicos de nível superior, sendo um assistente Social. Nos municípios com até 3.500 famílias referenciadas, os de Pequeno Porte II, deverá ter três técnicos, sendo dois assistentes sociais. E nos municípios com mais de 5000 famílias referenciadas, os de médio e grande porte, metrópoles e Distrito Federal, em cada Centro deverá ter quatro profissionais de nível superior, sendo a equipe formada por dois assistentes sociais. Na média complexidade, nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), a lei estabelece que em municípios com capacidade de atender 50 usuários, deverá

haver um assistente social, em municípios com capacidade de atender 80 usuários, a equipe profissional deverá ser composta por dois assistentes sociais.

[...] podemos afirmar que se a implantação do SUAS promoveu o aumento deste espaço sócio-ocupacional para os assistentes sociais, a fim de compor os quadros da proteção social básica e proteção social de média e alta complexidade, enquanto exigência da NOB/RH/SUAS (BRASIL, 2006), por outro lado, a plena efetivação da NOB/RH/SUAS, se constitui como um desafio, uma vez que o processo de descentralização se dá em meio ao ajuste fiscal concomitante a ofensiva neoliberal, que subordina a política social à lógica macroeconômica de financeirização (TIBURTINO, 2012, p. 07-08).

A política de Assistência Social vem absorvendo um grande número de profissionais, conforme visto na nossa pesquisa. Este modelo, embora se mostre de suma importância para assegurar uma proteção social a quem dela precisar, também é extremamente funcional ao processo de expansão capitalista. Souza Silva (2013, p. 87) afirma que:

[...] o atual modelo da política de assistência social brasileira dá suporte à superexploração do trabalho e equaliza a pobreza dos trabalhadores, para resguardar a riqueza produzida no país do conflito sobre a repartição e transferi-la para a expansão do capital, em escala internacional.

Nessa direção, Tiburtino (2012, p. 06) explica que a Assistência Social passa a funcionar como um “novo baluarte de integração à ordem capitalista, em contraposição ao trabalho”, cumpre o papel econômico e político determinado pela classe dominante, uma vez que possibilita, mesmo sendo de forma precária e incompleta, o acesso aos bens de consumo. Assim, naturaliza a questão social e desenvolve ações focalizadas, deixando intocado as possibilidades de reverter o quadro de desigualdade social existente no país.

Retomando a análise do material pesquisado, observou-se que 31% dos editais analisados não especifica a área de atuação — o que, no nosso entendimento, mostra-se como mais um indicador de precarização do trabalho. Isso imprime ao assistente social a condição de profissional polivalente uma vez que o número reduzido de contratações para as atividades afetas ao Serviço Social faz com que os assistentes sociais empregados atuem em mais de um espaço profissional e em mais de uma política, acumulando, portanto, uma grande variedade de demandas.

Em nosso estudo a área da saúde absorveu um percentual de 11 % dos assistentes sociais. Nessa, os profissionais são alocados na atenção primária (principalmente nas equipes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF e no programa Estratégia Saúde da Família - ESF), na

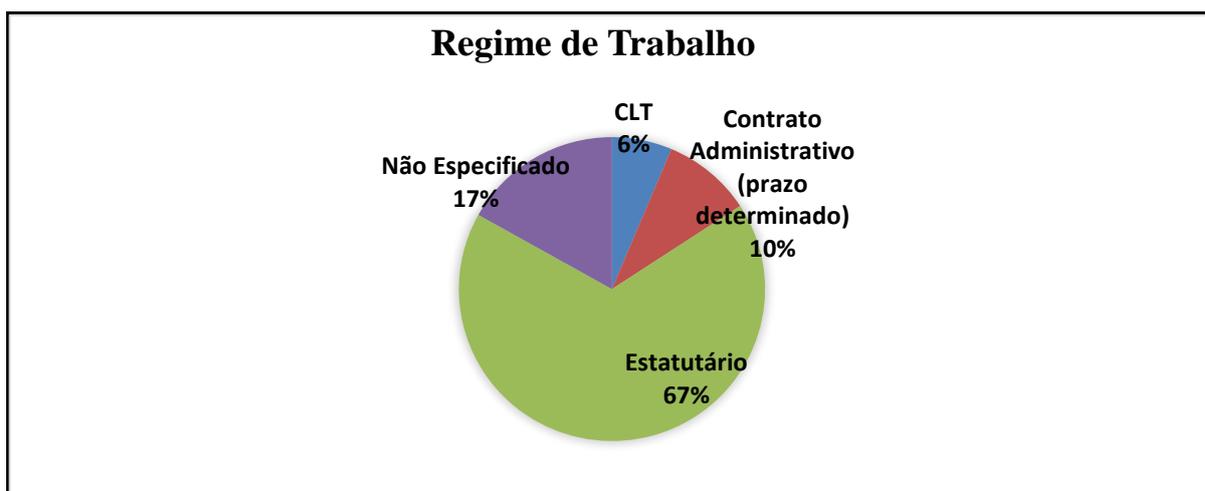
saúde mental (nos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS), e na atenção terciária (nos hospitais).

A Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 218/1997 reconhece os assistentes sociais como profissionais de saúde, e a Resolução CFESS nº 383/1999 caracteriza o assistente social como profissional de saúde, porém a resolução adverte que o mesmo não é um profissional exclusivo da área da saúde, podendo, assim, atuar em outras políticas sociais (DELGADO, 2013). A legislação referente à saúde amplia as possibilidades de contratação dos assistentes sociais, inclusive para compor as equipes multidisciplinares.

Observamos ainda, em menor proporção, a requisição de vagas no mesmo edital para os campos da Saúde e da Assistência Social (4%). E, ainda, para outras áreas como a da gestão de pessoas, do jurídico e do Ministério da Defesa do Comando da Aeronáutica (4%). A área da educação se faz presente em 2% dos editais de concursos públicos e processos seletivos. Essa área tem grande previsão de crescimento no âmbito da profissão, sobretudo se o Projeto de Lei n. 3688/2000, que tramita no Senado for aprovado. Este projeto propõe a inserção dos assistentes sociais no quadro profissional da educação, assegurando atendimento psicossocial aos alunos das escolas públicas de ensino fundamental.

No que se refere ao tipo de vínculo empregatício, encontramos nos editais analisados a prevalência do vínculo estatutário, conforme mostra o gráfico abaixo:

Gráfico IV: Regime de Trabalho



Fonte: Dados consolidados a partir dos editais de concursos públicos e processos seletivos simplificados. Maio/2016. Elaboração própria.

Observou-se que dos 412 editais de concursos públicos 327 vínculos eram estatutários; 25 vínculo CLT, bem como 60 não especificaram. Dos 139 editais de processos seletivos

simplificados, observamos que 52 editais especificam o vínculo como contrato administrativo, sendo por tempo determinado, variando de 06 meses a 02 anos; 44 especificam que a contratação se dará por vínculo estatutário, conforme o regime jurídico adotado pelo município; 10 vínculo celetista e 33 não especificam. Segundo Serra (2001, p. 169)

Com a multiplicidade de vínculos de trabalho, identifica-se uma flexibilidade de relações contratuais instáveis, imprime-se uma maior fluidez no emprego da força de trabalho, o que está ocasionando alterações de perfil dos assistentes sociais nesse setor.

Conforme visto, mais da metade dos editais (67 %) ofertam vagas com vínculo estatutário, o que coloca a esse profissional uma estabilidade após findado os três anos de estágio probatório. No entanto, a estabilidade não garante ao profissional um vínculo de fato efetivo com a instituição empregadora, já que estas não ofertam condições de trabalho e salários dignos. Isso faz com que a busca por melhores condições de trabalho e salários satisfatórios seja constante. E também contribui para o processo de rotatividade que interfere na qualidade dos serviços prestados e no desgaste profissional, já que estes, mesmo inseridos no mercado de trabalho, continuam em busca de melhores oportunidades.

Manfrói et al (2012) indicam que no setor público, principalmente no âmbito municipal, a estratégia dos gestores tem sido o remanejamento do profissional que não atende os seus interesses. As autoras, ao estabelecer relação entre o exercício profissional e a cultura política, apontam que:

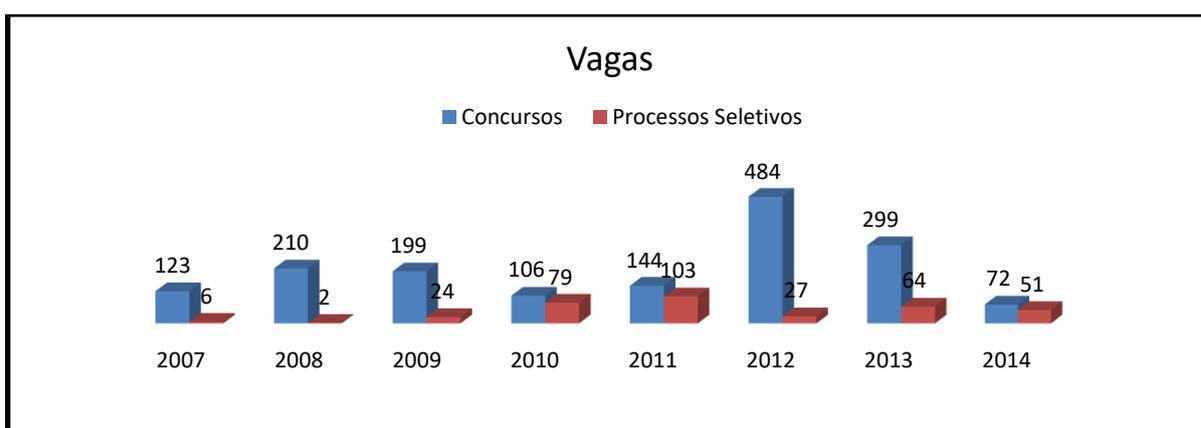
Muitos profissionais assinalaram, em todo o processo de pesquisa, que há ingerência política no cotidiano de seu trabalho, desde o processo de gestão até a execução direta, quando a partir dos interesses dos vereadores e de prefeitos, profissionais são pressionados a mudarem suas decisões e pareceres. Foram assinalados aspectos ligados ao mandonismo local, de elites conservadoras que se mantêm em troca de favores com o eleitorado, desrespeitando o posicionamento crítico dos profissionais. Na maioria das secretarias municipais, os gestores são indicados por critérios políticos partidários e/ou sem conhecimento técnico sobre as políticas sociais (MANFRÓI et al., 2012, p. 06).

Assim, observa-se que mesmo os profissionais concursados e com estabilidade não escapam das tendências de precarização do trabalho que atingem também o setor público nas suas três esferas. A precarização presente nas políticas sociais atinge fortemente todos os trabalhadores assalariados.

As outras modalidades de contratação trazem sérias implicações ao contratado, pois coloca diferenciações nos direitos trabalhistas entre os efetivos e os contratados. Estes últimos vivem em situação de constante insegurança, já que não contam com nenhuma proteção: não contam com férias, muitos têm que emendar um contrato com o outro, medo constante do contrato ser rescindido e medo de adoecer, já que muitas instituições descontam o dia de trabalho mesmo com a apresentação do atestado médico. Assim, apresentam-se diversas modalidades de contratação como a flexibilização da força de trabalho, a terceirização da prestação de serviços e o trabalho autônomo. Nesses vínculos a pressão e a precarização das relações e condições de trabalho são mais acentuadas.

No que tange ao tipo e quantidade de vagas ofertadas ao profissional de Serviço Social, nos editais investigados, obtivemos os seguintes resultados:

Gráfico V: Número de vagas



Fonte: Dados compilados a partir dos editais de concursos públicos e processos seletivos simplificados. Maio/2016. Elaboração própria.

Dos 551 editais analisados 13 deles não especificaram a quantidade de vagas e 35 referiam-se àquelas destinadas ao cadastro de reserva. Portanto, nesses 08 anos abrangidos pela pesquisa, observou-se que em 503 editais foram ofertadas uma totalidade de 1993 vagas, cerca de 250 vagas por ano. Esse quantitativo de vagas ofertadas pela esfera pública estatal nos seus três âmbitos nos parece significativo, mas, quando observada a quantidade de escolas de Serviço Social que a região de Minas Gerais possui — em 2014 registravam-se 71 instituições de ensino público e privado — e a quantidade de profissionais que buscam uma oportunidade de trabalho, verifica-se que este quantitativo é pequeno: de acordo com dados do CRESS-6ª

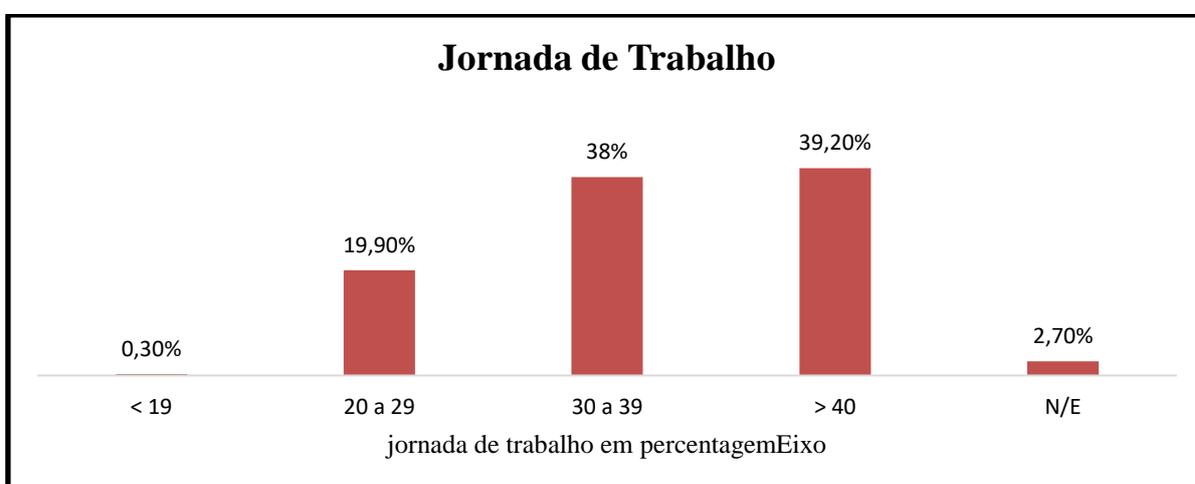
Região, em abril de 2015 registrava-se um total de 15.912 assistentes sociais ativos, 14% do total nacional.

Vale destacar também os editais que ofertaram maior número de vagas para o assistente social, entre eles: Prefeitura Municipal de Ipatinga (24 vagas em 2007); Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e Secretaria de Estado de Defesa Social -SEPLAG/SEDS (70 vagas em 2008); Instituto Nacional de Seguro Social – INSS (111 vagas para Minas Gerais em 2008); Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMIG (64 vagas em 2009); Prefeitura Municipal de Nova Lima (49 vagas em 2009); Ministério da Defesa da Aeronáutica (36 vagas em 2011 e 28 vagas em 2012); Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (298 vagas em 2012); Prefeitura Municipal de Lavras (20 vagas em 2012); Prefeitura Municipal de Sabará (20 vagas em 2013); Polícia Civil do Estado de Minas Gerais - Academia de Polícia Civil (23 vagas em 2013); Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE (44 vagas em 2013); Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e Secretaria de Estado de Defesa Social - SEPLAG/SEDS (172 vagas em 2013) e Prefeitura Municipal de Itabirito (20 vagas em 2014).

Não obstante o processo de interiorização da profissão, observamos que o maior número de vagas concentra-se em instituições públicas de âmbito federal ou estadual. Ainda, destacamos que estas esferas apresentam, se comparadas ao âmbito municipal, melhores condições laborativas para seus profissionais.

Quanto às jornadas de trabalho exigidas nos editais analisados, podemos afirmar a existência de variadas, conforme ilustra o gráfico a seguir:

Gráfico VI: Jornada de trabalho/ carga horária



Fonte: Dados compilados a partir dos editais de concursos públicos e processos seletivos simplificados. Maio/2016. Elaboração própria.

Conforme visto, nos editais a carga horária que prevaleceu foi a maior de 40 horas, seguida da de entre 30 e 39 horas e 20 a 29 horas. Em 27 de agosto de 2010 foi aprovada a Lei 12.317, que assegura para a categoria de assistentes sociais a jornada de 30 horas semanais sem redução de salário. Essa importante lei é fruto de luta e das ações da categoria e do conjunto CFESS/CRESS, e representou uma importante conquista para os assistentes sociais. A Lei propiciou a muitos profissionais o direito às 30 horas, no entanto, ainda há resistência ao cumprimento da mesma por algumas instituições empregadoras.

Nossa análise corrobora essa afirmação e nos permite afirmar que mesmo após o ano de 2010 as instituições públicas empregadoras de assistentes sociais continuaram a ofertar vagas com jornada de trabalho superior a estabelecida pela Lei 12.317/2010. Observou-se a existência de 88 editais de concursos públicos e processos seletivos simplificados (28,7 %) ainda ofertando vagas com jornada de trabalho superior a 30 horas semanais.

Dados fornecidos pela Revista do CRESS 6ª Região<sup>51</sup> apontam que nos 853 municípios mineiros, 672 (79%) cumprem a Lei; 130 (15%) não cumprem a lei; 50 (6%) ofertam ao mesmo tempo jornadas de 20 e 40 horas, o que pode significar estratégia para a opção de 40 horas dos profissionais como forma de aumentar a remuneração; e apenas 01 (0,1%) não oferta atuação para o assistente social.

No âmbito do Estado de Minas Gerais, conforme dados do referido Conselho, há aproximadamente 400 assistentes sociais, distribuídos em várias carreiras e como gestores governamentais, que não cumprem a jornada de 30 horas devido ao fato de o Estado alegar que a profissão tem caráter duplo, estando presente tanto a função própria do assistente social como também a da área administrativa. Desse modo, alegam que caso haja redução de jornada, o salário também deve reduzir-se proporcionalmente.

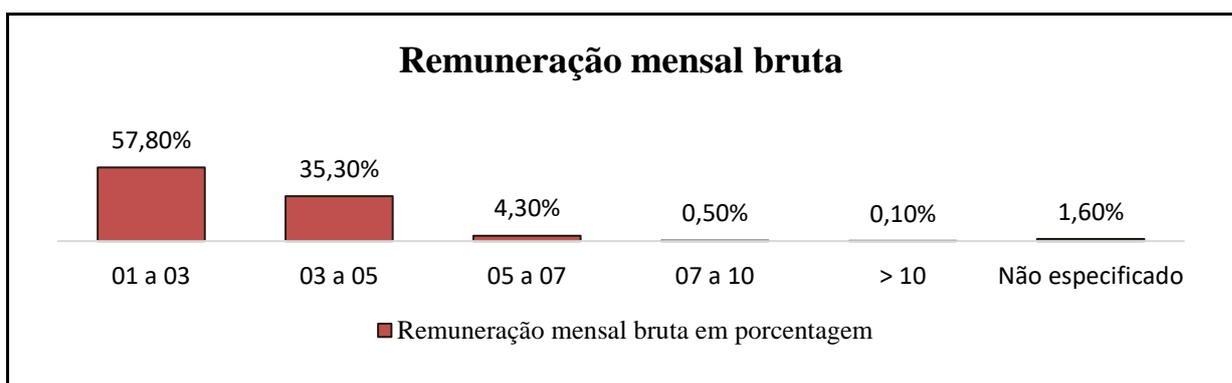
Diversas ações vêm sendo desenvolvidas pelo conjunto CFESS/CRESS em prol da implementação das 30 horas, uma vez que o cumprimento da Lei implica numa melhor qualidade de vida e trabalho do assistente social. Ao mesmo tempo, há uma preocupação com uma carga horária subutilizada, pois carga horária reduzida implica sempre em baixos salários, o que faz com que estes profissionais, para complementar a renda, procurem outras possibilidades de emprego. Isso também gera sobrecarga de trabalho, jornadas extensas e perda da qualidade do trabalho, o que leva ao adoecimento, estresse e desmotivação do profissional.

---

<sup>51</sup> Cf. REIS, L. D. R. Nossa luta pelas 30 horas Semanais. In: Revista Conexão Gerais/Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais. Belo Horizonte, v. 3, n. 07, 2016.

Em relação a remuneração, a tendência que se apresenta na atualidade para as diversas categorias assalariadas é o rebaixamento do valor da força de trabalho, conforme nos mostra o gráfico abaixo:

Gráfico VII: Remuneração/salário



Fonte: Dados compilados a partir dos editais de concursos públicos e processos seletivos simplificados. Maio/2016. Elaboração própria.

A leitura do gráfico revela que a maior parte dos editais oferecem oportunidades de trabalho com rendimento entre 1 a 3 salários mínimos (57,8%), seguido do rendimento entre 3 a 5 salários mínimos (35,3%). Vale destacar que na maioria dos editais de concursos públicos e processos seletivos (93,1%), a remuneração não ultrapassa 05 salários mínimos. Esse dado vai ao encontro da pesquisa nacional e das demais pesquisas realizadas em outros Estados brasileiros, que confirmam a tendência da maioria dos assistentes sociais receberem remuneração inferior a 06 salários mínimos.

Com a análise dos editais — além de se detectar que o assistente social é o profissional de nível superior mais requisitado — também foi possível realizar um estudo comparativo acerca da remuneração ofertada para alguns profissionais de nível superior. Quando comparados os salários ofertados para o assistente social e para outros profissionais como psicólogo, fisioterapeuta, fonoaudiólogo e nutricionista, percebe-se, no geral, que o valor pago por hora de trabalho na maior parte dos editais não varia, (58,9%), enquanto que em 41,1% varia para mais ou para menos, conforme se depreende da tabela abaixo:

Tabela II: Comparativo de salário-hora das profissões

	Variação para +	Variação para -
Nutricionista	28,6 %	16,0%
Psicólogo	19,6 %	13,8%
Fonoaudiólogo	19,5%	21,6%
Fisioterapeuta	14,6%	22,6%

Fonte: Dados compilados a partir dos editais de concursos públicos e processos seletivos simplificados. Maio/2016. Elaboração própria.

Podemos concluir que o salário-hora desses quatro profissionais não varia muito quando relacionado com o dos assistentes sociais — os valores não se mostram muito discrepantes. Observa-se ainda que o número de vagas ofertadas para o assistente social é maior do que para aquelas profissões. Assim, podemos afirmar também que o quadro de precarização que atinge o assistente social, atinge de igual maneira as demais profissões assalariadas requisitadas nos editais; com exceção da medicina que, conforme visto nos editais, ainda se mostra mais valorizada, porém já é possível observar uma redução dos salários recebidos por este profissional na esfera pública estatal.

No que se refere ao perfil demandado pelo empregador, percebeu-se que apesar das atribuições do assistente social estarem estabelecidas nas legislações afetas à profissão — como descrito na Lei de Regulamentação da Profissão, Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, nos incisos dos artigos 4º e 5º, — ainda observa-se que este profissional é demandado para exercer funções ou atribuições que vão de encontro ao Projeto Ético-Político da profissão.

Dos editais analisados 83, 8 % mencionam as atribuições do cargo de assistente social. Alguns editais explicitam que “o profissional desempenhará atividades inerentes a profissão de Serviço Social e ao setor de atuação”. Especificam que o trabalho terá como direção

Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; Encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; Planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; Prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; Planejar e organizar a administração de serviços sociais aos municípios; Realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de

benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades; Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; Participar de treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; Coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social; Dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas; E, outras atividades correlatas.

Entretanto, há que se ressaltar que a demanda pelo desenvolvimento de um trabalho de cunho moral, com vistas a exercer um mecanismo de controle, visando reintegrar os “desajustados” na ordem vigente, considerando a questão social como um problema moral de responsabilidade única e exclusiva dos sujeitos, ainda é muito presente. Foi observada a demanda por esse último perfil na maioria dos editais. Nessa direção encontramos em muitos editais as mesmas descrições:

Orientar as atividades de pequeno grupo de auxiliares, que executam trabalho variado de assistência social; Fazer o estudo dos problemas de ordem moral, social e econômica de pessoas ou famílias desajustadas; Elaborar histórico e relatório dos casos apresentados, aplicando os métodos adequados à recuperação de menores e pessoas desajustadas; Encaminhar as creches, asilos, educandários, clínicas especializadas e outras entidades de assistência social interessados que necessitem de amparo, providenciando, para esse fim, internamentos, transferências e concessão de subsídios; Manter intercâmbio com estabelecimentos congêneres, oficiais ou particulares, com os quais haja convênio para a interpretação dos problemas de menores internados e egressos, e para estudo de assuntos relacionados com a assistência social; Organizar e controlar fichário de instituições e pessoas que cooperam para a solução de problemas de assistência social; Redigir relatórios das atividades executadas e informar processos e papéis diversos; Desempenhar atividades afins.

E ainda,

Aconselhar e orientar indivíduos afetados em seu equilíbrio emocional, baseando-se no conhecimento sobre a dinâmica psicossocial do comportamento das pessoas e aplicando a técnica do serviço social de casos, para possibilitar o desenvolvimento de suas capacidades e conseguir o seu ajustamento ao meio social; promover a participação consciente dos indivíduos em grupos, desenvolvendo suas potencialidades e promovendo atividades educativas, recreativas e culturais, para assegurar o progresso coletivo e a melhoria do comportamento individual, de acordo com a Lei de Assistência Social e demais normas.

Essas atribuições se mostraram presentes no início da profissão quando executadas nas instituições prestadoras de serviço social. E voltam a ser demandadas mesmo após a mudança

de direção do pensamento e das ações dos assistentes sociais, que agora passam a se comprometer com os interesses e os direitos da classe trabalhadora, na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

A pesquisa de Silva (2009) ao tratar do perfil do assistente social demandado pelo empregador, também identificou atribuições de viés crítico, bem como outras de viés muito conservador, que não garantem a efetivação do nosso projeto profissional. Segundo a autora

[...] tal perfil profissional atende as exigências, em parte, de um profissional como proposto pelo Projeto Ético Político do Serviço Social, à medida que solicita um profissional com amplo conhecimento teórico e crítico para intervir na realidade e, principalmente, propositivo nas ações a serem desenvolvidas. Entretanto, contrário a este Projeto, à proporção que também está sujeito às várias determinações estruturais do mundo do trabalho que exige cada vez trabalhadores empregáveis ao mercado e um perfil profissional sujeito às determinações neoliberais, especialmente, com o corte dos recursos para as políticas sociais, espaço sócio-ocupacional do Serviço Social. Estas determinações interferem, sobremaneira, em nossas condições e relações de trabalho com: corte nos salários, alterações no vínculo empregatício, na carga horária, na quantidade e no agravamento das demandas atendidas, assim como acirra a competitividade e concorrência entre os próprios Assistentes Sociais, receosos em manter seus empregos, uma vez que tem-se um exército de reserva em busca de uma oportunidade (SILVA, 2009, p. 187).

É sabido que a partir dos anos de 1980 os assistentes sociais incorporam a categoria analítica marxista e a abordagem do “Serviço Social como totalidade social que participa do processo de reprodução das relações contraditórias da sociedade capitalista” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 71) torna-se hegemônica no âmbito da profissão. No entanto, alguns profissionais ainda se direcionam por outras matrizes teóricas como a positivista conservadora, que divergem da marxista.

A pesquisa realizada por Guiraldelli et al. (2013), focada nas condições de trabalho de assistentes sociais de Belo Horizonte/MG, nos revela que do universo de 209 profissionais entrevistados, 40% afirmam não se apropriar de nenhuma abordagem teórico-filosófica; 22% apontam o materialismo histórico dialético como referencial de análise, 16% a teoria sistêmica, 9% buscam recursos na fenomenologia, 1% diz se respaldar no pensamento de Gramsci e 14% podem ser considerados ecléticos, utilizam variadas abordagens. Esse dado nos confirma a presença de posturas (neo) conservadoras no âmbito profissional.

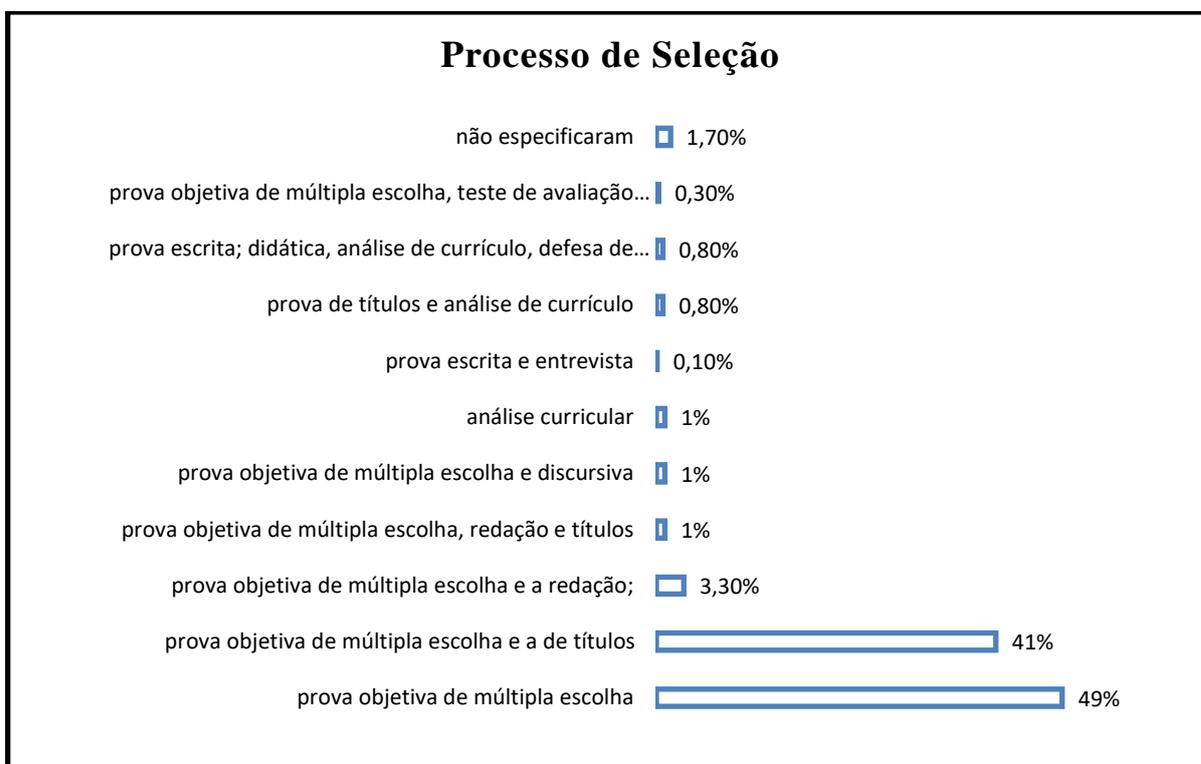
Cabe ressaltar que a adoção de posturas e posicionamentos conservadores impedem a materialização do nosso projeto ético profissional, e devem ser superadas. Daí a importância e o comprometimento do profissional com a construção e a defesa dos direitos sociais dos sujeitos. Nessa direção, Trindade (2010a, p. 18) sinaliza que

O que está sendo valorizado é um perfil profissional que não só contraria os princípios éticos e as exigências técnicas para o exercício profissional, como vai de encontro às conquistas por uma prestação de serviços sociais universalizantes, democráticos e pautados nos direitos sociais. O padrão de proteção social implementado pelas instituições estatais e privadas, sejam elas lucrativas ou não, parece requisitar um assistente social que atue apenas nas expressões mais urgentes e imediatas dos “problemas sociais”, através de projetos eventuais e desconectados de políticas sociais mais amplas, mandatários de ações profissionais burocratizadas, sem qualquer envolvimento com os interesses de classe da população trabalhadora, tomada na sua passividade e nos seus sentidos de urgência. Para isso não mais seria necessária uma formação acadêmica que articulasse ensino/pesquisa/extensão, mas outra, a da lógica do treinamento.

Algumas especificações e exigências encontradas nos editais de concursos e processos seletivos simplificados devem ser sinalizadas: o processo de aprovação em concurso público exige a execução de etapas que passam pela inscrição, realização de provas, homologação do concurso e convocação. A investidura no cargo requer o cumprimento de algumas exigências e a comprovação de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo. No caso do assistente social o requisito básico de contratação é o curso superior em Serviço Social e o registro no Conselho Regional de Assistentes Sociais (CRESS). Observa-se ainda que em alguns editais outros requisitos também são necessários, como a comprovação de experiência profissional na função, a Carteira Nacional de Habilitação, categoria B (CNH), grau de Mestrado ou Doutorado, a fluência da língua inglesa, a habilidade em obter informações e de trato com o público, entre outras.

Em relação as etapas do processo de seleção dos candidatos, observamos que a prova objetiva de múltipla escolha se apresenta em 95,6% dos editais analisados, conforme mostrado no gráfico abaixo:

Gráfico VIII: Etapas do processo de seleção



Fonte: Dados compilados a partir dos editais de concursos públicos e processos seletivos simplificados. Maio/2016. Elaboração própria.

A aprovação em concurso público ou processo seletivo simplificado requer a apreensão de variados conhecimentos, como: língua portuguesa, conhecimentos específicos do Serviço Social, conhecimentos gerais, saúde pública, legislações, noções de administração, informática, e outros. A busca por emprego no setor público envolve um grande esforço, que não tem como contrapartida relações e condições de trabalho favoráveis. O que tem se observado é uma precariedade nas relações e condições de trabalho dos assistentes sociais.

Essa realidade de precárias condições de trabalho enfrentada pelos assistentes sociais em Minas Gerais são as mesmas encontradas por profissionais em outras regiões do país, ou seja, não é exclusiva de Minas Gerais, conforme apontou os resultados das pesquisas em Alagoas, Santa Catarina, Espírito Santo e Rio de Janeiro. As tendências de precarização vêm atingindo os assistentes sociais em vários níveis, na formação profissional e na pós graduação, na inserção no mercado de trabalho e na atuação propriamente dita.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, pautado no método crítico-dialético, buscou desenvolver uma reflexão acerca da condição de trabalhador assalariado do assistente social no setor público estatal no estado de Minas Gerais. Conforme visto, a profissão de Serviço Social, ao longo de sua trajetória, mas sobretudo nas últimas três décadas, vem acumulando importantes avanços e conquistas. A exemplo, a aprovação do currículo mínimo, o crescimento da pós graduação e o salto qualitativo na produção científica, a representatividade nas organizações político-corporativas no alcance de direitos sociais e a ampliação do mercado de trabalho profissional (NETTO, 1996). Não obstante, a lógica capitalista vem impondo aos assistentes sociais mudanças nos requisitos profissionais, nas exigências da formação profissional, nas competências, nas atribuições profissionais e no perfil do mercado de trabalho.

Nesta reflexão, o primeiro ponto a ser considerado é que os assistentes sociais sofrem os mesmos impactos que os demais trabalhadores assalariados na atualidade. Vimos no primeiro capítulo que nas últimas décadas do século XX o capital, para a manutenção de suas taxas de acumulação e dominação, instaura profundas modificações na esfera da produção e do Estado capitalista. A articulação dos processos de reestruturação produtiva, mundialização do capital e neoliberalismo imprime consequências nefastas nas condições de vida e trabalho da classe trabalhadora (ANTUNES, 2010).

As mudanças engendradas no âmbito da produção fizeram surgir um “novo (e precário) mundo do trabalho”, nos termos de Alves (2000). A substituição do modelo de produção fordista pelo modelo flexível, fundamentado numa produção ágil, enxuta e descentralizada, desenvolvido por novas e avançadas tecnologias representou, por um lado, a elevação da produtividade do trabalho e das taxas de lucro do capitalismo. Inversamente, para os trabalhadores configurou o aumento da exploração, da alienação e do estranhamento do trabalho. Surge a exigência de um novo perfil profissional afinado com os interesses do capital; busca-se um trabalhador mais participativo, polivalente, multifuncional e qualificado, apto ao trabalho em equipe (ALVES, 2000).

Nesse contexto acentua-se a precarização do trabalho a partir da crescente desregulamentação do trabalho, da precariedade dos espaços de trabalho, da perda de direitos trabalhistas, da informalidade, da terceirização, das jornadas longas e flexíveis de trabalho, dos baixos níveis de remuneração, da frágil organização profissional e do desemprego. Este último

alcança o seu maior patamar e passa a atingir todos os trabalhadores assalariados, inclusive os mais qualificados.

Por outro lado ocorrem mudanças no redimensionamento das funções do Estado, na sua relação com o mercado e no âmbito das políticas sociais (DELGADO et. al., 2014).

As mobilizações sociais dos anos de 1980 no Brasil em prol de uma maior cobertura dos sistemas de proteção social resultaram na reforma Constitucional de 1988, que instituiu o tripé da Seguridade Social (Saúde, Assistência Social e Previdência Social), estabelecendo o que poderia se constituir como direitos sociais amplos para a classe trabalhadora. Entretanto, a década seguinte sinaliza a adoção das políticas neoliberais no país e o desmonte da perspectiva dos direitos sociais. O processo de contra-reforma do Estado, ao deslocar as responsabilidades da esfera pública para a privada, fortaleceu as parcerias público-privadas, promoveu uma série de privatizações e de terceirizações e, ainda, reduziu os gastos sociais com as políticas públicas, intensificou a precarização do trabalho e a redução de postos de trabalho, acarretando altos níveis de desemprego, inclusive no âmbito estatal.

Portanto, essas transformações agravam as expressões da questão social, objeto de trabalho dos assistentes sociais. E repercutem nas relações e condições de trabalho destes profissionais, uma vez que são majoritariamente funcionários públicos, conforme indica a pesquisa do CFESS (2005) sobre o perfil profissional dos assistentes sociais.

Para a compreensão da condição atual do assistente social no mercado de trabalho, indicamos no segundo capítulo a relação da profissão de Serviço Social com a questão social, no momento em que a dinâmica da ordem monopólica exige um novo trato para as expressões da questão social, através de políticas sociais (NETTO, 2007). Apontamos que esse surgimento apoiou-se na doutrina social da Igreja Católica e na matriz teórica positivista, o que imprimiu fortes características no perfil profissional dos assistentes sociais, ainda presentes no âmbito da profissão, assim como a predominância feminina, que ocasiona uma desvalorização profissional no mercado de trabalho, e as práticas conservadoras e assistencialistas que afastam os profissionais da efetivação do Projeto ético-político da profissão.

Sabemos que o assistente social tem suas relações de trabalho regidas pelo estatuto assalariado, visto que o mesmo possui como meio de sobrevivência a venda de sua força de trabalho para as instituições empregadoras em troca de um salário. Nesse sentido, este profissional não dispõe dos elementos necessários para a realização do seu trabalho, ficando submetido aos ditames de seu empregador. É o estatuto assalariado que impõe aos profissionais limites e entraves quanto à remuneração, estabilidade e autonomia profissional.

No terceiro capítulo ressaltamos a expansão dos espaços ocupacionais do assistente social, seguida da precarização das relações e condições de trabalho dos assistentes sociais. A Constituição Federal de 1988 ao reconhecer como Seguridade Social as políticas de Saúde, Previdência Social e Assistência Social fez emergir diversas e novas possibilidades de trabalho para os assistentes sociais, destaca-se o SUAS e o SUS nesse processo.

A Constituição de 1988 instituiu a descentralização dos serviços públicos como meio de fomentar a participação popular e fortalecer a democracia. Isso determinou a municipalização das políticas sociais e no âmbito da profissão de Serviço Social a transferência dos postos de trabalho para a esfera municipal. Entretanto, conforme já dito, a lógica capitalista vai de encontro à perspectiva da universalização dos direitos sociais e dos objetivos democráticos preconizados na Constituição Federal e imprime uma precarização nos serviços públicos. Soma-se a isso o fato de o pacto federativo reservar à esfera municipal uma soma menor de recursos, repercutindo na configuração das políticas sociais, tornando-as residuais, pontuais, seletivas e focalizadas (TRINDADE et al., 2010). Sendo assim, na esfera municipal os recursos se mostram insuficientes para garantir condições laborativas adequadas e, por isso, nessa esfera a precarização do trabalho é mais incidente.

Afirmamos que a ampliação de contratações dos assistentes sociais não assegura na mesma medida a inserção qualificada destes profissionais no mercado de trabalho. O que se verifica é o ingresso deste profissional nos espaços sócio-ocupacionais através de contratações precarizadas, sem remuneração satisfatória e sem condições éticas e técnicas adequadas de trabalho.

Outro fator que vem influenciando a realidade profissional dos assistentes sociais é a ampliação da formação acadêmico-profissional. Observa-se que o Estado vem estimulando o ensino privado, principalmente as modalidades de Ensino a Distância (EAD). Como essa modalidade de ensino tem como finalidade a lucratividade, a qualidade do ensino fica comprometida. Essa precariedade formativa dos alunos dos cursos de Serviço Social ocasiona uma despolitização da categoria, o rebaixamento do valor da força de trabalho — em função da lei da oferta e da procura — e o desemprego na área.

A nossa investigação com os editais de concursos e processos seletivos simplificados com previsão de vagas para assistente social confirma algumas tendências presentes na configuração do mercado de trabalho dos assistentes sociais, a saber: prevalência do Estado como maior empregador da profissão; predomínio do vínculo empregatício estatutário; interiorização do mercado de trabalho; e a área da assistência social como a de maior atuação.

Além disso, nos permitiu apontar alguns aspectos da realidade profissional dos assistentes sociais que expressam um cenário preocupante e adverso para estes profissionais. Verificou-se uma precarização das condições de trabalho dos assistentes sociais, com a forte presença de baixos salários, da carga horária excessiva, da ausência de reconhecimento profissional, das atribuições profissionais incompatíveis com a Lei que regulamenta a profissão. Pode-se afirmar que a precarização do trabalho é uma constante nas pesquisas que tratam a temática do mercado de trabalho do assistente social.

Entendemos que essa conjuntura marcada por precarização das relações e condições de trabalho, baixa remuneração, comprometimento da autonomia profissional e desemprego, coloca os assistentes sociais nas mesmas condições vivenciadas por outras categorias assalariadas brasileiras. Mas apesar de todos os condicionantes que vêm perpassando o exercício profissional dos assistentes sociais, conforme Delgado (2013), a profissão conta com um conjunto expressivo de legislações que visa resguardar e legitimar a profissão, como a Lei de Regulamentação da profissão (Lei n. 8.662/1993) que estabelece as condições para o exercício profissional do assistente social, define as suas competências e as suas atribuições privativas e os fóruns que visam disciplinar e defender o exercício profissional do assistente social, o Código de Ética Profissional (Resolução CFESS n. 273/1993) que contempla os princípios fundamentais que regem a profissão, afirma os direitos e os deveres dos assistentes sociais, bem como os impedimentos éticos legais do trabalho do assistente social. Conta também com as Leis ordinárias, as Resoluções e os Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional, e, no âmbito da formação profissional com as Diretrizes Curriculares. Destacam-se os importantes projetos de lei em tramitação que visam defender a organização profissional, como o Projeto de Lei Da Câmara (PLC) 060/2007, que dispõe sobre a inserção de assistentes sociais e psicólogos nas escolas públicas de educação básica; a PL 4022/2008, que dispõe sobre um piso salarial de assistentes sociais; a PL 3145/2008, que trata de regras na contratação de assistentes sociais; a PL 3150/2008, que dispõe sobre condições de trabalho de assistentes sociais. A aprovação da Lei n. 12.317 de 26 de agosto de 2010, que institui a carga horária dos assistentes sociais em 30 horas semanais sem a redução do salário, é exemplo recente de conquista e mobilização dessa categoria por melhores condições de trabalho.

A realidade profissional vem impondo aos assistentes sociais inúmeros limites e desafios, nos quais a superação envolve uma agenda de questões colocadas à classe trabalhadora em geral. Afirmamos que conhecer as condições de trabalho dos profissionais de Serviço Social é a condição primeira para a formulação de estratégias para a reversão da precarização do trabalho.

A reversão desse quadro de intensa precariedade das relações e condições de trabalho do assistente social envolve a defesa e a afirmação do projeto profissional da categoria. A melhoria das condições de trabalho dos assistentes sociais requer a organização da categoria, sobretudo as ações do conjunto CFESS/CRESS, e a articulação com os demais trabalhadores, visto que somente as ações coletivas poderão criar condições capazes de superar a atual realidade profissional.

Em suma, defendemos que esse quadro de precarização deve ser revertido, e isso envolve a luta pela qualidade e ampliação dos postos de trabalho, a defesa de condições de trabalho satisfatórias e da prestação de serviços sociais universalizantes e democráticos. Assim, faz-se necessário uma análise crítica da realidade e uma formação qualificada que dê subsídios para uma ação profissional orientada pelos princípios que regem o Projeto Ético-Político Profissional, pois a realidade com sua dinamicidade vem colocando novas e diferenciadas demandas a este profissional.

Alargar as possibilidades de condução do trabalho no horizonte daquele projeto exige estratégias político-profissionais que ampliem bases de apoio no interior do espaço ocupacional e somem forças com segmentos organizados da sociedade civil, que se movem pelos mesmos princípios éticos e políticos (IAMAMOTO, 2007, p. 424).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, M. M. T e GRANEMANN, S. **Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional.** In: Revista Katalisys, Florianópolis, v. 12, n.2, p. 161/169, jul/dez, 2009.

ALVES, Giovani. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo.** São Paulo: Boitempo/FAPESP, 2000.

\_\_\_\_\_. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho.** 2ª edição – Londrina: Praxis; Bauru, 2007.

\_\_\_\_\_. **A nova macroeconomia do trabalho na década de 2000.** In: Revista Conexão Gerais/ Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais. V. 3, n. 7 (2016). Belo Horizonte: CRESS 6ª Região, 2016.

AMARAL, A. S; CESAR, M. **O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas.** In: Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

ANDERSON, Perry. **Balanco do Neoliberalismo.** In: Pós-Neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático. SADER, Emir e GENTILLI, Pablo Gentilli (Org). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999.

\_\_\_\_\_. **A era da informatização e a época da informalização.** In: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. Org.: Ricardo Antunes. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2010. Caps. I e II, p. 13-55.

\_\_\_\_\_. **A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências.** In: Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil II. Org.: Ricardo Antunes. – 1 ed. – São Paulo: Boitempo, 2013.

ANTUNES, R; DRUCK, G. **A Epidemia da Terceirização.** In: Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil III. Ricardo Antunes (Org). – 1 ed. – São Paulo: Boitempo, 2014.

ARRETCHE, M.T.S. **O mito da descentralização: maior democratização e eficiência das políticas públicas?** Revista Brasileira de Ciências Sociais, no. 31, 1996.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perdas de direitos.** São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **França e Brasil: realidades distintas da proteção social, entrelaçadas no fluxo da história.** Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 113, jan/mar. 2013.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história.** - 8 ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise.** São Paulo: Boitempo, 1998.

BOSCHETTI, I. **Condições de trabalho e a luta dos (as) assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas.** In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n.107, jul./set. 2011.

BOURGUIGNON, J. A. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social.** Revista Katalisys. Florianópolis v.10 n. esp. p. 46 -54, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** - 33. Ed. - Brasília, DF: Câmara dos Deputados Senado, Edições Câmara, 2010.

\_\_\_\_\_. Lei Federal n. 8.662, de 07 de junho de 1993. In: Contribuições para o exercício profissional de assistente social. Coletânea de Leis. Belo Horizonte, 2013.

\_\_\_\_\_. Lei n. 12.317 de 26 de agosto de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em 25 de setembro de 2016.

\_\_\_\_\_. Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993. Código de Ética do Assistente Social. In: Contribuições para o exercício profissional de assistente social. Coletânea de Leis. Belo Horizonte, 2013.

\_\_\_\_\_. Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 218/1997. Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/legislacao/resolucao218\\_05\\_05\\_97.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/legislacao/resolucao218_05_05_97.pdf). Acesso em 25 de setembro de 2016.

\_\_\_\_\_. Resolução CFESS nº 383/1999. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/>. Acesso em 25 de setembro de 2016.

\_\_\_\_\_. Projeto de Lei n. 3688/2000. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/> Acesso em 25 de setembro de 2016.

\_\_\_\_\_. Projeto de Lei Da Câmara (PLC) 060/2007. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br> Acesso em 25 de setembro de 2016.

\_\_\_\_\_. Projeto de Lei n. 4022/2008. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/>. Acesso em 25 de setembro de 2016.

\_\_\_\_\_. Projeto de Lei 3150/2008. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/>. Acesso em 25 de setembro de 2016.

CARLETTO, A.E.C. **No limiar da incerteza: as relações e condições de trabalho dos assistentes sociais no Espírito Santo.** Dissertação de Mestrado em Política Social. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, UFES, 2008.

CATTANI, A. D. **Trabalho e Tecnologia dicionário crítico.** Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. Universidade, 1997.

CFESS (org). **Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional.** Relatório de Pesquisa. CFESS: Brasília, 2005.

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/perguntas-frequentes>. Acesso em 10 de julho de 2016.

CHESNAIS, F (org.). **A finança mundializada**. São Paulo. Boitempo, 2005.

**CRESS - Conselho Regional de Serviço Social** – 6ª Região- Disponível em: <http://www.cressmg.org.br/>. Acesso em 15 de Agosto de 2015, às 14:01.

DELGADO, Leila B. Relatório Final do Projeto de Pesquisa **O Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Minas Gerais e Rio de Janeiro**. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

\_\_\_\_\_. **Espaço sócio-ocupacional do assistente social: seu arcabouço jurídico - político**. In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.113, jan./mar. 2013.

DELGADO, L.B, et al. Relatório Final do Projeto de Pesquisa **Mercado e condições de Trabalho do Assistente Social: o estado da arte da produção teórica no Brasil**. Juiz de Fora: UFJF, 2014.

Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (ABEPSS) de 08 de novembro de 1996. In: Contribuições para o exercício profissional de assistente social. Coletânea de Leis. Belo Horizonte, 2013.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos (DIEESE). Disponível em: <http://www.dieese.org.br/>. Acesso em 15 de janeiro de 2016.

DRAIBE, S. “**As políticas sociais e o neoliberalismo**”. In: **Revista USP**, São Paulo, nº. 17, 1993.

DRUCK, Graça. **A “Cultura de qualidade” nos anos 90: a flexibilização do trabalho na indústria petroquímica da Bahia**. In: A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. MOTA, Ana Elizabete (org). São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **A precarização social do trabalho no Brasil**. In: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II. Org.: Ricardo Antunes. – 1 ed. – São Paulo: Boitempo, 2013.

ECADERNO. Disponível em: <http://www.ecaderno.com/concursos/especialistas-explicam-as-diferencas-entre-processo-seletivo-e-concurso-publico>. Acesso em 10 de maio de 2016.

ESPING-ANDERSEN, G. **As Três Economias Políticas do Welfare State**. In: Lua Nova.n.24. São Paulo. CEDEC. Sept. 1991.

\_\_\_\_\_. **O futuro do Welfare State na nova ordem mundial**. In: Lua Nova. São Paulo, 1995.

GUIRALDELLI, R., et al. **Condições de Trabalho dos Assistentes Sociais de BH: espaços ocupacionais, formação e exercício profissional**. Disponível em: <http://www.cressmg.org.br/arquivos/simposio/CONDI%20C3%87%20C3%95ES%20DE%20TRABALHO%20DOS%20ASSISTENTES%20SOCIAIS%20DE%20BH%20ESPA%20C3%87OS%20>

OCUPACIONAIS,%20FORMA%C3%87%C3%83O%20E%20XERCICIO%20PROFISSIN AL.pdf. Acesso em 10 de maio de 2015.

GUERRA, I. A. D. **A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância**. In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.104, out./dez. 2010a.

\_\_\_\_\_. **A precarização do e no trabalho profissional do assistente social**. In: XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2010b. Rio de Janeiro: Anais ENPESS 2010b. CD-ROM.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2008 (Parte II p.115/184).

IAMAMOTO, M. V. **O trabalho do Assistente Social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999.

\_\_\_\_\_. **Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade**. In: Atribuições Privativas do (a) assistente social. COFI/CFESS, 2002.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. SP: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na cena contemporânea**. In: Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 15- 50, 2009a.

\_\_\_\_\_. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009b.

\_\_\_\_\_. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014a.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 25 ed. São Paulo: Cortez, 2014b.

IAMAMOTO, M.V; CARVALHO. R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 26ª Ed., São Paulo: Cortez, 2009c.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisas.php>. Acesso em 12 de agosto de 2016.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_alphacontent&view=alphacontent&Itemid=365](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&view=alphacontent&Itemid=365). Acesso em 12 de agosto de 2016.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, 3 ed.

LAURELL, A. C. **Avançando em Direção ao Passado**: a política social do neoliberalismo. In: Estado e políticas sociais no neoliberalismo. LAURELL, A. C. (Org). São Paulo: Cortez, 1997.

LIMA, K. R. S; PEREIRA, L. D. **Contra-reforma na educação superior brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social**. Serviço Social em Debate, Pelotas, 15 (1): 31-50, jan.-jun./2009.

LIMA, M. L; NEVES, V. S. PAIVA. **Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais: A realidade dos profissionais inseridos nas Organizações Assistenciais do Terceiro Setor em Juiz de Fora/MG**. Monografia – Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade de Serviço Social da UFJF, 2014.

LIRA, I.C.D e PELLOSO, L.T. **Condições de trabalho dos assistentes sociais no cenário mato-grossense**. In: XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2010. Rio de Janeiro: Anais ENPESS 2010. CD-ROM.

MANDEL, Ernest. **A Crise do Capital: os fatos e a sua interpretação marxista**. Tradução de Juarez Guimarães, João Machado Borges. São Paulo: Ensaio. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

\_\_\_\_\_. **O capitalismo tardio**. Introdução de Paulo Singer; tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANFROÍ, V. **Uma reflexão teórica acerca das mudanças no mundo do trabalho e os impactos sobre o mercado de trabalho dos assistentes sociais no Brasil**. Disponível em <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-019-222.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2015.

MANFROI, V. M. et al. **Condicionantes do mercado de trabalho e das políticas sociais para o exercício profissional dos assistentes sociais catarinenses**. In: XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2012. Juiz de Fora: Anais ENPESS 2012. CD-ROM.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 18ª ed. v. 1 e 2, 2001.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 18ª ed. v. 1 e 2, 2003.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. Livro I, capítulo VI (inédito) pp. 70-80. In: A dialética do Trabalho/ Ricardo Antunes (org). São Paulo: Expressão popular, 2004. p. 125- 141.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009. Cap. 1 e 2, pp. 17-46.

\_\_\_\_\_. **Marx, nosso contemporâneo, e seu conceito de globalização**. In: Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III. Org.: Ricardo Antunes. -1 ed. – São Paulo: Boitempo, 2014.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO E REFORMA DO ESTADO (MARE). **Plano Diretor da Reforma do Estado**. Brasília (DF): dezembro de 1995.

MOTA, A. E. **A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000**. In: O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. Ana Elizabete Mota (Org) – 3 ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

MOTA, A. E; AMARAL, A. S. **Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social**. In: A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. MOTA, Ana Elizabete (Org). São Paulo: Cortez, 2010.

NOB/RH/SUAS. Disponível em: <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/NOB-RH.pdf>. Acesso em 05 de julho de 2016.

NETTO, José Paulo. **Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil**. São Paulo: Cortez, Serviço Social e Sociedade, n.50, abril de 1996, p.87/132.

\_\_\_\_\_. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. Capacitação em serviço social e política social: Modulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social – Brasília: CEAD, 1999.**

\_\_\_\_\_. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social pós-64**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Crise do capital e conseqüências societárias. Serviço Social e Sociedade**. SP: Cortez, n.111, jul/dez 2012, p.413-429.

NETTO, J. P; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NOGUEIRA, C. M. **O Serviço Social e a reestruturação produtiva**. In: Políticas Públicas e Serviço Social: análises e debates. Publicação do Observatório Social. Rio de Janeiro, maio/junho de 2008.

NOGUEIRA, A. J. F.M. **Relações de trabalho no setor público**. 2010. Disponível em [http://www.pucsp.br/eitt/downloads/III\\_Ciclo\\_Arnaldo\\_Nogueira.pdf](http://www.pucsp.br/eitt/downloads/III_Ciclo_Arnaldo_Nogueira.pdf) . Acesso em 12 de maio de 2016.

NÚCLEO DE PESQUISAS E ESTUDOS DO TRABALHO. Disponível em <http://nupet.iesp.uerj.br/estrutura-dinamica-do-mercado-de-trabalho/>. Acesso em 12 de agosto de 2015.

OLIVEIRA, Francisco. **Neoliberalismo à Brasileira**. In: Pós-Neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático. SADER, Emir e GENTILLI, Pablo Gentilli (Org). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

PAES DE PAULA, A. P. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

PASTORINI, A.; GALIZIA, S. **A Redefinição do Padrão de Proteção Social Brasileiro**. Revista Praia Vermelha. Rio de Janeiro: PPGSS/ UFRJ, v. 1, n. 14-15, p. 72-103, set. 2006.

PEREIRA, P.A.P. **O dilema da especificação dos elementos que fazem um estado capitalista ser de bem-estar**. In: Política Social: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, L. D. **A expansão dos cursos de Serviço Social em tempos de contrarreforma do ensino superior brasileiro: impactos na formação profissional em Serviço Social**. Revista de Políticas Públicas. São Luís/MA. Número especial. P. 323-331. Agosto de 2010.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa\\_resultados.php?id\\_pesquisa=149](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=149). Acesso em 12 de agosto de 2016.

RAICHELIS, R. **O trabalho do assistente social na esfera estatal**. In: Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, p.377-391, 2009.

\_\_\_\_\_. **Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 104, p. 750-772, out./dez, 2010.

\_\_\_\_\_. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de direitos**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 107, p. 420 – 437. Jul/set., 2011.

REIS, L. D. R. **Nossa luta pelas 30 horas Semanais**. In: Revista Conexão Gerais/Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais. Belo Horizonte, v. 3, n. 07, 2016.

SABOIA, J. **Baixo crescimento econômico e melhora do mercado de trabalho – Como entender a aparente contradição?** Estudos avançados 28 (81), 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v28n81/v28n81a08.pdf>. Acesso em 15 de janeiro 2016.

\_\_\_\_\_. **Deteriorização do mercado de trabalho em 2015 é rápida e intensa**. In: Valor Economico, 2015. Disponível em <http://www.pressreader.com/>. Acesso em 15 de janeiro de 2016.

SANTOS, S. M. M. **O CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético-político profissional**. In: Serviço Social e Sociedade, n. 104, p.695-714, out/dez, 2010.

SANTOS, M. T; MANFROI. V.M. **Expansão e Precarização: o mercado de trabalho dos assistentes sociais em Santa Catarina**. Disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/5114>. Acesso em 10 de maio de 2015.

SERRA, Rose. **A América Latina pós-neoliberalismo e o problema do trabalho/emprego**. In: II Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís – MA, 2005.

SERRA, R.M. **Alterações no mundo do trabalho e repercussões no mercado profissional**. In: SERRA, Rose (Org). Trabalho e Reprodução – enfoques e abordagens. 1ed. São Paulo: Cortês Editora, 2001, p. 151-175.

SERRA, R. **A política pública de emprego, trabalho e renda – sentido e repercussões sociais.** Sociedade em Debate, Pelotas, 16(2): 87-109, jul.-dez./2010.

SILVA, A. P. **O perfil do Mercado de Trabalho do Assistente Social no Estado de Minas Gerais.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, UFRJ, 2009.

SOUZA SILVA, S. S. **Contradições da Assistência Social no governo “neodesenvolvimentista” e suas funcionalidades ao capital.** In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.113, jan./mar. 2013.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social.** 3 ed. – Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SITCOVSKY, M. **Particularidades da expansão da Assistência Social no Brasil.** In: **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade.** Ana Elizabete Mota (Org) – 3 ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

SIMOES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SOARES, L. T. **Os Custos Sociais do Ajuste Neoliberal na América Latina.** São Paulo: Cortez, 2000.

SOUZA FILHO, Rodrigo de. **Apontamentos sobre materialismo dialético.** Libertas, v.2, n.2 jul/dez/2002 v.3, n.1e n.2 jan/dez/2003. Juiz de Fora: UFJF/FSS, 2003, P. 115/130.

TIBURTINO, L. C. **Expansão e precarização do mercado de trabalho dos assistentes sociais na política de assistência social.** In: XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2012. Juiz de Fora: Anais ENPESS 2012. CD-ROM.

TRINDADE, R.L.P. **Expansão e precarização do mercado de trabalho e da formação do assistente social e a sua condição profissional.** In: XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2012. Juiz de Fora: Anais ENPESS 2012. CD-ROM.

\_\_\_\_\_. **Tendências do mercado de trabalho do Serviço Social: descobertas e inquietações a partir dos dez anos de pesquisa sobre a realidade de Alagoas.** In Rede de pesquisa sobre o trabalho do assistente social – Retas. Colóquio Trabalho na sociedade contemporânea e o trabalho do assistente social. Maceió, AL, 2010a.

TRINDADE, R. L. P. et. al. **Tendências do mercado de trabalho do Serviço Social apontadas pelas pesquisas publicadas no período de 2006 a 2011 .** In: XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2012. Juiz de Fora: Anais ENPESS 2012. CD-ROM.

TRINDADE, R. L. P. et. al. **Interiorização da formação profissional e do mercado de trabalho do Assistente Social na atualidade.** In: XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2010. Rio de Janeiro: Anais ENPESS 2010. CD-ROM.

YASBEK, M.C. **O significado sócio-histórico da profissão.** In: **Serviço Social: direitos e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

**YASBEK, M.C. et. Al. O Serviço Social brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão na defesa de direitos.** In: Serviço Social e Sociedade, n. 95, Ano: XXIX, especial 2008.

**ANEXO I Editais de concursos públicos e processos seletivos simplificados com previsão de vagas para assistentes sociais catalogados pelo CRESS 6ª Região, no período de 2007 a 2014.**

**ESFERA FEDERAL**

<b>ORDEM</b>	<b>ANO</b>	<b>INSTITUIÇÕES EMPREGADORAS</b>
1	2007	Centro Federal de Educação Tecnológica de Januária – CEFET Januária
2	2008	Companhia de desenvolvimento dos Vales de São Francisco e do Parnaíba -CODEVASF <sup>52</sup>
3	2008	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
4	2009	Ministério das Comunicações
5	2009	Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região
6	2009	Universidade Federal de Lavras UFLA
7	2009	Universidade Federal de Minas Gerais UFMG
8	2010	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
9	2010	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul e MG
10	2010	Universidade Federal de Itajubá
11	2010	Universidade Federal de Ouro Preto
12	2010	Universidade Federal de Ouro Preto
13	2010	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
14	2011	Instituto da Previdência Social do Município de Betim
15	2011	Ministério da Defesa Comando da Aeronáutica
16	2011	Universidade Federal de Ouro Preto
17	2012	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
18	2012	Ministério da Defesa – Comando da Aeronáutica
19	2012	Ministério Público do Estado de Minas Gerais
20	2012	Universidade Federal de Ouro Preto
21	2013	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
22	2013	Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI
23	2013	Universidade Federal de Lavras

<sup>52</sup> A CODEVASF é de natureza jurídica da Administração pública federal.

24	2013	Universidade Federal de Minas Gerais
25	2013	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
26	2014	Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
27	2014	Universidade Federal de São João Del Rei - UFSJ
28	2014	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

### ESFERA ESTADUAL

ORDEM	ANO	INSTITUIÇÕES EMPREGADORAS
1	2007	Minas Gerais Administração e Serviços S/A - MGS <sup>53</sup>
2	2007	Ministério Público do Estado de Minas Gerais
3	2008	Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - IDENE <sup>54</sup>
4	2008	Secretaria de Estado de planejamento e Gestão e a Secretaria de Estado de Defesa Social - SEPLAG/SEDS
5	2009	Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais FHEMIG
6	2009	Minas Gerais Administração e Serviços AS - MGS
7	2009	Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
8	2010	Secretária de Estado de Defesa Social - SEDS
9	2010	Secretária de Estado de Saúde do Estado de Minas Gerais - SES
10	2011	Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
11	2012	Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Minas Gerais – Hemominas
12	2012	Fundação Ezequiel Dias - FUNED
13	2012	Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais
14	2013	Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMIG
15	2013	Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – IPSEMG
16	2013	Polícia Civil do Estado de Minas Gerais
17	2013	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEDESE/SEPLAG

<sup>53</sup> MGS é Empresa Pública, Sociedade Anônima de capital fechado, por meio da Lei 11.406, de 28.01.1994, tendo como acionistas: Estado de Minas Gerais com participação de 99% do capital social e Imprensa Oficial de Minas Gerais com participação de 1% do capital social.

<sup>54</sup> Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - IDENE é uma autarquia vinculada ao Estado de Minas Gerais.

18	2013	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG
19	2013	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG
20	2013	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e Secretaria de Estado de Defesa Social – SEPLAG/SEDS
21	2013	Secretária de Estado de Saúde de Minas Gerais – SUS/MG
22	2013	Secretária do Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG

### ESFERA MUNICIPAL

Ordem	Ano	Instituições empregadoras
1	2007	Empresa de Desenvolvimento de Itabira - ITAURB <sup>55</sup>
2	2007	Instituto da Previdência Municipal de Governador Valadares <sup>56</sup>
3	2007	Prefeitura Municipal de Alpinópolis
4	2007	Prefeitura Municipal de Andradas
5	2007	Prefeitura Municipal de Baependi
6	2007	Prefeitura Municipal de Barão de Cocais
7	2007	Prefeitura Municipal de Barra Longa
8	2007	Prefeitura Municipal de Bom Repouso
9	2007	Prefeitura Municipal de Bonito de Minas
10	2007	Prefeitura Municipal de Brasília de Minas
11	2007	Prefeitura Municipal de Cachoeira de Pajeú
12	2007	Prefeitura Municipal de Campanha
13	2007	Prefeitura Municipal de Campos Altos
14	2007	Prefeitura Municipal de Candeias
15	2007	Prefeitura Municipal de Caparaó
16	2007	Prefeitura Municipal de Capitão Enéas
17	2007	Prefeitura Municipal de Caranaíba
18	2007	Prefeitura Municipal de Congonhal
19	2007	Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete
20	2007	Prefeitura Municipal de Córrego Fundo

<sup>55</sup> A Empresa de Desenvolvimento de Itabira Ltda (ITAURB) é uma empresa pública criada pela Lei Municipal n. 2.308 de maio de 1985, responsável por serviços de Limpeza Pública Municipal.

<sup>56</sup> É o órgão gestor único do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS do Município de Governador Valadares, de caráter contributivo e solidário, entidade autárquica, dotada de personalidade jurídica de direito público, dispondo de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

21	2007	Prefeitura Municipal de Cruzília
22	2007	Prefeitura Municipal de Divisa Alegre
23	2007	Prefeitura Municipal de Dolores do Guanhães
24	2007	Prefeitura Municipal de Esmeraldas
25	2007	Prefeitura Municipal de Felício dos Santos
26	2007	Prefeitura Municipal de Felizburgo
27	2007	Prefeitura Municipal de Ibitaré
28	2007	Prefeitura Municipal de Ibituruna
29	2007	Prefeitura Municipal de Ipatinga
30	2007	Prefeitura Municipal de Itabira
31	2007	Prefeitura Municipal de Itamonte
32	2007	Prefeitura Municipal de Itanhandu
33	2007	Prefeitura Municipal de Itapeçerica
34	2007	Prefeitura Municipal de Janaúba
35	2007	Prefeitura Municipal de Januária
36	2007	Prefeitura Municipal de Jeceaba
37	2007	Prefeitura Municipal de Jesuânia
38	2007	Prefeitura Municipal de Luminárias
39	2007	Prefeitura Municipal de Maravilhas
40	2007	Prefeitura Municipal de Martinho Campos
41	2007	Prefeitura Municipal de Materlândia
42	2007	Prefeitura Municipal de Matozinhos
43	2007	Prefeitura Municipal de Montalvânia
44	2007	Prefeitura Municipal de Morada Nova de Minas
45	2007	Prefeitura Municipal de Naque
46	2007	Prefeitura Municipal de Natalândia
47	2007	Prefeitura Municipal de Pequirito
48	2007	Prefeitura Municipal de Poços de Caldas
49	2007	Prefeitura Municipal de Pompéu
50	2007	Prefeitura Municipal de Rio Manso
51	2007	Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas
52	2007	Prefeitura Municipal de Rosário da Limeira
53	2007	Prefeitura Municipal de Sabinópolis

54	2007	Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Salinas
55	2007	Prefeitura Municipal de Santa Maria de Itabira
56	2007	Prefeitura Municipal de Santana do Jacaré
57	2007	Prefeitura Municipal de Santana do Paraíso
58	2007	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Sapucaí
59	2007	Prefeitura Municipal de São Joaquim de Bicas
60	2007	Prefeitura Municipal de São José da Barra
61	2007	Prefeitura Municipal de Sapucaí Mirim
62	2007	Prefeitura Municipal de Varginha
63	2007	Prefeitura Municipal de Vermelho Novo
64	2007	Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE <sup>57</sup>
65	2008	Administração Direta do Poder Executivo do Município de Belo Horizonte <sup>58</sup>
66	2008	Câmara Municipal de Belo Horizonte
67	2008	Departamento Municipal de Saúde Pública Dr. Benedito de Araújo DEMASP
68	2008	Fundação de Parques Municipais da Administração Indireta do Poder Executivo do Município de Belo Horizonte
69	2008	Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano
70	2008	Prefeitura Municipal de Cristais
71	2008	Prefeitura Municipal de Luislândia
72	2008	Prefeitura Municipal de Sacramento
73	2008	Prefeitura Municipal de Sete Lagoas
74	2009	Fundação de Assistência Médica de Urgência de Contagem FUMAC
75	2009	Hospital Municipal Odilon Behrens - HOB
76	2009	Prefeitura Municipal de Areado
77	2009	Prefeitura Municipal de Bom Despacho
78	2009	Prefeitura Municipal de Bonfinópolis de Minas
79	2009	Prefeitura Municipal de Bueno Brandão
80	2009	Prefeitura Municipal de Caiana
81	2009	Prefeitura Municipal de Carmésia

<sup>57</sup> O Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE - de Itabira/MG é uma autarquia municipal criada pela lei nº 151 de 20 de maio de 1955.

<sup>58</sup> *Administração Direta* da Prefeitura *Municipal de Belo Horizonte*.

82	2009	Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha
83	2009	Prefeitura Municipal de Comercinho
84	2009	Prefeitura Municipal de Conceição da Aparecida
85	2009	Prefeitura Municipal de Córrego Fundo
86	2009	Prefeitura Municipal de Cristiano Ottoni
87	2009	Prefeitura Municipal de Crucilândia
88	2009	Prefeitura Municipal de Curral de Dentro
89	2009	Prefeitura Municipal de Delfim Moreira
90	2009	Prefeitura Municipal de Diogo de Vasconcelos
91	2009	Prefeitura Municipal de Estiva
92	2009	Prefeitura Municipal de Fernandes Tourinho
93	2009	Prefeitura Municipal de Frei Gaspar
94	2009	Prefeitura Municipal de Glaucilândia
95	2009	Prefeitura Municipal de Guarda-Mor
96	2009	Prefeitura Municipal de Indaiabira
97	2009	Prefeitura Municipal de Inhapim
98	2009	Prefeitura Municipal de Itabira
99	2009	Prefeitura Municipal de Itaipé
100	2009	Prefeitura Municipal de José Raydan
101	2009	Prefeitura Municipal de Lavras
102	2009	Prefeitura Municipal de Malacacheta
103	2009	Prefeitura Municipal de Miravânia
104	2009	Prefeitura Municipal de Moema
105	2009	Prefeitura Municipal de Morro do Pilar
106	2009	Prefeitura Municipal de Natercia
107	2009	Prefeitura Municipal de Ninheira
108	2009	Prefeitura Municipal de Nova Lima
109	2009	Prefeitura Municipal de Pains
110	2009	Prefeitura Municipal de Palmópolis
111	2009	Prefeitura Municipal de Perdões
112	2009	Prefeitura Municipal de Pocrane
113	2009	Prefeitura Municipal de Poté
114	2009	Prefeitura Municipal de Riacho dos Machados

115	2009	Prefeitura Municipal de Santa Maria do Suaçui
116	2009	Prefeitura Municipal de Santa Rita do Sapucaí
117	2009	Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Jacinto
118	2009	Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Monte
119	2009	Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Retiro
120	2009	Prefeitura Municipal de São José da Ponte
121	2009	Prefeitura Municipal de São José da Safira
122	2009	Prefeitura Municipal de São José do Mantimento
123	2009	Prefeitura Municipal de São Roque de Minas
124	2009	Prefeitura Municipal de São Sebastião do Anta
125	2009	Prefeitura Municipal de São Sebastião do Maranhão
126	2009	Prefeitura Municipal de Sardoá
127	2009	Prefeitura Municipal de Sete Lagoas
128	2009	Prefeitura Municipal de Sobrália
129	2009	Prefeitura Municipal de Tarumirim
130	2009	Prefeitura Municipal de Tocos do Moji
131	2009	Prefeitura Municipal de Três Marias
132	2009	Prefeitura Municipal de Uruana de Minas
133	2009	Prefeitura Municipal de Vargem Grande do Rio Pardo
134	2009	Prefeitura Municipal de Varzelândia
135	2009	Prefeitura Municipal de Virgínia
136	2010	Fundação de Assistência Médica e de Urgência de Contagem - FAMUC
137	2010	Fundação de Assistência Médica e de Urgência de Contagem - FAMUC
138	2010	Prefeitura Municipal de Almenara
139	2010	Prefeitura Municipal de Antônio Prado de Minas
140	2010	Prefeitura Municipal de Baependi
141	2010	Prefeitura Municipal de Berilo
142	2010	Prefeitura Municipal de Berizal
143	2010	Prefeitura Municipal de Bonfinópolis de Minas
144	2010	Prefeitura Municipal de Borda da Mata
145	2010	Prefeitura Municipal de Brasilândia de Minas

146	2010	Prefeitura Municipal de Brumadinho
147	2010	Prefeitura Municipal de Caetanópolis
148	2010	Prefeitura Municipal de Caeté
149	2010	Prefeitura Municipal de Campestre
150	2010	Prefeitura Municipal de Canaã
151	2010	Prefeitura Municipal de Cantagalo
152	2010	Prefeitura Municipal de Capelinha
153	2010	Prefeitura Municipal de Capetinga
154	2010	Prefeitura Municipal de Careaçú
155	2010	Prefeitura Municipal de Catuji
156	2010	Prefeitura Municipal de Chalé
157	2010	Prefeitura Municipal de Chapada do Norte
158	2010	Prefeitura Municipal de Conselheiro Pena
159	2010	Prefeitura Municipal de Delfim Moreira
160	2010	Prefeitura Municipal de Dom Joaquim
161	2010	Prefeitura Municipal de Felisburgo
162	2010	Prefeitura Municipal de Frei Lagonegro
163	2010	Prefeitura Municipal de Grão Mogol
164	2010	Prefeitura Municipal de Guaxupé
165	2010	Prefeitura Municipal de Guidoal
166	2010	Prefeitura Municipal de Ibiai
167	2010	Prefeitura Municipal de Imbé de Minas
168	2010	Prefeitura Municipal de Ipatinga
169	2010	Prefeitura Municipal de Ipuiuna
170	2010	Prefeitura Municipal de Itajubá
171	2010	Prefeitura Municipal de Itamandiba
172	2010	Prefeitura Municipal de Itamarandiba
173	2010	Prefeitura Municipal de Itambacuri
174	2010	Prefeitura Municipal de Itambacuri
175	2010	Prefeitura Municipal de Itambé do Mato Dentro
176	2010	Prefeitura Municipal de Itumirim
177	2010	Prefeitura Municipal de Jampruca
178	2010	Prefeitura Municipal de Jequiti

179	2010	Prefeitura Municipal de Joanésia
180	2010	Prefeitura Municipal de Ladainha
181	2010	Prefeitura Municipal de Lagoa Santa
182	2010	Prefeitura Municipal de Lamim
183	2010	Prefeitura Municipal de Luz
184	2010	Prefeitura Municipal de Malacacheta
185	2010	Prefeitura Municipal de Mariana
186	2010	Prefeitura Municipal de Marilac
187	2010	Prefeitura Municipal de Martins Soares
188	2010	Prefeitura Municipal de Mathias Lobato
189	2010	Prefeitura Municipal de Mendes Pimentel
190	2010	Prefeitura Municipal de Minas Novas
191	2010	Prefeitura Municipal de Miradouro
192	2010	Prefeitura Municipal de Nacip Raydan
193	2010	Prefeitura Municipal de Natércia
194	2010	Prefeitura Municipal de Nova Era
195	2010	Prefeitura Municipal de Novo Oriente de Minas
196	2010	Prefeitura Municipal de Passos
197	2010	Prefeitura Municipal de Pavão
198	2010	Prefeitura Municipal de Pavão
199	2010	Prefeitura Municipal de Piedade de Caratinga
200	2010	Prefeitura Municipal de Pirapora
201	2010	Prefeitura Municipal de Pitangui
202	2010	Prefeitura Municipal de Pouso Alegre
203	2010	Prefeitura Municipal de Rio Piracicaba
204	2010	Prefeitura Municipal de Rubim
205	2010	Prefeitura Municipal de Santa Efigênia de Minas
206	2010	Prefeitura Municipal de Santa Helena de Minas
207	2010	Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Amparo
208	2010	Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Rio Baixo
209	2010	Prefeitura Municipal de São Felix de Minas
210	2010	Prefeitura Municipal de São Geraldo da Piedade
211	2010	Prefeitura Municipal de São João do Paraíso

212	2010	Prefeitura Municipal de São José da safira
213	2010	Prefeitura Municipal de São José do Divino
214	2010	Prefeitura Municipal de São Romão
215	2010	Prefeitura Municipal de São Sebastião da Vargem Alegre
216	2010	Prefeitura Municipal de São Sebastião do Maranhão
217	2010	Prefeitura Municipal de São Vicente de Minas
218	2010	Prefeitura Municipal de Sarzedo
219	2010	Prefeitura Municipal de Taiobeiras
220	2010	Prefeitura Municipal de Taquaraçu de Minas
221	2010	Prefeitura Municipal de Três Corações
222	2010	Prefeitura Municipal de Vargem da Lapa
223	2010	Prefeitura Municipal de Veredinha
224	2010	SAAE de Governador Valadares
225	2010	Secretaria de Administração do Município de Montes Claros
226	2010	Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Escalvado
227	2010	Prefeitura Municipal de Santana do Paraíso
228	2011	Câmara Municipal de Catas Altas
229	2011	Prefeitura Municipal de Abre Campo
230	2011	Prefeitura Municipal de Aguanil
231	2011	Prefeitura Municipal de Andrelândia
232	2011	Prefeitura Municipal de Angelândia
233	2011	Prefeitura Municipal de Angelândia
234	2011	Prefeitura Municipal de Araçuaí
235	2011	Prefeitura Municipal de Araporã
236	2011	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
237	2011	Prefeitura Municipal de Betim
238	2011	Prefeitura Municipal de Bom Despacho
239	2011	Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Galho
240	2011	Prefeitura Municipal de Bugre
241	2011	Prefeitura Municipal de Camacho
242	2011	Prefeitura Municipal de Capelinha
243	2011	Prefeitura Municipal de Carai
244	2011	Prefeitura Municipal de Carvalhopólis

245	2011	Prefeitura Municipal de Caxambú
246	2011	Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete
247	2011	Prefeitura Municipal de Contagem
248	2011	Prefeitura Municipal de Cordisburgo
249	2011	Prefeitura Municipal de Corinto
250	2011	Prefeitura Municipal de Coroaci
251	2011	Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano
252	2011	Prefeitura Municipal de Cristália
253	2011	Prefeitura Municipal de Delfim Moreira
254	2011	Prefeitura Municipal de Dionísio
255	2011	Prefeitura Municipal de Divisa Nova
256	2011	Prefeitura Municipal de Eloí Mendes
257	2011	Prefeitura Municipal de Esmeraldas
258	2011	Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Dourado
259	2011	Prefeitura Municipal de Galileia
260	2011	Prefeitura Municipal de Golveia
261	2011	Prefeitura Municipal de Gonçalves
262	2011	Prefeitura Municipal de Guaraciaba
263	2011	Prefeitura Municipal de Guaranésia
264	2011	Prefeitura Municipal de Guidoal
265	2011	Prefeitura Municipal de Iapu
266	2011	Prefeitura Municipal de Ilícinea
267	2011	Prefeitura Municipal de Ipaba
268	2011	Prefeitura Municipal de Ipatinga
269	2011	Prefeitura Municipal de Itanhomi
270	2011	Prefeitura Municipal de Itapecirica
271	2011	Prefeitura Municipal de Itauna
272	2011	Prefeitura Municipal de Itinga
273	2011	Prefeitura Municipal de Jaboticatubas
274	2011	Prefeitura Municipal de Jacuí
275	2011	Prefeitura Municipal de Japaraíba

276	2011	Prefeitura Municipal de Japonvar
277	2011	Prefeitura Municipal de Jeceaba
278	2011	Prefeitura Municipal de Jenipapo de Minas
279	2011	Prefeitura Municipal de Joáima
280	2011	Prefeitura Municipal de João Molevade
281	2011	Prefeitura Municipal de José Raydan
282	2011	Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata
283	2011	Prefeitura Municipal de Machado
284	2011	Prefeitura Municipal de Marmelópolis
285	2011	Prefeitura Municipal de Matozinhos
286	2011	Prefeitura Municipal de Matutina
287	2011	Prefeitura Municipal de Monte Belo
288	2011	Prefeitura Municipal de Monte Santo de Minas
289	2011	Prefeitura Municipal de Nepomuceno
290	2011	Prefeitura Municipal de Nova União
291	2011	Prefeitura Municipal de Oratórios
292	2011	Prefeitura Municipal de Ouro Branco
293	2011	Prefeitura Municipal de Ouro Preto
294	2011	Prefeitura Municipal de Paraguaçu
295	2011	Prefeitura Municipal de Paraisópolis
296	2011	Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo
297	2011	Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo
298	2011	Prefeitura Municipal de Perdígão
299	2011	Prefeitura Municipal de Pompéu
300	2011	Prefeitura Municipal de Ponte Nova
301	2011	Prefeitura Municipal de Ponto Chique
302	2011	Prefeitura Municipal de Ponto Chique
303	2011	Prefeitura Municipal de Porteirinha
304	2011	Prefeitura Municipal de Pouso Alegre
305	2011	Prefeitura Municipal de Prados
306	2011	Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas
307	2011	Prefeitura Municipal de Salinas

308	2011	Prefeitura Municipal de Santa Maria de Itabira
309	2011	Prefeitura Municipal de São Domingos do Prata
310	2011	Prefeitura Municipal de São Domingos do Prata
311	2011	Prefeitura Municipal de São Felix de Minas
312	2011	Prefeitura Municipal de São Francisco
313	2011	Prefeitura Municipal de São Gonçalves de Minas
314	2011	Prefeitura Municipal de São João das Missões
315	2011	Prefeitura Municipal de São João do Manteninha
316	2011	Prefeitura Municipal de São João do Pacuí
317	2011	Prefeitura Municipal de São José da Safira
318	2011	Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso
319	2011	Prefeitura Municipal de Serrania
320	2011	Prefeitura Municipal de Ubaí
321	2011	Prefeitura Municipal de Varginha
322	2011	Prefeitura Municipal de Verdelândia
323	2011	Prefeitura Municipal de Virgem da Lapa
324	2011	Superintendência de Limpeza Urbana de BH
325	2012	Administração Direta do Município de Betim
326	2012	Empresa de Desenvolvimento de Itabira
327	2012	Prefeitura Municipal de Aguas Formosas
328	2012	Prefeitura Municipal de Angelândia
329	2012	Prefeitura Municipal de Barão de Cocais
330	2012	Prefeitura Municipal de Bela Vista de Minas
331	2012	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
332	2012	Prefeitura Municipal de Bertópolis
333	2012	Prefeitura Municipal de Bom Sucesso
334	2012	Prefeitura Municipal de Brumadinho
335	2012	Prefeitura Municipal de Cachoeira de Minas
336	2012	Prefeitura Municipal de Caetenópolis
337	2012	Prefeitura Municipal de Caldas
338	2012	Prefeitura Municipal de Camanducaia
339	2012	Prefeitura Municipal de Cambuí
340	2012	Prefeitura Municipal de Capitão Andrade

341	2012	Prefeitura Municipal de Caratinga
342	2012	Prefeitura Municipal de Carmo do Rio Claro
343	2012	Prefeitura Municipal de Carrancas
344	2012	Prefeitura Municipal de Catas Altas
345	2012	Prefeitura Municipal de Cláudio
346	2012	Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro
347	2012	Prefeitura Municipal de Cônego Marinho
348	2012	Prefeitura Municipal de Cordislândia
349	2012	Prefeitura Municipal de Córrego Fundo
350	2012	Prefeitura Municipal de Curvelo
351	2012	Prefeitura Municipal de Divisa Alegre
352	2012	Prefeitura Municipal de Extrema
353	2012	Prefeitura Municipal de Formiga
354	2012	Prefeitura Municipal de Ganhães
355	2012	Prefeitura Municipal de Iapu
356	2012	Prefeitura Municipal de Inconfidentes
357	2012	Prefeitura Municipal de Ipaba
358	2012	Prefeitura Municipal de Itabira
359	2012	Prefeitura Municipal de Itacarambi
360	2012	Prefeitura Municipal de Itaguara
361	2012	Prefeitura Municipal de Itapeva
362	2012	Prefeitura Municipal de Itapeva
363	2012	Prefeitura Municipal de Itaverava
364	2012	Prefeitura Municipal de Janaúba
365	2012	Prefeitura Municipal de Jarapaíba
366	2012	Prefeitura Municipal de Lagoa Santa
367	2012	Prefeitura Municipal de Lavras
368	2012	Prefeitura Municipal de Luz
369	2012	Prefeitura Municipal de Machacalis
370	2012	Prefeitura Municipal de Machacalis
371	2012	Prefeitura Municipal de Machado
372	2012	Prefeitura Municipal de Manga
373	2012	Prefeitura Municipal de Mantena

374	2012	Prefeitura Municipal de Marmelópolis
375	2012	Prefeitura Municipal de Matias Cardoso
376	2012	Prefeitura Municipal de Mesquita
377	2012	Prefeitura Municipal de Mirabela
378	2012	Prefeitura Municipal de Nova Porteirinha
379	2012	Prefeitura Municipal de Novo Cruzeiro
380	2012	Prefeitura Municipal de Ouro Verde de Minas
381	2012	Prefeitura Municipal de Padre Carvalho
382	2012	Prefeitura Municipal de Paraopeba
383	2012	Prefeitura Municipal de Paulistas
384	2012	Prefeitura Municipal de Pedralva
385	2012	Prefeitura Municipal de Pedras de Maria da Cruz
386	2012	Prefeitura Municipal de Piedade dos Gerais
387	2012	Prefeitura Municipal de Poços de Caldas
388	2012	Prefeitura Municipal de Resende Costa
389	2012	Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves
390	2012	Prefeitura Municipal de Rio Acima
391	2012	Prefeitura Municipal de Sabará
392	2012	Prefeitura Municipal de Santa Helena de Minas
393	2012	Prefeitura Municipal de Santa Luzia
394	2012	Prefeitura Municipal de Santa Rita das Caldas
395	2012	Prefeitura Municipal de Santa Rita de Minas
396	2012	Prefeitura Municipal de Santa Rita do Ituêto
397	2012	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Preto
398	2012	Prefeitura Municipal de São João das Missões
399	2012	Prefeitura Municipal de São João do Oriente
400	2012	Prefeitura Municipal de São Sebastião da Bela Vista
401	2012	Prefeitura Municipal de Senador Modestino Gonçalves
402	2012	Prefeitura Municipal de Sete Lagos
403	2012	Prefeitura Municipal de Turmalina
404	2012	Prefeitura Municipal de Turvolândia
405	2012	Prefeitura Municipal de Umburatiba
406	2012	Prefeitura Municipal de Varginha

407	2012	Prefeitura Municipal de Veredinha
408	2012	Prefeitura Municipal de Vespasiano
409	2012	Prefeitura Municipal do Jequitinhonha
410	2013	Empresa de Transportes e Transito de Belo Horizonte S/A BHTRANS
411	2013	Prefeitura Municipal de Bom Despacho
412	2013	Prefeitura Municipal de Bom Repouso
413	2013	Prefeitura Municipal de Brumadinho
414	2013	Prefeitura Municipal de Cambuquira
415	2013	Prefeitura Municipal de Campos Gerais
416	2013	Prefeitura Municipal de Capim Branco
417	2013	Prefeitura Municipal de Carmo da Cachoeira
418	2013	Prefeitura Municipal de Carmo da Mata
419	2013	Prefeitura Municipal de Carmo Docaraju
420	2013	Prefeitura Municipal de Congonhal
421	2013	Prefeitura Municipal de Congonhal
422	2013	Prefeitura Municipal de Congonhas
423	2013	Prefeitura Municipal de Cristais
424	2013	Prefeitura Municipal de Datas
425	2013	Prefeitura Municipal de Divisa Alegre
426	2013	Prefeitura Municipal de Dom Cavati
427	2013	Prefeitura Municipal de Esmeraldas
426	2013	Prefeitura Municipal de Felisburgo
429	2013	Prefeitura Municipal de Gameleiras
430	2013	Prefeitura Municipal de Guanhães
431	2013	Prefeitura Municipal de Ipanema
432	2013	Prefeitura Municipal de Ipuiuna
433	2013	Prefeitura Municipal de Itaguara
434	2013	Prefeitura Municipal de Itapecerica
435	2013	Prefeitura Municipal de Itueta
436	2013	Prefeitura Municipal de Jaguarapu
437	2013	Prefeitura Municipal de Japaraíba
438	2013	Prefeitura Municipal de Jenipapo de Minas

439	2013	Prefeitura Municipal de Ladainha
440	2013	Prefeitura Municipal de Luminárias
441	2013	Prefeitura Municipal de Mutum
442	2013	Prefeitura Municipal de Nepomuceno
443	2013	Prefeitura Municipal de Nova Belém
444	2013	Prefeitura Municipal de Riachinho
445	2013	Prefeitura Municipal de Sabará
446	2013	Prefeitura Municipal de Salinas
447	2013	Prefeitura Municipal de Salto da Divisa
448	2013	Prefeitura Municipal de São Domingos das Dores
449	2013	Prefeitura Municipal de São José da Varginha
450	2013	Prefeitura Municipal de São Sebastião do Oeste
451	2013	Prefeitura Municipal de Sobralia
452	2013	Prefeitura Municipal de Timóteo
453	2013	Prefeitura Municipal de Virgolândia
454	2013	Superintendência de Desenvolvimento da Capital <sup>59</sup>
455	2013	Prefeitura Municipal de Carmo da Mata
456	2014	Hospital Municipal Odilon Behrens - HOB
457	2014	Prefeitura Municipal de Albinópolis
458	2014	Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas
459	2014	Prefeitura Municipal de Araújos
460	2014	Prefeitura Municipal de Bela Vista de Minas
461	2014	Prefeitura Municipal de Bom Despacho
462	2014	Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Amparo
463	2014	Prefeitura Municipal de Bonfim
464	2014	Prefeitura Municipal de Brazópolis
465	2014	Prefeitura Municipal de Cachoeira da Prata
466	2014	Prefeitura Municipal de Caeté
467	2014	Prefeitura Municipal de Campos Gerais
468	2014	Prefeitura Municipal de Cana Verde
469	2014	Prefeitura Municipal de Carmópolis de Minas

<sup>59</sup> A Superintendência de Desenvolvimento da Capital é uma autarquia vinculada à prefeitura de Belo Horizonte.

470	2014	Prefeitura Municipal de Catas Altas
471	2014	Prefeitura Municipal de Catas Altas
472	2014	Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete
473	2014	Prefeitura Municipal de Crisólita
474	2014	Prefeitura Municipal de Guanhães
475	2014	Prefeitura Municipal de Guanhães
476	2014	Prefeitura Municipal de Ibirité
477	2014	Prefeitura Municipal de Igarapé
478	2014	Prefeitura Municipal de Igarapé
479	2014	Prefeitura Municipal de Ijaci
480	2014	Prefeitura Municipal de Inhapim
481	2014	Prefeitura Municipal de Ipanema
482	2014	Prefeitura Municipal de Itabirito
483	2014	Prefeitura Municipal de Itaguara
484	2014	Prefeitura Municipal de Itueta
485	2014	Prefeitura Municipal de Jatuaba
486	2014	Prefeitura Municipal de Ouro Branco
487	2014	Prefeitura Municipal de Ouro Preto
488	2014	Prefeitura Municipal de Paço Fundo
489	2014	Prefeitura Municipal de Paineiras
490	2014	Prefeitura Municipal de Papagaios
491	2014	Prefeitura Municipal de Rio Manso
492	2014	Prefeitura Municipal de Rio Piracicaba
493	2014	Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Amparo
494	2014	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo
495	2014	Prefeitura Municipal de Senhora do Porto
496	2014	Prefeitura Municipal de Serra Azul de Minas
497	2014	Prefeitura Municipal de Sobrália
498	2014	Prefeitura Municipal de Taquaraçu de Minas
499	2014	Prefeitura Municipal de Toledo
500	2014	Prefeitura Municipal de Virgolândia
501	2014	Prefeitura Municipal do Serro